

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ANAIS BRASILEIROS DE ESTUDOS TURÍSTICOS
ABET

ISSN 2238-2925

ABET	Juiz de Fora	v.5	n.3	p. 1-79	Set./Dez. 2015
------	--------------	-----	-----	---------	----------------



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitor

Prof. Dr. Júlio Maria Fonseca Chebly

Vice-Reitor

Prof. Dr. Marcos Vinícios Chein Feres

Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa

Prof. Dr. Lyderson Facio Viccini

Pró Reitor de Graduação

Prof. Dr. Ana Cláudia Peters Salgado

Diretor do Instituto de Ciências Humanas – ICH

Prof. Dr. Altemir José Gonçalves Barbosa

Vice - Diretor do Instituto de Ciências Humanas – ICH

Prof. Dr. Ricardo Tavares Zaidan

Coeditores da Revista ABET

Thiago Duarte Pimentel
Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior

Editor de Política Editorial

Thiago Duarte Pimentel

Editor Científico

Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior

Projeto Gráfico

Gabriel Schuery

Editoração

Nivea Maria Ferreira

Capa

Nivea Maria Serreira

Anais Brasileiros de Estudos Turísticos / Universidade
Federal de Juiz de Fora. – v. 5, n. 3 (set./dez. 2015). –
Juiz de Fora : Universidade Federal de Juiz de
Fora, 2015 – . [on-line]
Quadrimestral
Disponível em: <abet.ufjf.emnuvens.com.br>
ISSN 2238-2925

1. Turismo. 2. Pesquisa. 3. Conhecimento – Teoria.

Editores

Thiago Duarte Pimentel, Prof. Dr. – Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF (Brasil)
Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior, Prof. Me. – Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF (Brasil)

Conselho Editorial

Alexandre Panosso Neto, Prof. Dr. – Universidade de São Paulo / USP (Brasil)
Alonso Rodriguez Chaves, Prof. Me. – Universidad Estatal a Distancia / UNED (Costa Rica)
Arturo Gomez Santamaria, Prof. Dr. – Universidad Autónoma de Sinaloa / UAS (México)
Carlos Manuel Martins da Costa, Prof. Dr. – Universidade de Aveiro / UA (Portugal)
Christianne Luce Gomes, Profª. Drª. – Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG (Brasil)
Eduardo Yázigü, Prof. Dr. – Universidade de São Paulo / USP (Brasil)
Ivan Kozic, Prof. Dr. – Institut za Turizam / IT (Croácia)
José Lazaro Quintero dos Santos, Prof. Dr. – Universidad Tecnológica Equinoccial / UTE (Ecuador)
José Manoel Gonçalves Gândara, Prof. Dr. – Universidade Federal do Paraná / UFPR (Brasil)
Jéssica Faustini Aquino, Profª. Drª. – Arizona State University / ASU (Estados Unidos)
Lynn Minnaert, Profª. Drª. – University of Surrey / US (Inglaterra)
Maria Elena Monet Despaigne, Profª. Mª. - Universidad La Hanava (Cuba)
Natan Uriely, Prof. Dr. – Universidade Ben-Gurion de Negev (Israel)
Sérgio Rodrigues Leal, Prof. Dr. – Universidade Federal de Pernambuco / UFPE (Brasil)

Conselho Científico

Álvaro Banducci Junior, Prof. Dr. – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul / UFMS (Brasil)
Ângela Cabral Flecha, Profª. – Universidade Federal de Ouro Preto / UFOP (Brasil)
Carlos Eduardo Silveira, Prof. Dr. – Universidade Federal do Paraná / UFPR (Brasil)
Euler David de Siqueira, Prof. Dr. - Universidade Federal Rural do Riode Janeiro / UFRRJ (Brasil)
Helena Doris de Almeida Barbosa Quaresma, Profª. Drª – Universidade Federal do Pará / UFPA (Brasil)
Magnus Luiz Emmendorfer, Prof. Dr. – Universidade Federal de Viçosa / UFV (Brasil)
Michelle Helena Kovacs, Profª. Drª. – Universidade Federal de Pernambuco / UFPE (Brasil)
Edegar Tomazzoni, Prof. Dr. – Universidade de São Paulo / USP (Brasil)

Sumário

Editorial	5
Artigos	
O “Espaço Turístico” a Partir da Multiescalaridade Territorial: complexidade e sistematização conceitual The “Space Tourist” From The Territorial Multiescalaridade: complexity and conceptual systematization	8
<i>Daniel Hauer Queiroz Telles</i> <i>Vander Valduga</i>	
Turismo Comunitário em Terras Indígenas no Estado do Acre: A experiência do festival de cultura indígena Yawanawá. Community Tourism in Indigenous Landas in Acre State: the experience of indian culture festival Yawanawá	17
<i>Dermeson de Sousa Lima</i> <i>Luzia Neide Coriolano</i>	
Turismo Comunitário e Inclusão Social: Análise do Roteiro Turístico de Base Comunitária do Projeto Boas Práticas na Serra do Brigadeiro – MG / Brasil Community Based Tourism and Social Inclusion: Tourist Guide Analysis Community Based Project Good Practices in Serra do Brigadeiro - MG / Brazil	26
<i>Werter Valentim de Moraes</i> <i>Magnus Luiz Emmendoerfer</i>	
O Turismo de Base Comunitária Como Alternativa de Desenvolvimento Local: o caso de Curuçá – Pará The Community-Based Tourism As Alternative Local Development: the case of Curuçá - Pará	36
<i>Liana Souza Freire</i> <i>Helena Catão Henriques Ferreira</i>	
O Envolvimento das Comunidades Locais nas Políticas de Uso Público em Áreas Protegidas no Estado de São Paulo Involvement of Local Communities in Public Use Policy on Protected Areas in the State of São Paulo	45
<i>Fabricio Scarpeta Matheus</i> <i>Sidnei Raimundo</i>	
Planejamento e Desenvolvimento Local do Turismo: um estudo sobre ferrovia, turismo e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro Planning and Tourism Development Location: a study on rail, tourism and environment in the state of Rio de Janeiro	55
<i>Eloise Silveira Botelho</i> <i>Carla Fraga</i>	
Hospitalidade e Interpretação Turística: relações com a comunidade local Hospitality and Tourism Interpretation: relations with the local community	64
<i>Lélio Galdino Rosa</i> <i>Isabela de Fátima Fogaça</i>	
Pensando em uma Antropologia do Consumo do Turismo Thinking of an Anthropology of Tourism Consumption	72
<i>João Alcantara de Freitas</i>	

Editorial

Prezados amigos, autores, avaliadores e demais colegas, é com enorme satisfação que chegamos a mais um número da ABET.

Para coroar o ano de 2015, período pelo qual o periódico passou por expressiva internacionalização, mormente na América Latina, haja vista ter recebido relevantes trabalhos de pesquisadores mexicanos, venezuelanos e argentinos, a revista consolida-se como uma publicação quadrimestral.

Tais esforços de expansão implicaram, necessariamente, em um compromisso da ABET em manter sua decicação em publicar trabalhos originais, oriundos de rigorosos e competentes pesquisadores da área do turismo e campos afins. E, ao final de 2015, nota-se que, juntamente, à expansão quantitativa de trabalhos, vislumbra-se, também, um profícuo e enriquecedor horizonte concernente à qualidade dos trabalhos.

Para marcar, portanto, essa consolidação, a ABET optou por publicar um dossiê temático sobre *Turismo de Base Comunitária*, por meio de um *fast track* realizado em parceria com a Comissão Científica do XIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local, mediante rígidos pareceres dessa Comissão, sobre os artigos que mais se destacaram seja pelo rigor metodológico, seja pela densidade do debate teórico, ou ainda, pelo impacto social de suas discussões. Tal intento evidencia não só outro compromisso do periódico, que é de estar em constante sintonia com pesquisadores que participam de relevantes eventos científicos, sobretudo latino-americanos, como também fomentar que a efetivação do fazer científico no turismo esteja vinculada, quando possível, a possibilidades efetivas de transformação social da realidade.

O XIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local foi realizado entre os dias 10 a 13 de novembro de 2014, nas dependências do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Esse encontro bianual, contou com aproximadamente 280 congressistas, com 91 trabalhos acadêmicos, dos quais 76 deles oriundos da categoria “pós-graduação”. Desses, oito foram obtiveram altas notas e recomendações oriundas das avaliações por pares, justificando, assim, sua publicação nesse número especial da revista, praticamente destinado a publicizar pesquisas oriundas do congresso supracitado.

O primeiro trabalho deste número, intitulado O “Espaço turístico a partir da multiescalaridade territorial: complexidade e sistematização conceitual”, de Daniel Hauer Queiroz Telles e Vander Valduga, traçam uma densa discussão teórica em torno da categoria de análise “espaço turístico”. Tomando como preocupação a relação existente entre a Geografia e o Turismo, os investigadores, embora constatem ser o “espaço turístico” uma plataforma recorrente nos estudos concernentes a essas duas áreas

do conhecimento, defendem o avanço epistemológico quanto à compreensão desse sintagma. Assim, ao trazer à baila as noções de multidimensionalidade territorial e multiescalaridade, para, posteriormente, sistematizar e desconstruir o “espaço turístico”, opta-se, em seguida, em adotar a multiescalaridade como ponto de partida para uma melhor compreensão dessa categoria. Portanto, após pormenorizado confronto e análise dos termos associados ao “espaço turístico”, eis que o mesmo, tal como se observa no trabalho, deva ser considerado em consonância com a instância social, jamais se afastando desse aspecto, bem como considera-lo um subsistema do espaço geográfico, não como uma categoria única e autônoma, mas sim perpassada por outras variáveis inerentes ao espaço geográfico. Por último, a consideração de que o espaço aplicado ao turismo, concepção usualmente vinculada ao “espaço turístico”, deva ser tida antes como uma categoria utilizada para fins de planejamento turístico, porém, sem jamais considera-la algo exclusivo ao Turismo.

Já o artigo “Turismo comunitário em terras indígenas no estado do Acre: a experiência do festival de cultura indígena Yawanawá, de Dermeson de Sousa Lima e Luzia Neide Coriolano se pauta no esforço acadêmico dos pesquisadores em relatar experiências do turismo comunitário na Terra Indígena do entorno do Rio Gregório, na cidade de Tarauacá-AC, mormente ao capturar de debater os efeitos da realização do Festival de Cultura Indígena Yawanawá. A partir de um minucioso debate acerca de diferentes possibilidades de turismo passíveis de serem vivenciadas em aldeias ameríndias, bem como a partir de método etnográfico de pesquisa, os autores não apenas elencam os desafios para a consolidação do turismo em Territórios Indígenas do Acre, como, também, consideram que a articulação solidária dos povos indígenas em torno de diferentes ações que visam evidenciar sua cultura oportunizam a prática de um turismo profundamente comprometido com a cultura local, com as formas tradicionais de vida e com respeito as singularidades étnicas dessas populações.

O terceiro artigo, “Turismo comunitário e inclusão social: análise do roteiro turístico de base comunitária do projeto boas práticas na Serra do Brigadeiro – MG/Brasil”, de Werter Valentim de Moraes e Magnus Luiz Emmendoerfer, ao se efetivar mediante uma pesquisa-ação, problematiza os desafios das comunidades anfitriãs ligadas ao turismo de base comunitária (TBC) para receberem os visitantes, especialmente ao lançar luz sobre os termos pelos quais o Núcleo de Turismo de base comunitária do Boné recebe turistas. Assim, a pesquisa, ao acompanhar, como um grupo de visitantes de Belo Horizonte/MG se relaciona com atrativos e equipamentos turísticos da região, em um roteiro elaborado por um dos cinco núcleos de Turismo de Base Comunitária existentes no Território da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais, ação essa que contou com a participação dos próprios moradores, nota-se que houve uma boa avaliação por parte dos visitantes, mormente no que tange

ao conhecimento e a solicitude dos anfitriões em relação às demandas dos turistas. Ademais, se notou a vivência, ao longo do percurso, de pilares do turismo de base comunitária, tais como: a coexistência dessa modalidade do turismo com outras atividades econômicas tradicionais, a solidariedade, o controle participativo e colaborativo entre os membros do Núcleo.

“O turismo de base comunitária como alternativa de desenvolvimento local: o caso de Curuçá – Pará, de Liana Souza Freire e Helena Catão Henriques Ferreira, por intermédio de uma metodologia qualitativa, que contemplou observação direta e análise em profundidade, debate as possibilidades do Turismo de Base Comunitária (TBC) ser, de fato, um indutor do desenvolvimento sustentável da comunidade paraense de Curuçá. Além de estar imersa em conflitos socioambientais, e conter em sua área de abrangência uma reserva extrativista, há, em curso, um conjunto de iniciativas para estímulo e valorização da cultura local. O trabalho tem ainda o mérito de desvelar os problemas e obstáculos que agentes que visam desenvolver o turismo de base comunitária no município se deparam, como o baixo nível de escolaridade, a falta de profissionalismo na organização da atividade turística, o baixo nível de remuneração em decorrência do turismo e falta de uma cultura solidária e de cooperação dentre as comunidades selecionadas para fazerem parte de projetos-piloto de turismo de base comunitária em povoados da cidade.

Já o artigo “Envolvimento das comunidades locais nas políticas de uso público em áreas protegidas no Estado de São Paulo”, de Fabricio Scarpeta Matheus e Sidnei Raimundo, pautado agora sobretudo na técnica de análise de conteúdo, busca ampliar o debate sobre como as políticas públicas do Estado de São têm contemplado a participação das comunidades locais, a conservação do meio ambiente e a conscientização ambiental de visitantes em áreas protegidas de uso público do Estado. Mediante apurada prospecção e análise de instrumentos jurídicos paulistas e federais, os autores detectam haver, nesse aparato legal, ênfase no viés da conservação ambiental em detrimento da participação das comunidades locais e da conscientização ambiental de visitantes. Além disso, a pesquisa explora a recorrência de expressões que evidenciam um apelo dessas unidades de conservação ao turismo, em detrimento de práticas usuais da população do entorno, como a recreação, salientando, portanto, um apelo a um público potencialmente exógeno à área de vigência da Unidade de Conservação. Por último e não menos importante, há a percepção de que o aparato jurídico vigente para Unidades de Conservação de uso público se encontram em processo de atualização, trazendo à baila a importância estratégica do ecoturismo como estratégia de conservação, a despeito dos eminentes riscos acarretados pela tendência do poder público estadual ao terceirizar a gestão desses territórios no Estado de São Paulo.

O sexto trabalho dessa coletânea, “Planejamento e desenvolvimento local do turismo: um estudo sobre

ferrovia, turismo e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro”, de Carla Fraga e Eloise Botelho desencadeiam a reflexão acerca do papel do modal ferroviário em unidades de conservação fluminenses. Ao recuperar não só o histórico do Estado do Rio de Janeiro em relação ao tema ferroviário, mas também identificar como a ferrovia tem sido concebida para fins turísticos no Rio de Janeiro, as autoras vislumbram a possibilidade de otimizar a gestão dessas iniciativas. A despeito de haver, no Rio de Janeiro, iniciativas historicamente reconhecidas de êxito no que tange ao uso da ferrovia para fins turísticos, como no Parque Nacional da Tijuca, as autoras defendem o aperfeiçoamento da operacionalização dessas iniciativas, propondo ações, como a gestão compartilhada de iniciativas passíveis de serem vinculadas, maior participação de entes ligados à ferrovia na cobrança da implementação de políticas públicas de turismo, bem como a elaboração de roteiros capazes de otimizar o produto ferroviário existente em dadas localidades.

O papel da hospitalidade e sua correlação com a interpretação do patrimônio. Eis o tema oriundo da contribuição de Lélío Galdino Rosa e Isabela de Fátima Fogaça. A partir do trabalho “Hospitalidade e interpretação turística: relações com a comunidade local”, uma profícua e inovadora discussão oportuniza ao leitor mensurar como a hospitalidade pode ter um peso determinante para a satisfação do turista, bem como para uma experiência turística mais enriquecedora, na medida em que, mediante maior contato entre visitantes e anfitriões, um maior conhecimento da cultura local é passível de ser obtido. Ademais, os autores retomam autores clássicos no que tange ao debate sobre a interpretação do patrimônio, (re) problematizando os desafios e as possibilidades que essa prática de mediação cultural fomenta para o turismo.

E, para coroar este número, a instigante investigação de João Alcântara de Freitas, intitulada “Pensando em uma Antropologia do consumo do turismo”, em que o pesquisador fluminense, a partir da teoria concernente a um modelo de estrutura e movimentação do significado cultural de McCracken, debate, dentre outras proposições, as ressignificações simbólicas assumidas pelo consumo e suas implicações na contemporaneidade, em que o ato de consumir adquire, segundo o autor, um estatuto central nas trocas simbólicas entre sujeitos. Por último, o autor debate em que termos se dá a construção simbólica dos lugares, os sentidos carregados pelas lembrancinhas (souvenires), fotografias e narrativas turísticas, segundo ele, elementos erigidos por uma teia simbólica de significados que ultrapassam sobremedida as dimensões funcionais desses objetos e discursos, trazendo consigo uma complexa rede de representações, muitas delas ligadas à dispositivos de poder e *status*, tal como bem evidenciado ao longo da pesquisa.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Edwaldo Sérgio e Thiago Pimentel
Coeditores da ABET

O “ESPAÇO TURÍSTICO” A PARTIR DA MULTIESCALARIDADE TERRITORIAL: COMPLEXIDADE E SISTEMATIZAÇÃO CONCEITUAL

Daniel Hauer Queiroz Telles¹
Vander Valduga²

Resumo:

Há algumas décadas o termo “espaço turístico” vem conformando-se como um elo integrador de abordagens disciplinares. Ao avançar como área de conhecimento autônoma, o turismo passa a deixar lacunas para a sua abordagem espacial, uma vez que desconsidera sua concepção ontológica - desde a geografia – em detrimento de sustentações metodológicas, não raro, insuficientes. Próprio de uma época em que os fluxos se densificam, o turismo como expressão social de relevância econômica permite à geografia o lançamento de um olhar múltiplo sobre as relações entre sociedade e espaço. O território em que o turismo estabelece-se, de modo relevante, está munido de desafios metodológicos para sua análise. Buscando avançar, a partir de perspectiva multiescalar sobre o turismo, em dois momentos distintos da discussão – antes e depois da desconstrução do “espaço turístico”. O presente trabalho de cunho teórico sugere parâmetros integrados à abordagem geográfica do turismo. Entende-se que, alinhando-se aos desafios do paradigma da complexidade e de correntes do pensamento geográfico contemporâneo, esta discussão possa redimensionar as utilização e importância do “espaço turístico” enquanto pretensa categoria de análise da abordagem geográfica do turismo. Desta forma, esboça elementos para discussão teórico-metodológica que possam somar esforços no estabelecimento de superação epistemológica.

Palavras-chave: Espaço turístico. Multiescalaridade. Epistemologia. Interdisciplinaridade.

THE “TOURIST SPACE” FROM THE STAND POINT OF TERRITORIAL MULTIESCALARITY: COMPLEXITY AND CONCEPTUAL SYSTEMATIZATION

Abstract:

Touristic space has been proposed as an integrative concept in scientific analysis for few decades. To emerge as an autonomous area of knowledge Tourism create gaps in geographic perspective of space. Typical of a time when flows grow, tourism as a social expression of economic relevance to geography allows the release of a multiple look on relations between society and space. The territory in which tourism is established in a relevant way methodological challenges is provided for your review. Seeking forward from multiscale perspective on tourism in two distinct moments of discussion - before and after the deconstruction of space tourism -, this work suggests a theoretical slant integrated approach to tourism geographical parameters. It is understood that, by aligning the challenges the paradigm of complexity and streams of contemporary geographical thought, this thread can resize discussions on space tourism as a category of analysis of the geographical approach to tourism. Thus presents evidence that theoretical and methodological discussion that may combine efforts in establishing epistemological overcome.

Keywords: Touristic space. Multiscalarity. Complexity. Epistemology. Interdisciplinarity.

ESPACIO TURÍSTICO DESDE LA MULTIESCALARIDAD TERRITORIAL: COMPLEJIDAD Y SISTEMATIZACIÓN CONCEPTUAL

Resumen:

Hace algunas décadas el término “espacio turístico” se ha conformado como un vínculo integrador de enfoques disciplinares. Para avanzar como un área de conocimiento autónomo, el turismo empieza a dejar huecos por su enfoque espacial, ya que no tiene en cuenta su concepción ontológica - desde la geografía - a expensas de los apoyos metodológicos, a menudo insuficientes. Es propio de una época en que se consolidarán los flujos. El turismo como una expresión social de importancia económica para la geografía permite la liberación de una mirada múltiple sobre la relación entre la sociedad y el espacio. Territorio en el que se establece el turismo, de forma relevante, está equipado con desafíos metodológicos para el análisis. Tratando de pasar de la perspectiva multi-escala en el turismo, la discusión en dos momentos distintos - antes y después de la desconstrucción de “espacio turístico” - la naturaleza de este trabajo teórico sugiere los parámetros geográficos enfoque al turismo integradas. Se entiende que, alineando los desafíos que el paradigma de la complejidad y las corrientes del pensamiento geográfico contemporáneo, esta discusión puede redimensionar el uso

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa. Doutor, Mestre e Bacharel em Geografia. danieltelles@unipampa.edu.br.

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná. Doutor em geografia, Mestre e Bacharel e mestre em Turismo. vandervalduga@gmail.com.

y la importancia de “espacio turístico”, como supuesta categoría de análisis del enfoque geográfico con el turismo. Por lo tanto, se esbozan los elementos de discusión teórica y metodológica que podrían unir fuerzas para establecer epistemológico superar.

Palabras clave: Zona turística. Multiescalaridade. Epistemología. Interdisciplinariedad.

1 INTRODUÇÃO

Cada campo do saber tem buscado respostas às suas problemáticas em cada tempo. No campo científico, os avanços têm ocorrido por rupturas e continuidades, chamadas por Kuhn (1991) de revoluções científicas, quando os paradigmas são transformados. Num cenário de diminuição de espaços e adensamento de fluxos, conceber conhecimentos e interpretações mais abrangentes se torna imperativo.

Parece ser, portanto, uma problemática inerente a abordagem espacial do turismo a constante investida descritiva de fenômenos, simplificando a complexidade real do fenômeno sob discursos técnicos cômodos orquestrados por organismos oficiais e sem a devida crítica acadêmica. Dados esses pressupostos iniciais, reconhece-se como desafio ao presente trabalho uma reinterpretação da abordagem espacial do turismo que avance em relação ao paradigma das abordagens tradicionais do espaço turístico que concorrem à interpretação a partir do fluxo origem-ligação-destino. Essas interpretações clássicas têm conduzido à interpretação ferramental-funcional do turismo enquanto setor de serviços da economia, impossibilitando que seus estudos fossem compreendidos a partir de outras bases (VALDUGA, 2012; TELLES, 2013).

Do ponto de vista da geografia, o espaço turístico é tratado de maneira sectária e comumente sem uma interpretação ampliada do fenômeno turístico. De modo semelhante à pouca apreciação por parte das ciências sociais, o turismo recebe da geografia certa displicência, uma vez que esta se redime em dar sequência a discussões profícuas já iniciadas, e acabar acomodando-se em apropriações intelectuais como uma especialidade de alguns interessados. Isto se dá por motivos que variam desde a impopularidade embutida em um suposto elitismo com relação ao assunto, até a dificuldade da própria geografia em estabelecer métodos frente à condição pós-moderna e complexa do mundo do presente. Na primeira variável, observa-se prática confortável, uma vez que pode se adequar facilmente à “sedução do discurso fácil e do consenso imediato”, explicada e acusada por Gomes (2009, p.27-29), como a “reprodução da banalidade” na geografia. Na segunda, encontra-se a própria dificuldade desta disciplina em superar suas matrizes diversas que acabam por obstruir a necessária interação com outras áreas.

A atual relevância do fenômeno turístico nas mudanças territoriais em todo o mundo é um fato a ser destacado, sem sofrer diminuições por quaisquer que

sejam as razões. Tema em evidência e que tende a se estabelecer em diferentes localidades. Fato que assola grande desafio ao conhecimento, antes de tudo, sob o ponto de vista teórico-metodológico, do que catalográfico. Trata-se, neste sentido, de constituir um raciocínio geográfico que conste em “distinguir e articular diferentes níveis de análise espacial, que correspondem a levar em consideração conjuntos espaciais de grande ou pequena dimensão [esta] dimensão metódica dos diferentes níveis de análise” (LACOSTE, 2010, p.231) atribui ao desafio em revigorar as abordagens geográficas do turismo.

A elaboração teórica proposta tem como parâmetros aspectos inerentes ao espaço geográfico: a multidimensionalidade que abrange o cultural, o político e o econômico em coexistência, sendo a totalidade do território como expressão não setorial de uma realidade em transformação, que conduz a discutir, por fim, a turistificação. E a multiescalaridade enquanto concepção de abertura analítica para a análise espacial de um fenômeno ou objeto, e recurso epistemológico de apreensão da realidade.

Pela escala geográfica, em uma definição apenas introdutória, entende-se a “pertinência do fenômeno observado” (CASTRO, 2009) e do “real como representação” (CASTRO, 2002), abrindo a perspectiva de estudos sobre o espaço para uma perspectiva existencial (SILVEIRA, 2006), ou seja, que verse, não apenas para os fatores de medição, mas de conteúdo do espaço (HAESBAERT, 2004).

A perspectiva da complexidade a partir do princípio dialógico de complementaridade, antagonismo e interdependência, somada à perspectiva analítica da multiescalaridade/multidimensionalidade é apresentada como proposição de um itinerário metodológico na abordagem espacial do turismo, (...) nesse contexto, uma perspectiva territorial do turismo foi proposta considerando a simultaneidade de ações, o território em relação, de maneira que as fronteiras sejam tomadas apenas como ponto de partida para a compreensão. Essa perspectiva visa compreender e ampliar o debate no que se refere ao “espaço turístico” e a sua noção empírica: a turistificação.

O presente trabalho possui três etapas fundamentais: (i) a utilização das noções de multidimensionalidade territorial e multiescalaridade como abertura de abordagem sobre o turismo no espaço; (ii) a sistematização e desconstrução do espaço turístico, desde abordagens hipotéticas representativas sobre o turismo no espaço; (iii) a multiescalaridade como abordagem e reconstrução da noção de espaço turístico, apontando para um caminho epistemológico a servir de debate comum na revisitação do espaço turístico. Como resultado, traz-se proposta preliminar de reconstrução da noção de espaço turístico, no intuito de integrar as vertentes gerais de base conceitual verificadas na sistematização do objeto, quais sejam: o espaço geográfico do turismo e o espaço aplicado do turismo. Estas duas perspectivas não se excluem, tampouco estão em total desavença, mas respondem por uma questão de embasamento ontológico da própria noção de espaço turístico.

A multiescalaridade é tida como recurso analítico complexo, no intuito de revelar a complementaridade, o antagonismo e a interdependência de perspectivas sobre o turismo a partir do espaço. Esse recurso possui duas fases de incorporação na discussão: a primeira como caminho metodológico que possibilita a desconstrução do espaço turístico, ao pluralizar as perspectivas de abordagem utilizadas pelo mesmo; a segunda como caminho epistemológico na qual a própria síntese do espaço turístico, depois de sistematizada, seja considerada etapa axiomática no esforço de lançar inteligibilidade não reducionista de base ao turismo.

Após constatar a necessidade de se repensar o espaço turístico, como resultado da acomodação e divergências de uso que este conceito recebe, a multiescalaridade pode ser entendida como opção metodológica e epistemológica relevante para avanços em termos teóricos de abordagens interdisciplinares entre Geografia e Turismo. Assumindo a incipiência desta proposição, contudo, é necessário abrir o tema à discussão e testes de aplicação para que fortaleça sua validade ou não, suscitando, por fim, o porquê dessa constatação. O presente trabalho apresenta como discussão inicial a problemática do espaço turístico na abordagem geográfica do turismo; num segundo momento apresenta uma abordagem multidimensional do território no turismo considerando os preceitos da complexidade e dialógica; no terceiro momento se propõe a desconstruir, analisar e reconstruir uma sistematização do espaço turístico.

2 ESPAÇO TURÍSTICO: A PERTINÊNCIA DO CONCEITO PARA A ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO TURISMO

O turismo é um dentre um rol de outros usos na configuração territorial. Por esta razão, propõe-se entendê-lo não somente como uma camada técnica sobreposta ao espaço, mas como abertura interpretativa de uma realidade. Atua como uma lente à procura de conteúdos e que resulte em uma imagem difundida nas diferentes territorialidades coexistentes, o que não deixa de ser um elemento totalizante na identificação espacial. Nesta perspectiva, a sistematização do turismo para o território se mune de menor pragmatismo como comumente estabelece-se em leituras, por mais abrangentes que sejam.

Servindo, assim, como um caminho metodológico à procura de conteúdos e que resulte em uma análise fundamentada de uma realidade espacial complexa. Lidar com este fenômeno é um desafio científico, não somente pela recente institucionalização acadêmica da área, mas pela tendência à apropriação de discursos legitimadores de uma realidade imposta, ao invés de um modo de desvendar a realidade. Por este fenômeno, em concepções não lineares se pode promover ampliação de novas relações e perspectivas para este fenômeno.

O tipo, ou tipos predominantes de turismo que se verifica em cada local é questão subjacente à sugestão

anteriormente referida, sendo que os usos turísticos adquirem particularidades em cada lugar e podem atender a interesses de acordo com um desencadeamento de ações. É o que se entende por turistificação. Há diferentes tipos de turistificação e, é sobre isto que a integração das categorias espaço, tempo e sociedade podem intervir no conhecimento espacial geográfico, de modo que, hoje, lidar com este fenômeno – o turismo – é um desafio geográfico em aberto não apenas do ponto de vista epistemológico, mas também ontológico, importância crescente como indicador de reconfigurações locais e regionais no atual estágio civilizatório do mundo.

O arcabouço tipológico do turismo adquire particularidades em cada lugar por conta da integração/desintegração ao processo histórico. É a turistificação como totalidade, e não como reducionismo analítico, tal como oferecem leituras sobre produção, aplicação ou promoção do espaço. Não foge a este panorama complexo a capacidade de tornar inteligível o próprio turismo, uma vez que na noção de território estão implícitas as relações de poder socialmente instituídas (RAFFESTIN, 1993) que atendem a interesses de acordo com um desencadeamento de ações multidimensionais, ou seja, econômicas, políticas e culturais em interdependência (CORRÊA, 2010). Há, tal qual diferentes tipos³ de espaços, diferentes tipos de turistificação e, é sobre isso que o território, enquanto totalidade pronta e em construção (SANTOS, 2008), deve estar apto a embasar uma abordagem geográfica do turismo.

Expostas os variáveis gerais em questão, a preocupação em discutir a relação interdisciplinar entre Geografia e Turismo, dada a relativa consagração epistemológica da mesma, evidencia a importância de uma categoria de análise não menos consagrada em níveis didáticos e de pesquisa. Tal consagração, por sua vez, não se reconhece sem constatar a diferente natureza ontológica dessas duas áreas do conhecimento, o que em termos contextuais possui grande diferença conceitual. No entanto, a partir do desafio contemporâneo de superação de paradigmas, não compete à ciência firmar ranços, mas sim suprir lacunas e vias interpretativas para aberturas da sociedade do presente. Neste intuito, a pertinência do espaço turístico como categoria central na formação de uma base notadamente consagrada para a condução de diferentes metodologias de pesquisa é tida como condição para o tecer da presente discussão.

O espaço turístico constitui-se na categoria de base para as abordagens que se apoiam em metodologias embasadas em outros conceitos de grande relevância nas pesquisas em turismo, tais como: paisagem, lugar, região, planejamento territorial, governança, entre outros. Estas, por sua vez, abrem-se para abordagens ainda mais

³ Apesar de reconhecer na tipologia weberiana um exercício analítico passível de reducionismos, entende-se a tipificação de realidades como uma delimitação introdutória às abordagens específicas, não excluindo-se a existência de outros caminhos metodológicos sobre os fenômenos no espaço geográfico.

específicas, não lhe tirando o mérito científico pela possível superespecialização conceitual. Independentemente do nível de abstração tomado como base para a pesquisa, a negligência sobre a natureza dos conceitos e suas proposições mais consagradas, mesmo que variem para autores e escolas diferentes, é uma atitude pouco profícua na busca por teorizações ou mesmo análises aprofundadas.

A importância do espaço turístico é tamanha que oferece uma condição preliminar para as pesquisas interdisciplinares em Geografia e Turismo, oferecendo uma plataforma cuja base está no espaço geográfico e os caminhos no que seria o objeto de estudos do Turismo, seja ele o sujeito turístico, o produto, o tempo turístico, o destino, etc. Não sendo esta a preocupação da discussão, afirma-se pela necessidade de se repensar o espaço turístico como categoria específica de análise de abordagens geográficas do turismo, ou abordagens turísticas do espaço.

3 ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL DO TERRITÓRIO

O tecido epistemológico da construção em curso leva em consideração os princípios da complexidade e da dialógica como caminho metodológico, na possibilidade da interdependência, do antagonismo e da complementaridade entre os elementos de análise e os fenômenos sociais (MORIN, 2003; 2007; 2008). A abordagem complexa não é, a priori, excludente, contudo nasce como resposta à visão não complexa das ciências humanas e das ciências sociais, que conceberam que há uma realidade econômica por um lado, uma realidade psicológica, de outro, uma realidade demográfica, de outro e assim por diante (MORIN, 1990).

O princípio dialógico pressupõe a reintrodução do conhecimento em todo o conhecimento e permite a compreensão do movimento, das inter-retroações do sistema, a união de opostos ou a ordem/desordem/interações/organização. Não se trata de opor um holismo global e vazio ao reducionismo mutilante. Trata-se de ligar as partes à totalidade, pois o paradigma da complexidade permite reunir e distinguir. É o pensamento apto a reunir, contextualizar, globalizar, mas ao mesmo tempo reconhecer o singular, o individual, o concreto (MORIN; LE MOIGNE, 2000).

Nesse sentido, a proposta teórica tem como parâmetro aspectos inerentes ao espaço geográfico: multiescalaridade enquanto simultaneidade de ações e a multidimensionalidade que abrange o cultural, o político e o econômico em coexistência e enquanto totalidade do território como expressão não setorial de uma realidade em transformação.

A partir do exposto, a noção de território pode ser apreendida não mais por si mesmo ou por seus limites e fronteiras. A noção de fronteira, domínio e poder são válidos enquanto ponto de partida na interpretação territorial, no entanto, as especificidades do território resultam muito mais do contato do que do isolamento espacial, isto é, ele também deve ser pensado como produto de inter-relações, de forma que não há um ponto de

partida original a ser recuperado ou uma posição anterior à relação (MASSEY, 2008). Essa perspectiva de concepção integrada do território leva em consideração a ideia de totalidade e abarca a vertente política, simbólico-cultural e econômica. “Muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma rel-ação, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle” (HAESBAERT, 2004, p. 127)⁴.

A vertente territorial é particularmente complexa e apresenta oportunidades do ponto de vista da abordagem espacial do turismo, uma vez que espaços são produtos de simultaneidades e coexistências (MASSEY, 2008; VALDUGA, 2011), e o turismo apresenta-se como evento, fluxo, variável e imprevisível, impactando na territorialidade, assumida como um conjunto de relações oriundas do sistema tridimensional: sociedade-espaço-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (RAFFESTIN, 1980).

Entender o turismo enquanto possibilidade é não torná-lo panaceia, mas sim, ocasião de rearranjar um contexto socioespacial, afinal “o turismo só será justo quando a sociedade for justa” (KANITZ et al., 2009, p.10). Há divergências sobre a pertinência e o posicionamento do turismo dentro das abordagens geográficas. É fato que este fenômeno tem recebido certo destaque nos estudos sobre o espaço, em que pese “a dificuldade de se firmar e enquadrar-se a uma perspectiva única de investigação científica, fato que tradicionalmente tem causado fortes embates entre os geógrafos” (SANTANA; AZEVEDO, 2005, s/p).

As abordagens do turismo incorrem, frequentemente, na leitura de seu *modus operandi* tomado como verdade, fato que, do ponto de vista da abordagem espacial, pode ser considerada como sectária, pois o homem, ancorado no coração de um território apropriado na sua complexidade, não é necessariamente consumidor (ROUX, 2004). O território se materializa enquanto probabilidade, isto é, de manutenção e exclusão dos vetores que o definem, entre eles a existência do turismo como vetor territorial. Como produto da sociedade de consumo onde “segmentar nossas existências em objetos que são necessários adquirir imperativamente, como causas da felicidade a vir” (ROUX, 2004, p. 54), a abordagem espacial do turismo não pode negligenciar os diferentes projetos em curso, como o dos seus habitantes, quando da abordagem do planejamento turístico.

Algumas perspectivas críticas do turismo, por outro lado, consideram este fenômeno de modo apenas condenável, o que para a busca do entendimento sobre a realidade, que visa novas relações na organização do território, é insuficiente. Há de se ter a noção dos verdadeiros vetores da configuração territorial, dos

⁴ Arelada à noção territorial emerge o problema das identidades e da autenticidade, campo em aberto na interpretação social do turismo e comumente levado a interpretações de reificação de espaços e a certa nostalgia de um espaço vivido. A esse respeito sugere-se o trabalho de Brubaker (2001) e Yázigi (2009).

fatos do presente, não desconsiderando o movimento enquanto processo incessante. Sob este entendimento estão as possibilidades, pelo que se torna imperioso qualificar o território pelas lentes de interpretação do espaço turístico enquanto uma expressão complexa do espaço geográfico, que é total.

É necessário, todavia, considerar que não é possível analisar o turismo desde uma perspectiva unicamente espacial. Apesar de esta perspectiva constituir-se, talvez, em uma das principais perspectivas sobre o fenômeno, existem abordagens que fogem do âmbito geográfico para compreensão do turismo. Neste interim, a especificação do objeto geográfico em uma derivação para aproximação interdisciplinar àquelas disciplinas que também oferecem perspectivas analíticas importantes ao turismo se torna necessária. Por isso o espaço turístico tem sido um conceito discutido e proposto dentro de diversas abordagens que unem as áreas em tela (geografia e turismo).

O turismo enquanto fenômeno permite uma sistematização da realidade expressa no espaço geográfico. O que não quer dizer que se torne selecionado de uma dada configuração territorial para a descrição das espacialidades dos elementos considerados turísticos. O recorte de um território é fundamental para que seja considerada a sua historicidade que interfere na realidade (TELLES, 2012).

A possibilidade de se atribuir ao território uma trama de relações entre homens, firmas e instituições implica em explicar a perspectiva de abordagem que se pretende realizar. Sendo uma abordagem sobre o espaço turístico, tem-se a possibilidade de atribuir-lhe conceitos. Desta forma, as abordagens que penderão entre a já sabida dimensão cultural, política e econômica, evidenciarão seus próprios contornos; coloca-se, neste ponto de vista, o turismo como um subsistema territorializado (TELLES, 2012). Evidentemente, estes e os elementos em relação no território estarão fortemente imbuídos de relações de força, as quais a história se encarrega de tornar herança.

Em síntese e como um caminho metodológico preliminar, propõe-se uma sistematização de compreensões-chave no que se refere à abordagem territorial do turismo. O quadro 01 sintetiza algumas proposições debatidas previamente.

Quadro 01: Síntese metodológica preliminar.

Espaço Turístico (território)	Complexidade da abordagem
Multiescalaridade	Noção dialógica dos vetores territoriais e convergência das noções de espaço e tempo. Sistemas de ideias e ações, fluxos temporais e diferentes temporalidades e espacialidades.
Multidimensionalidade	Interdependência entre os fenômenos espaciais. Abordagem não sectária do espaço turístico. Totalidade dialógica. Possibilidade de análise integral da relação espaço/temporal no turismo.

Fonte: organizado pelos autores (2014).

4 DESCONSTRUÇÃO E ANÁLISE SOBRE O ESPAÇO TURÍSTICO

A elaboração teórica das diferentes abordagens geográficas sobre o turismo apresenta um leque de variações considerável, ou seja, não há uma proposta metodológica única para as pesquisas que tenham como preocupação o turismo em seu contexto espacial. A superação dos reducionismos comuns percebidos na confluência interdisciplinar em tela repousa sobre o espaço turístico como conceito conjugado de fundamental importância.

Isso não se constitui em algo excepcional ao fenômeno turístico, uma vez que a geografia perfaz seu caminho sob outras áreas e correntes, com maior ou menor nível de convergência. Isto varia e depende da própria ontologia e evolução paradigmática próprias de cada área do conhecimento. Além da discutida pertinência de classificação da Geografia em física e humana, como forma de enfatizar as especializações metodológicas que ocorrem na *práxis* disciplinar, é, sobretudo, na utilização de uma ou mais categorias de análise geográficas, que torna-se visível tal diversidade de abordagens geográficas dentro da disciplina. Fato este que sugere a colocação de diferentes geografias como atual panorama desta disciplina.

Em meio a essa problematização interdisciplinar entre turismo e geografia, nada simples e meritória de pesquisas de estado da arte cada vez mais aprofundadas, a proliferação de estudos acompanha a quantificação dos títulos na carreira acadêmica. Estes, por sua vez, não raro, apoiam-se em convenientes caminhos metodológicos de frágil base conceitual. Diante deste quadro, o espaço turístico estabelece-se menos como constructo epistemológico do que metáfora facilitadora de aplicação de modelos, mas não contribuindo com geração de conhecimento para a área intersecta (ao qual tem-se denominado abordagem geográfica do turismo, em sentido amplo).

Ocorre que o conceito de espaço turístico adquire função aplicada para a compreensão do fenômeno turístico, o que implica em um distanciamento, quando não, desamparo acadêmico no seu entendimento, em detrimento de sua priorização operacional. A conveniência pela utilização de propostas em replicação de análises empíricas de diferentes contextos históricos e escalares reflete o descaminho científico que as abordagens geográficas do turismo têm passado. O turismo, tanto quanto outras áreas contemporâneas, não sai desse embate sem perdas, justificando a necessidade de novos paradigmas e a superação de metanarrativas. Alinha-se a um desafio pós-moderno pelo qual as ciências devem incorrer novas abordagens (JAMESON, 2003).

O turismo apresenta seus fundamentos geográficos, e estes não se restringem apenas a apontar potencialidades, identificar fluxos e quantificar a oferta das localidades (TELES, 2009). Debater acerca de parâmetros nos tratamentos conceituais ligados ao espaço turístico – paisagem, região, lugar – incorre em considerar “que há tratamentos setoriais e tratamentos integrados, que

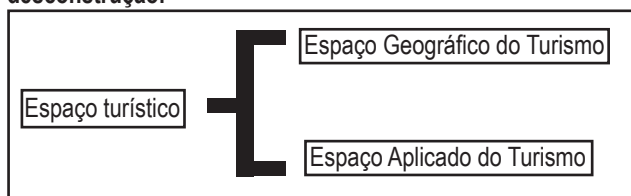
por vezes se confundem na utilização desses conceitos” (TELLES, 2012, p.55). Diante disto, é necessário avançar na sistematização da matéria. Para este autor, isto pode ser atingido, “primeiro, na consideração de que o espaço turístico contemple um arcabouço teórico-metodológico do espaço geográfico. Segundo, no reconhecimento da importância de saberes oriundos de outras disciplinas na complementaridade do que, por fim, compõe a turistificação dos territórios” (TELLES, 2012, p.55). A turistificação, por sua vez requer uma abordagem multiescalar que dê conta de considerar aspectos de diferentes origens, periodicidades, dimensões e magnitudes em seu estabelecimento.

Nota-se um viés em surgimento que não se encerra apenas na constatação da complexidade, mas a incorpora enquanto crise paradigmática. Bastaria não desconsiderar-se categorias de ampla abstração, tais como espaço, tempo e sociedade, na abordagem do espaço turístico.

5 OS DIFERENTES ESPAÇOS TURÍSTICOS: PROPOSTA PRELIMINAR DE SISTEMATIZAÇÃO

Considerando-se os diferentes tratamentos existentes sobre o espaço turístico, foi necessário sistematizar as perspectivas, ainda que de modo não absoluto, pois entende-se existirem diferentes concepções espaciais na abordagem geográfica do turismo (Figura 1).

Figura 1 - Diferentes concepções do espaço turístico - desconstrução.



Fonte: elaborado pelos autores.

Ressalta-se que a proposta a seguir pretende suscitar debates na área e, sobretudo, pormenorizar reducionismos nas propostas analíticas, especialmente nas pesquisas dentro da geografia que se fazem valer do espaço como ponto de partida de suas discussões, e não como categoria de análise nuclear de estudos geográficos.

O tratamento dado ao espaço turístico separa-se em duas concepções gerais que, por sua vez, agrupam concepções mais próximas da praticidade empírica em pesquisas sobre o turismo desde um viés geográfico. Na primeira classe o espaço é avaliado desde seu caráter inerentemente social e varia de acordo com correntes do pensamento geográfico que atendam à sua característica eminentemente social. Na segunda classe estão perspectivas que apenas tangenciam o espaço, eximindo-se de seu teor conceitual, e das superações paradigmáticas da própria geografia.

Pode-se considerar a presente abordagem como um novo desafio epistemológico à abordagem espacial do turismo e um constructo à abordagem geográfica do turismo. Com todas as limitações que podem ser assumidas nesse contexto, pode-se inferir que a presente abordagem remete a uma nova fronteira na interseção disciplinar do turismo e da geografia, requerendo avanços ulteriores.

Dentre as diferentes utilizações metodológicas sobre o espaço turístico, num primeiro recorte, estabelecem-se duas vias de análise: a primeira em que o mesmo constitui-se em subsistema autônomo, desde que suportado pelo método geográfico de espaço social e, finalmente, em que o espaço é um mero fator locacional, já não suportado pelo entendimento contemporâneo de espaço pela geografia. Espaço geográfico do turismo e espaço aplicado do turismo, portanto, constituem-se na primeira sistematização necessária para a desconstrução do espaço turístico, visando de modo posterior, sua reconstrução como contribuição epistemológica interdisciplinar.

6 MULTIESCALARIDADE NA ABORDAGEM TERRITORIAL DO TURISMO: PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PRELIMINAR

Avançar no entendimento sobre o espaço turístico numa perspectiva não estática/inerte requer enfrentamento da complexidade inerente ao processo de turistificação das sociedades em diferentes escalas e dimensões. Não apenas acomodar-se diante da constatação de que vive-se em uma sociedade complexa, próprio de uma época em que os fluxos se densificam. O turismo como expressão social de relevância econômica permite à geografia o lançamento de um olhar múltiplo sobre as relações entre sociedade e espaço. Tem-se como meta subsidiária a este fim, mecanismos analíticos abstratos, ciente da dificuldade de realizar discussões neste âmbito da produção do conhecimento, desde que reconhecida a insuficiência paradigmática a que se está diante. Para tanto, apoia-se na assertiva de que a natureza multiescalar dos fenômenos decorre da complexidade dos mesmos e da natureza multidimensional do território.

Inicialmente, é importante estabelecer a superação axiomática conferida à geografia no entendimento do conceito de escala. Este debate não se faz sem problemas, uma vez que é um debate, ainda pouco desenvolvido na geografia (CASTRO, 1992). Considerando a mediação escalar entre uma abordagem e o seu objeto, presume-se que um caminho não negligenciável deva ser conduzido em pesquisas contextualizadas espacialmente sobre o turismo, ou qualquer outro fenômeno social no espaço.

Neste intuito, a multiescalaridade pretende ser uma alternativa supostamente irreduzível para tal condução argumentativa. Ainda que isto incorra em uma forte semelhança com a constatação complexa de fenômenos na ciência contemporânea, está-se diante de um impulso epistemológico entre diferentes áreas do conhecimento pela sua superação axiomática.

Dito isto, propõe-se a multiescalaridade na abordagem territorial do turismo como um passo essencial para o avanço de uma categoria demasiadamente importante e prévia a tantas abordagens subsequentes em torno de outras categorias geográficas – paisagem, lugar, região – e suas respectivas importâncias nos estudos do turismo. Passo, portanto, que impele um retrocesso e, a partir disto pretende avançar na superação de reducionismos nos estudos geográficos sobre o turismo.

Se constatada a preocupação de que “a própria escala, enquanto fenômeno consubstanciada de toda análise, merece ser estudada de modo particular” por mediar uma ação (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983, p. 124), a relação entre o fenômeno observado e sua abordagem requer consideração suficientemente clara sobre esta mediação metodológica. Eis que uma abordagem sobre algo, em se tratando do território, possui uma mediação escalar múltipla.

A escala se constitui numa preocupação metodológica fundamental às análises espaciais. Através de seus diferentes, porém convergentes, enfoques, (a escala) “não existe como medida, porque ela não fragmenta, mas, pelo contrário, integra” (CASTRO, 1993, p. 59), de modo que a escala geográfica é considerada a pertinência de um fenômeno observado. Por essa via de embasamento conceitual, o objeto ou fenômeno em questão visa receber um tratamento que “dê conta da multiplicidade e da diversidade de situações e de processos” (SANTOS, 2008, p.64). Nesse sentido, regional e local se interpenetram como abstrações da organização do território, mas as escalas de análise adquirem vias próprias, dando especificidade a essas duas expressões gerais de abordagem.

Lidar com a coexistência e com a multiplicidade de escalas é concordar que são as diversas perspectivas que permitem a análise de um fenômeno espacial. Nas palavras de Machado (1995):

Se a visão microscópica – que nos permite entrever os detalhes da organização local através dos tempos – é essencial para captar a complexidade da vida social e territorial, essa organização só pode ser entendida quando complementada por uma visão macroscópica, isto é, pelo estudo das relações do lugar com o espaço geográfico bem mais amplo onde está inserido (MACHADO, 1995, s/p).

Para Corrêa (2010, p.136), “a operação escalar não introduz uma visão deformada, geradora de dicotomias, mas ao contrário, ressalta as ricas possibilidades de se analisar o mundo real [...] em níveis conceituais complementares”. A convergência entre escalas de abordagem caracteriza a apreensão do objeto investigado. São as conexões que se fazem possíveis identificar entre as escalas, sejam conceituais ou espaciais, e que “contribuem para dar unidade

à análise geográfica” (CORREA, 2010, p.136). Reforça-se às preocupações anteriores “a perspectiva das escalas dos fenômenos [que] permite organizar os campos da geografia, ampliando seu escopo” (SANTOS et al. 2000, p.40).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que difere o espaço geográfico do turismo do espaço aplicado do turismo é o posicionamento de sua concepção. Essa diferença, entretanto, não significa separação. Ou seja, uma abordagem que incorpore ambas as concepções, independente de sua priorização e contexto, ou de sua base conceitual e seu encaminhamento metodológico posterior, tende a superar insuficiências que se expressam, ora pelo lado da abstração, ora do pragmatismo.

As categorias ligadas ao espaço que o desconsideram enquanto instância social correm o risco de tornar a compreensão do turismo seletiva. Esse espaço sectário opta por que elementos considerar em suas análises, fazendo uso de categorias geográficas como muletas, pois reproduzem a seletividade da análise. A história se faz ausente em tais abordagens, num tratamento aplicado de espaço que não se sustenta dentro da geografia desde sua renovação epistêmica.

O espaço turístico constitui-se num subsistema do espaço geográfico (TELLES, 2012; 2013). Sem esta compreensão, corre o risco de esbarrar nas limitações e proposições de um espaço sectário, também cunhado como “espaço especial, particular, adjetivado” (SANTOS, 1999, p.17). Há, muitas vezes, a equivocada compreensão do espaço turístico sem a consideração de que a realidade vivida por turistas seja sazonal, pois não se é turista. Ainda tendo este esclarecimento resolvido, se estar turista apenas retrata um tipo social que não está imune em envolver-se com intempéries sociais ou naturais ao longo de sua viagem e estada, ainda que involuntariamente, é, no mínimo, estranho considerar que a experiência do turista não se ocupe de acasos, dentre os quais se veem os reveses de salubridade, criminalidade, abusos, entre outros.

Sobre o espaço aplicado ao turismo. Ele pode ter uma finalidade acadêmica: planejamento. O planejamento permite que o espaço turístico não seja visto sob uma ótica epistemológica geográfica e sim como um ente direcionado e sectário da realidade (configuração territorial), tenha seu posicionamento conceitual de importância acadêmica. O que não torna o espaço aplicado do turismo um objeto exclusivo do Turismo. Ainda assim, este conceito vê-se dependente de apreensões interdisciplinares, seja pela cartografia, arquitetura, urbanismo, desenvolvimento regional, ecologia, educação, etc.

Estaria uma teoria crítica, no porvir do turismo, nascendo da união das perspectivas do espaço geográfico e do espaço aplicado pela via da multiescalaridade?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUBAKER, R. Au-delà de la identité. Recherche en Sciences Sociales, *Actes...* 2001. Disponível em: <http://www.cairn.info>. Acesso em 14 de maio de 2014.
- CASTRO, I. E. Análise geográfica e o problema epistemológico da escala. In: *Anuário do Instituto de Geociências*. V. 15, Rio de Janeiro, 1992.
- _____. Problemas e alternativas metodológicas para a região e o lugar. In: Souza, M. A. et al. (Org.). *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. O problema da escala. In: Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L. (Eds). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CORRÊA, R. L. Organização espacial: dimensões, processos, forma e significado. Conferência proferida na abertura do I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço: em 05 de Outubro de 2010. *Anais...* Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2010.
- GOMES, P. C. C. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: Mendonça, F. Lowen-Sahr, C. L.; Silva, M. *Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. (org). Curitiba: Anpege, 2009.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- KANITZ, H. G.; TRIGUEIRO, R. P. C.; ARAÚJO, M. A. D.; SOUZA, W. J. Plano Nacional de Turismo 2007/2010: da análise do conteúdo ao desafio das práticas. In: Anais do VI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. *Anais...* São Paulo, SP, 2009.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- LACOSTE, Y. *A Geografia*. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 2010.
- MACHADO, L. O. *Angra dos Reis: Porque olhar para o passado*. In: Diagnóstico socioambiental do município de Angra dos Reis. Rio de Janeiro: convênio Fumas – UFRJ, 1995.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa. Instituto Piaget, 1990 [2008].
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.
- _____. *O método 5. A humanidade da humanidade: a identidade humana*. Porto alegre. Sulina, 2007.
- MORIN, E.; LEMOIGNE, J-L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.
- RACINE, J.B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*. V. 45 (11): 123-135. Rio de Janeiro, jan/mar, 1983.
- RAFFESTIN, C. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: Litec, 1980.
- _____. *Por uma geografia do poder*. França. São Paulo: Ática, 1993.
- ROUX, M. O Re-encantamento do território: o território nos rastros da complexidade. In: Da Silva, A. D.; Galeno, A. (Orgs.). *Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- SANTOS, M. et al. *O papel ativo da geografia: um manifesto*. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000.
- SANTOS, M. *A Natureza do espaço: Técnica e tempo razão e emoção*. 4ª Reimpressão (1996). São Paulo: Edusp, 2008.
- TELES, R. *Fundamentos geográficos do turismo*. Elsevier, Rio de Janeiro, 2009.
- TELLES, D.H.Q. *Possibilidades de reorganização territorial apoiada na imagem náutica a partir de Angra dos Reis/RJ*. Programa de Geografia Humana da Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado em Ciências), São Paulo, 2012.
- TELLES, D.H.Q. A complexidade em processo na turistificação de lugares e outros desafios urbanos: um ensaio teórico. In: *Revista TURyDES*. Vol.6, nº15. Dezembro, 2013.
- VALDUGA, V. *Raízes do turismo no território do vinho: Bento Gonçalves e Garibaldi - 1870 a 1960 (RS/Brasil)*. Programa de Pós-graduação em Geografia (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- VALDUGA, V. Sujeito turístico e espaço turístico: Possibilidades teórico-metodológicas para os estudos do turismo. *Journal of Tourism and Development* n: 17/18, p. 481-492, 2012.
- SANTANA, X.; AZEVEDO, C. Turismo e espaço: uma leitura geográfica da interferência da atividade turística no processo de (re)organização sócio-espacial do município

de João Pessoa-PB. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (116). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-116.htm>.

YÁZIGI, E. *Saudades do Futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo*. São Paulo: Plêiade, 2009.

Recebido em 9 de abril de 2015

Aprovado, em sua versão final, em 25 de junho de 2015

Artigo avaliado anonimamente por pares.

TURISMO COMUNITÁRIO EM TERRAS INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE: A EXPERIÊNCIA DO FESTIVAL DE CULTURA INDÍGENA YAWANAWÁ

Dermeson de Sousa Lima¹

Luzia Neide Coriolano²

Resumo:

No Estado do Acre, as políticas públicas voltadas ao turismo foram implantadas em processo contínuo, sempre alavancadas pelo poder público, o que fez surgir efeitos de longo prazo, entrelaçados em parcerias privadas, e, em alguns casos, contemplando comunidades tradicionais que passaram a explorar a atividade, resgate cultural e consolidação de produtos turísticos. O texto foca o debate em torno do turismo em territórios indígenas como alternativas de geração de renda, inclusão social e resgate etnocultural de populações tradicionais. O objetivo é relatar experiências do turismo comunitário na Terra Indígena do entorno do Rio Gregório no município de Tarauacá-AC, com a realização anual do Festival de Cultura Indígena Yawanawá. Adota-se metodologia etnográfica na busca da vivência com as comunidades para troca de saberes e fazeres. O referencial teórico foi determinado por meio da revisão da literatura pertinente e de estudos sobre índios. Realizou-se entrevistas com lideranças indígenas e acesso a relatórios técnicos sobre o festival de cultura, somadas a vivências de campo embasaram a metodologia do trabalho, que é dialética no sentido de encontrar as determinações e os conflitos. As comunidades indígenas buscam o etnoturismo associado ao meio ambiente e a valorização histórica e cultural possibilitando a vivência dos visitantes com seus modos de vida e espaços vividos na realização do Festival Cultural Yawanawá.

Palavras-chave: Territórios Indígenas. Turismo Étnico. Turismo comunitário. Festival de Cultura Yawanawá. Tarauacá - AC.

COMMUNITY TOURISM IN INDIGENOUS LAND IN ACRE STATE: THE EXPERIENCE OF INDIAN CULTURE FESTIVAL YAWANAWÁ

Abstract:

In the state of Acre, public policies for tourism were implemented as a continuous process, always by the government, which has raised long-term effects, non governmental partnerships, and in some cases, considered traditional communities, which began to explore the field, the cultural invigoration and consolidation of tourism products. This article focuses on the debate about tourism in indigenous territories as an alternative to increase income growth, social inclusion and ethnic cultural rescue in traditional communities. Our aim is to report experiences of community tourism in the Indigenous Land surrounding the Gregório river in the municipality of Tarauacá - AC, in the annual Yawanawá Indigenous Culture Festival. It was adopted ethnographic methodology in the pursuit of experiences with communities to exchange knowledge and practices. The theoretical framework was determined through a review of relevant literature and studies on Indians. Interviews with indigenous leaders, access to technical reports on the festival of culture and our field experiences provided the basis for the dialectical methodology of work seeking to find requirements and conflicts. Indigenous communities seek ethnic tourism with the environment, historical and cultural awareness, enabling visitors to experience their way of life and their spaces experienced in the Yawanawá Cultural Festival.

Keywords: Indigenous territories. Ethnic tourism. Traditional communities. Yawanawá of Cultura Festival. Tarauacá - AC.

TURISMO COMUNITARIO EN TIERRAS INDÍGENAS EN ESTADO ACRE: LA EXPERIENCIA DEL FESTIVAL DE LA CULTURA INDIA YAWANAWÁ

Resumen:

En el Estado de Acre, las políticas públicas orientadas al turismo se han desplegado en un proceso continuo, siempre aprovechado por el Gobierno, que ha dado lugar a efectos a largo plazo, entrelazados en las asociaciones privadas, y en algunos casos, teniendo en cuenta las comunidades tradicionales que comenzaron a explorar la actividad, renacimiento cultural y consolidación de productos turísticos. El texto se centra en el debate en torno al turismo en los territorios indígenas como la generación de ingresos alternativos, la inclusión social y las poblaciones tradicionales de rescate etnoculturales. El objetivo es dar a conocer las experiencias de turismo comunitario en la Tierra Indígena que rodea el río Gregory en el municipio de Tarauacá-AC, con el anual Cultura indígena Festival Yawanawá. Se adopta la metodología etnográfica en la búsqueda de experiencias con las comunidades para intercambiar conocimientos

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília-UNB, Geógrafo, economista, Membro do Grupo de Pesquisa do CNPQ Turismo, Território e Cultura da UECE. E-mail: dermeson@zipmail.com.br

² Doutora em Geografia. Professora da Universidade Estadual do Ceara-UECE. Docente do PROPGEIO. Pesquisadora do CNPq. E-mail: luzianeidecoriolano@gmail.com

y prácticas. El marco teórico se determinó mediante la revisión de la literatura y los estudios pertinentes sobre los indios. Hemos llevado a cabo entrevistas con líderes indígenas y el acceso a los informes técnicos sobre el festival de la cultura, junto con experiencias de campo sirvieron de base para la metodología de trabajo, que es dialéctica con el fin de encontrar los requisitos y los conflictos. Las comunidades indígenas buscan etnoturismo asociados con el medio ambiente y el valor histórico y cultural que permite la experiencia de los visitantes con su forma de vida y espacios vivían en la realización del Festival Cultural Yawanawá.

Palabras clave: Territorios Indígenas. Turismo étnico. Turismo Comunitario. Festival de Cultura Yawanawá. Tarauacá - AC.

1 INTRODUÇÃO

O turismo por ser uma atividade altamente consumidora de espaços, territórios e paisagens, é acompanhado de conflitos e contradições no seu desenvolvimento e execução. Neste contexto, novas tendências surgem buscando alternativas que insiram comunidades locais como atores desse processo, deixando o papel de coadjuvantes, como prestadores de serviços da atividade e consumidores de seus territórios. As comunidades tradicionais procuram escolhas e projetos que valorizem aspectos endógenos territoriais, por meio de nichos e práticas de turismo contra hegemônicos, num caminho inverso ao das tendências segregadoras e degradantes que marcam o turismo estandardizado.

Nesse interim, o presente debate aborda o turismo em comunidades tradicionais, dando ênfase em territórios indígenas no Estado do Acre, que veem a atividade como alternativas de geração de renda, inclusão social e resgate etnocultural de populações tradicionais. O recorte espacial e os objetivos relatam a experiência do turismo comunitário na Terra Indígena-TI do Rio Gregório no município de Tarauacá-AC, com a realização anual do Festival de Cultura Indígena Yawanawá, também chamado de Festival Yawá. Estas discussões têm como base, a elaboração do referencial teórico por meio da revisão da literatura, relatórios técnicos, entrevistas com lideranças indígenas e acesso a matérias sobre os festivais de cultura indígena. Adota-se metodologia etnográfica na busca da vivência com as comunidades para troca de saberes e fazeres. As categorias fundantes são: comunidades, territórios indígenas e turismo comunitário.

O trabalho está organizado em três partes, sendo primeiramente abordado o turismo em terras indígenas levantando o debate da diversidade de tipologias e segmentos que envolvem a atividade, dando uma ênfase ao turismo comunitário de base local em comunidades tradicionais, como em áreas indígenas. No segundo momento, aborda-se recorte espacial dos territórios indígenas no Estado do Acre e da TI do Rio Gregório em Tarauacá-AC, destacando o papel das organizações sociais

representativas no desenvolvimento da atividade turística. Para finalmente avaliar e debater a experiência bem-sucedida das comunidades indígenas na realização dos festivais de cultura, dando ênfase ao Festival de Cultura Indígena Yawanawá, para depois apresentar as considerações finais.

2 A CONFIGURAÇÃO DO TURISMO COMUNITÁRIO EM TERRAS INDÍGENAS

A diversidade de processos identitários da sociedade contemporânea faz da lógica global e local, associar-se à mobilidade, interação e integração em redes para atrair atividades econômicas que tem no turismo o aporte de sua forma e conteúdo. Destacam-se entre outras atividades o comércio, transportes e serviços, todos relacionados de alguma forma com o turismo, sendo este considerado uma das mais promissoras atividades socioeconômicas da contemporaneidade.

O turismo é atividade socioeconômica consumidora de espaços e territórios, se utiliza de paisagens como objeto de consumo, do meio ambiente como atrativo, das comunidades tradicionais e seus artefatos como produtos a serem negociados. Assim, territórios habitados por populações tradicionais, com valores etnoculturais únicos e preservados nas especificidades entram no frenesi do turismo como forma de sobrevivência em busca da venda dos produtos locais.

No contexto endógeno, a atividade turística passa a atrair empreendimentos solidários e inovadores, mas na contramão de empreendimentos convencionais acumuladores de capital, as comunidades buscam melhorias de vida e de valoração dos produtos artesanais. Ações públicas, privadas e comunitárias em parcerias efetivam infraestruturas, projetos e programas em terras indígenas e extrativistas, para efetivar e inserir comunidades tradicionais em atividades de desenvolvimento alternativos, mas com atenção à sustentabilidade. Emerge, nesse vértice, a valoração das potencialidades e especificidades locais, na busca do desenvolvimento endógeno e da valoração dos elementos tradicionais abrindo possibilidades empreendedoras na geração de alternativas de emprego e renda via turismo comunitário. No turismo comunitário os residentes:

Possuem o controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos. Assim, conseguem melhorar suas economias, as oportunidades para o lugar, e se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista; daí o avanço para as gestões integradas dos arranjos produtivos que passam a ser comunitários, e facilitam os enfrentamentos. Realizam, assim, projetos que garantem a melhoria das condições de vida local, além de prepararem condições para receber visitantes e turistas de uma forma mais digna. [...]. (CORIOLANO, 2009, p. 283).

Esta forma peculiar de turismo é ligada à forma de gerir patrimônios culturais voltados a endogenia regional, defende a participação da comunidade no gerenciamento da atividade, e à busca da melhoria da qualidade de vida da população local. Por ser de base local, deve ser gerido pelas comunidades.

O turismo comunitário busca de forma associativa a valorização e a consolidação de arranjos locais, nos quais, comunidades tradicionais que habitam terras indígenas, reservas extrativistas e quilombos, entre outras, devem possuir o controle efetivo e de uso de suas terras. População tradicional, neste contexto, pode ser definida como grupos étnicos, com culturas diferenciadas, que utilizam os territórios que habitam e os recursos naturais como condição de reprodução socioeconômica e organização social. Comunidades indígenas têm se inserido progressivamente na lógica turística contemporânea, por meio de práticas solidárias e comunitárias, contudo voltadas à economia de mercado. Elas têm, nesses princípios, oportunidade de resgate, valorização, preservação e divulgação de suas culturas, além de oportunidades também de ganhos financeiros e sociais (CORIOLANO; LIMA, 2012).

A atividade turística em territórios indígenas é peculiar, de acordo com o costume dos índios. Os visitantes são levados a conviver com a realidade local, com a cultura e aos elementos do lugar e interagir com residentes adaptando-se aos seus modos de vida. O modo de vida e a cultura das populações tradicionais passam a ser também atrativos e a fomentar o turismo nos lugares indígenas, ou territórios etnográficos valorando a etnicidade, vivências peculiares únicas, que são retratadas na diversidade cultural e no espaço vivido dessas comunidades indígenas.

Faz-se necessário considerar as diversas nomenclaturas que envolvem o turismo em terras indígenas com variedade de terminologias e concepções que, às vezes dificultam o seu entendimento, como por exemplo: turismo étnico, etnoturismo e turismo indígena, mas em geral estão relacionados entre si. Todos eles significam o mesmo turismo, com diversos segmentos, como por exemplo: o turismo comunitário, o turismo cultural e o ecoturismo, entre outros.

O turismo étnico é alimentado pelo interesse dos visitantes em ter acesso à cultura e ao povo indígena, buscando conhecer os costumes e crenças no próprio ambiente de vivência das comunidades. Para isso, muitas populações selecionam símbolos que conferem ao grupo distinção, tradição e prestígio diante dos fluxos turísticos, utilizando-se de sinais diacríticos que são fundamentais na arena turística (LEAL, 2009, p. 246).

O turismo comunitário é sempre étnico está associado à realização de atividades turísticas em áreas de grande valor étnico cultural, como aldeias indígenas, colônia de pescadores, comunidades quilombolas, e extrativistas. O marketing dessa modalidade de turismo está associado

ao modo de vida dos residentes com singularidades e identidades culturais preservadas e autênticas, repleta de saberes tradicionais, comum em territórios indígenas.

A literatura específica reconhece em Pierre L. Van der Berghe um dos pioneiros a estudar e definir o turismo étnico, em cujo contexto se situa o turismo indígena. Hoje vem sendo denominando turismo étnico aquele exercido em meio a identidades exóticas – indígenas – aborígene ou o que possa existir. Mas, tem se diferenciado turismo indígena, exercido entre indígenas, de ecoturismo indígena – quando há presença de comunidade indígena (YAZIGI, 2007, 142).

Este tipo de turismo se aproxima ao etnoturismo, que está ligado aos aspectos culturais de um determinado grupo étnico, estando o turismo étnico e o indígena, associados a esses fundamentos. “Etnoturismo é um tipo de turismo cultural que utiliza como atrativo a identidade, a cultura de determinado grupo étnico (japoneses, alemães, ciganos, indígenas)” (FARIA, 2007, p. 292).

Nesses casos, o resgate dos conhecimentos locais possibilita oportunidade de preservação e respeito pelas culturas, repletas de ritos, danças, cantos, línguas, peculiaridades gastronômicas, mitos e lendas regionais. Quando residentes têm oportunidade de divulgar a cultura, e prestar serviços aos visitantes, ofertando alimentação, hospedagens, transportes, artesanatos, entre outras atividades ligadas ao lazer e ao turismo, abrem oportunidades de desenvolvimento local também.

A respeito ao debate do tema Faria (2007, p. 293), define o “turismo indígena, como o nome sugere, é o turismo desenvolvido em terras indígenas ou fora delas com base na identidade cultural e no controle da gestão pelo grupo/comunidade indígena envolvida”. Contemporaneamente, é comum presenciar grupos indígenas fora de suas aldeias divulgando culturas, artesanatos, culinária, danças e rituais, obtendo ganhos financeiros e socioeconômicos. Neste contexto, o turismo pode ser uma alternativa para preservação da cultura e dos territórios étnicos, pois os valores identitários ficam preservados na sua origem e ocorre menor pressão nas comunidades indígenas.

Yazigi (2007) argumenta que a atividade turística em territórios indígenas representa uma atividade econômica a mais, apenas para diversificação das atividades produtivas já existentes. As relações das populações indígenas com as populações “brancas” ou não indígenas é realidade desde tempos remotos, voltadas a interesses econômicos tanto em atividades tradicionais, como agricultura familiar e extrativismo, como nas turísticas. Assim atividades ilegais realizadas por brancos envolvem indígenas na exploração madeireira, agropecuária e na extração mineral, o que retrata a exploração da terra e do povo indígena.

Na contramão desse processo de exploração da floresta, organizações comunitárias indígenas buscam

alternativas de desenvolvimento econômico e inclusão social, como o turismo comunitário de forma sustentável. A Figura 1 demonstra manifestações etnoculturais valorizadas pelo turismo comunitário indígena, no Estado do Acre.

Figura 1: Manifestação Etnocultural na TI DO Rio Gregório-AC.



Fonte: Cooperativa Agroextrativista Yawanawá - COOPYAWA, 2013.

Nos últimos anos, no Acre, no município de Tarauacá os indígenas passam também a utilizar a paisagem cênica, histórica e cultural de forma inovadora nos negócios turísticos. Buscam efetivar empreendimentos comunitários, de base local realizado de forma solidária aos residentes locais. Todavia, a atividade passa a ser realizada como opção socioeconômica e ambiental pelos e para os habitantes, promovendo benefícios diretos aos envolvidos nas atividades de alimentação, hospedagem, venda de artesanatos e de entretenimentos.

A organização da população local por meio de cooperativas e associações passa a serem meio facilitador dos residentes se tornarem sujeitos de suas histórias, empreendedores solidários de seus territórios fazendo diminuir a pressão sobre os mesmos em atividades menos impactantes. O planejamento participativo é uma das ferramentas eficazes para consolidar esse processo, envolvendo a comunidade e parcerias pros residentes, além de consolidar a atividade turística nas diversas nuances em territórios indígenas.

Portanto, a ameaça do processo de aculturação pelo turismo tende a diminuir, passando a fortalecer e reforçar a etnicidade e consciência dos residentes, pois, o visitante busca a vivência em territórios étnicos como valores preservados. Um dos caminhos do turismo étnico, em comunidades tradicionais, perpassa a valorizar experiências em territórios com peculiaridades regionais preservadas, arraigados de diversidades culturais, com fortes apelos históricos e ambientais.

Enfim, as populações tradicionais na Amazônia defendem valores locais quando comunidades indígenas, extrativistas, ribeirinhos e quilombolas se inserem no mercado do turismo solidário apoiados no patrimônio histórico, cultural e ambiental da região. O modo de vida indígena amazônico apresenta comportamentos peculiares

e fomentam o turismo étnico cultural, em ascensão em comunidades tradicionais, como nas TI do Acre.

3 OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Na Amazônia desde o período da colonização os territórios indígenas são formados por fases, marcados inicialmente pelas correrias, ciclo das drogas dos sertões, e o ciclo da borracha, da mineração e da agropecuária. Em todas essas fases a população e os territórios sofrem fortes pressões pela abundância de recursos naturais nas terras que habitam ancestralmente. Estes aspectos fazem a cultura indígena passar por influências nos âmbitos: histórico, econômico, cultural, social e ambiental, passando por processos de aculturação, desterritorialização e segregação social desintegrando etnias, hábitos e costumes.

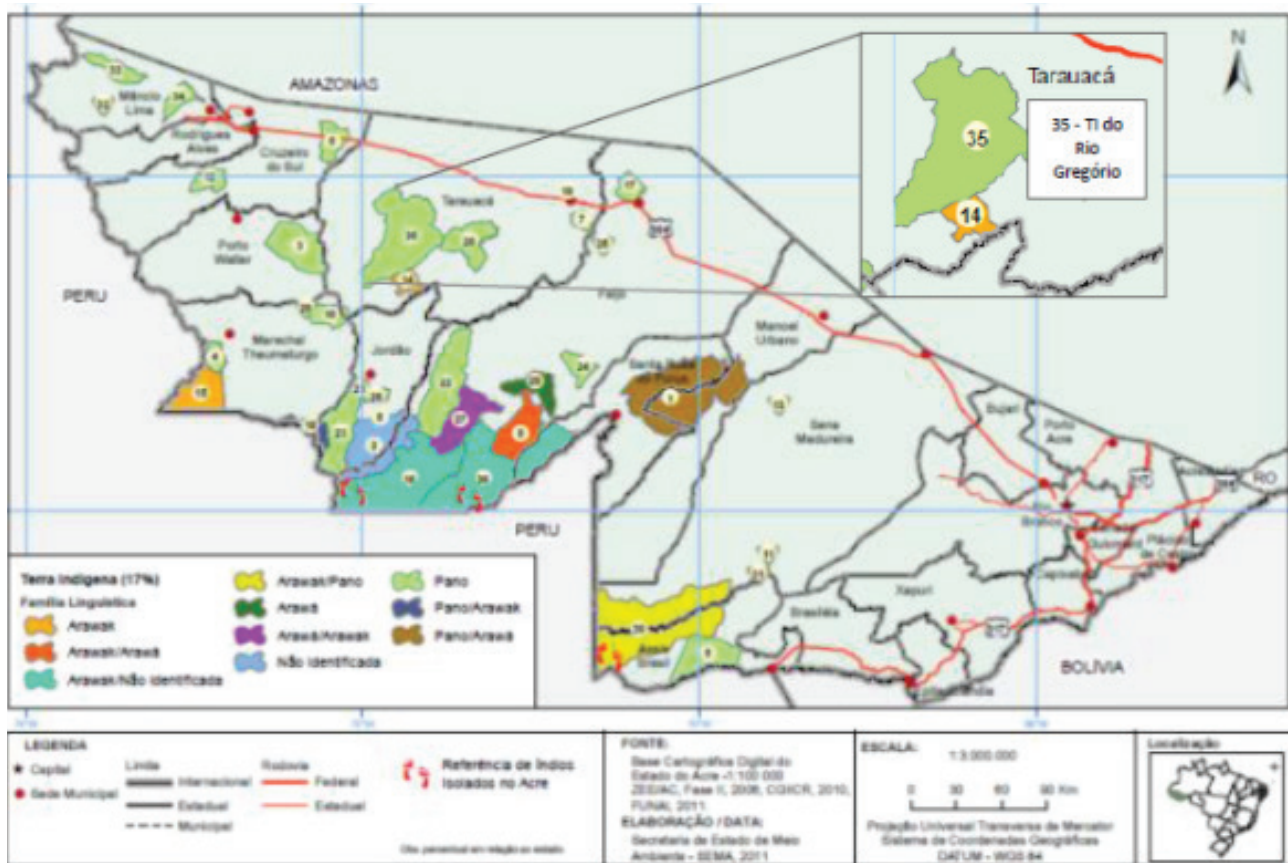
No Estado do Acre, estes aspectos fazem parte da historicidade indígena, com maior ênfase na implantação do período denominado Ciclo da Borracha, no qual, os índios habitantes nativos da região, sofreram retaliações e processos violentos de domesticação para servir como mão-de-obra na economia da borracha. Processos de desterritorialização foram ocasionados por invasões aos territórios indígenas, por exploradores e seringalistas na busca de riquezas naturais, principalmente a árvore da seringueira que fornecia o látex para a produção da borracha. Muitas tribos e etnias foram extintas e isoladas após esse período de colonização na Amazônia Sul-ocidental, reduzindo progressivamente a população indígena.

Contemporaneamente a história indígena é marcada pelo reconhecimento dos direitos dos índios e demarcação das terras. O direito coletivo territorial dos indígenas e o uso de terras ocupadas tradicionalmente ocupadas foram reconhecidos pela Constituição Federal brasileira, e entidades governamentais. A organização social indígena acompanha essa tendência, quando os índios passam a reivindicar direitos a serviços de saúde, educação, produção e divulgação de suas culturas, e principalmente regularização fundiária de suas terras.

O Estado do Acre é dividido territorialmente em duas mesorregiões, o Vale do Acre e o Vale do Juruá que apresentam realidades distintas principalmente pela variedade de ecossistemas e a processos de desenvolvimento, que ocasionaram grandes desmatamentos principalmente pela agropecuária, que ocorre com maior ênfase na região do Vale do Acre. A mesorregião do Vale do Juruá possui a maior parte do território preservado, concentrando a maior parte das Unidades de Conservação-UC's e Terras Indígenas-TI's. Destaca-se no Vale do Juruá a maior concentração da população indígena, possuindo 29 TI, do total de 34 terras reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI no Estado. (ACRE, 2010).

A Figura 2 mostra a localização de terras indígenas no Acre, com destaque da TI do Rio Gregório onde é desenvolvido o turismo comunitário indígena.

Figura 2: Localização das Terras Indígenas - Acre/ Território Indígena de Rio Gregório.



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre - ZEE/AC (Fase II), 2010.

No Estado do Acre, o território indígena ocupa extensão territorial equivalente a 2.390.112,26 ha, o equivale aproximadamente a 14,6 % da extensão territorial do Estado, presente na metade dos 22 municípios acreanos. Os indígenas do Acre possuem população em torno de 13 mil habitantes, composto por 14 povos ou etnias indígenas, distribuídos em 34 territórios indígenas com situação fundiária regularizada. Os territórios indígenas têm relevante papel socioambiental por estarem nas regiões de fronteiras, de formação de bacias hidrográficas nas cabeceiras de rios, próximos a corredores de grande interesse ecológicos e Unidades de Conservação-UC's, formando um importante mosaico de contínuo de áreas conservadas na Amazônia Sul-Occidental (ACRE, 2010).

Na região que concentra a maior parte das terras indígenas no Acre, o Vale Juruá, é valorizada pelo patrimônio ambiental e cultural, ricos em ecossistemas e valores etnoculturais, que despontam para atividades ligadas ao turismo comunitário e ecoturismo. Nos últimos anos, a organização comunitária possibilitou a formação de cooperativas e associação de moradores representando a população indígena e busca de projetos alternativos incentivem o desenvolvimento local.

Há hoje no Acre 21 associações indígenas de base local, algumas criadas a mais de 15 anos, outras recentemente. Com recursos de 'projetos' financiados por agências humanitárias

e embaixadas, programas governamentais e da cooperação internacional, e/ou trabalhos desenvolvidos por ONGs, quase todas vem desenvolvendo atividades econômicas e de gestão territorial, capacitação de recursos humanos locais, educação bilíngue e de fortalecimento cultural (ACRE, 2010, p. 218).

As organizações sociais indígenas encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento, atrelados principalmente a gestão e articulações político-institucionais. Sendo as mesmas, resultados de formas específicas de organização social, territorial e política, no qual, estas entidades indígenas buscam parcerias empreendedoras para consolidarem no mercado de forma competitiva.

As comunidades indígenas valorizam o patrimônio ambiental, histórico e cultural, tanto no âmbito material como imaterial e buscam atenuar pressões em nível local por meio de práticas sustentáveis e ações inovadoras de desenvolvimento. As ações centradas na gestão participativa comunitária, na valorização da identidade cultural e territorial dos habitantes, nesse caso, os indígenas, torna-os os principais sujeitos sociais do processo, e principais conhecedores da realidade local e beneficiárias das conquistas almejadas (FARIA, 2007).

Todavia, algumas atividades socioeconômicas surgem e são adotadas na busca de valorizar hábitos e

costumes da cultura indígena, direcionando-as para o turismo comunitário. Assim, as ações na alocação de infraestrutura e parcerias entre poder público e comunidades foram determinantes para a atividade tornar-se realidade em territórios indígenas e extrativistas, configurando-se como uma alternativa de desenvolvimento regional e local. Estes aspectos possibilitaram territórios povoados por populações tradicionais indígenas realizarem festividades que resgatam valores étnicos culturais, como os festivais de cultura indígena, como o Festival Yawá/Yawanawá e Festival Mariri Yawanawá na TI do Rio Gregório.

4 O TURISMO E O FESTIVAL DE CULTURA INDÍGENA YAWANAWÁ

No Estado do Acre, a política estadual de turismo busca a regionalização da atividade, ressaltando o potencial regional centradas no patrimônio histórico, cultural e ambiental, dando atenção especial às comunidades tradicionais. Nesse sentido, o planejamento estatal dividiu territorialmente o Estado em dois polos turísticos, o Polo do Vale do Acre e o Polo do Vale do Juruá.

As iniciativas planejamento turístico acompanharam as diretrizes do Governo Federal para este setor, possibilitando a elaboração e implantação de rotas turísticas regionais por meio do Programa Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo-MTUR. Realizados em parceria do MTUR com a Secretaria Estadual de Turismo-SETUL, os roteiros turísticos regionais confirmam a potencialização da oferta de serviços, delimitação de produtos e a melhoria de infraestrutura de acesso (LIMA, 2011).

No Vale do Acre e do Juruá foram delimitadas algumas rotas turísticas regionais. No primeiro polo sobressaem pelo apelo histórico, cultural e ambiental as Rotas Caminhos da Revolução, Caminhos de Chico Mendes e Caminhos do Pacífico. No polo do Juruá foi delimitada a rota regional Caminhos das Aldeias e da Biodiversidade, associados às UC's e TI's no seu patrimônio socioambiental. Roteiros retratados nas áreas extrativistas e indígenas configuradas em PAE's, RESEX's e TI's, possuem ricos ecossistemas amazônicos e diversidades culturais com forte apelo ao turismo comunitário, ligados à cultura das populações tradicionais (LIMA, 2011).

As potencialidades regionais passam a ser associadas ao patrimônio histórico, etnocultural e ambiental, de significativo valor para o turismo, passando a fazer parte das políticas estaduais e federais do setor almejando o desenvolvimento. Nessa perspectiva, comunidades indígenas e extrativistas passam a se organizar para o turismo comunitário em seus territórios. De modo geral, as populações indígenas também se inserem nessa política através de cooperativas e associações, no qual, lideranças indígenas buscam apoio e parcerias com órgãos públicos, privados e do terceiro setor, ligados ao turismo, produção e a questão indígena.

Na cadeia produtiva do turismo as parcerias são de fundamental importância, para consolidação da atividade e divulgação da cultura indígena, além da capacitação profissional e na implementação de infraestrutura e serviços turísticos.

No Vale do Juruá, concentra a maioria das organizações indígenas comunitárias também estão presentes e algumas comunidades próximas à cidade de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Jordão e Porto Walter que realizam atividades etnoculturais aproveitadas pelo turismo de base local. As comunidades indígenas que desenvolvem turismo comunitário, nesse caso o etnoturismo, têm apoio e fazem parcerias com órgãos públicos ligados à área e ao turismo, além de contarem com o apoio de Ong's e instituições internacionais.

Em relação ao turismo etnocultural, ligado a eventos e a questão indígena de forma organizada e consolidada, destacam-se o Festival Indígena Yawá e o Mariri Yawanawá, Matxu (Festival da Caiçuma), Festival de Cultura Xinã Benã, Encontro Cultural Nukini-Nawá, os dois primeiros realizados no município acriano de Tarauacá, e os demais em Feijó, Jordão, Mâncio Lima, respectivamente, estando todos localizados na mesorregião do Vale do Juruá.

Entre estas manifestações culturais se destaca o Festival Yawá, que em 2013 realizou a décima segunda edição, com povos indígenas da etnia Yawanawá (yawá-queixada e nawá-povo), que significa "Povo da Queixada", ou "porco do mato" da região amazônica, que anda em bandos, de forma organizada e são aguerridos. O Festival de Cultura Indígena Yawá é realizado anualmente na TI do Rio Gregório, na Aldeia Nova Esperança no município de Tarauacá no Acre. Sabe-se que desde os tempos imemoriais que os índios Yawanawá ou povo da queixada ocupam as cabeceiras do rio Gregório, afluente do rio Juruá, geograficamente pertencente ao município de Tarauacá, Acre. Sua população atual é de 636 pessoas e pertence ao tronco linguístico Pano. As famílias estão distribuídas na comunidade Nova Esperança, Mutum, Escondido, Tibúrcio e Matrinxã. As comunidades são formadas pelas famílias Yawanawá, Arara, Kãmãnawa (povo da onça), Iskunawa (povo do japó), Ushunawa (povo da cor branca), Shanenawa (povo do pássaro azul), Rununawa (povo da cobra) e Kaxinawá (povo do morcego) (VINNYA; 2006).

O Festival da Cultura Indígena Yawanawá tem recebido turistas de várias partes do mundo, e grupos étnicos da Amazônia e da América Latina, promovendo o intercâmbio étnico cultural entre indígenas e não indígenas. A comunidade domina toda a organização durante a realização do festival, mantendo parcerias com agências de turismo para o traslado de visitantes até o Estado, concentrando nas cidades de Cruzeiro do Sul-AC, Rio Branco-AC e São Paulo-SP.

Festival Yawá, criado em junho de 2002 com intuito de promover e disseminar as práticas culturais Yawanawá, especificamente as brincadeiras e cantos Yawanawá, que na época

estava praticamente esquecida. [...]. 'O YAWA foi o renascimento e o redescobrimto da identidade dos Yawanawá com sua cultura e espiritualidade vivas em pleno século XXI'. Os Yawanawás praticam seus rituais de cantos, danças do mariri, pinturas corporais e uso das medicinas sagradas desde tempos imemoriais, porém, durante o período das missões religiosas, qualquer manifestação da cultura tradicional era proibida. Mas ainda assim, mesmo camuflada acontecia entre os mais velhos. O Festival Yawá é, portanto, a celebração da dança, expressão artística, cultural e espiritual do povo Yawanawá; é a ligação do povo Yawanawá com o criador e seus antepassados. Que traz para o mundo contemporâneo uma demonstração da cultura tradicional indígena sem perder sua identidade cultural e sua essência tradicional [...]. (YAWANAWÁ JR, 2013, p. 02).

O Festival de Cultura Yawanawá é realizado há mais dez anos e reúne várias aldeias da região, da Amazônia e da América Latina. Juntam-se a estes visitantes de diversas partes, entre indígenas e não indígenas, autoridades e turistas. Uns pontos fortes dessas atividades são a interação entre os habitantes mais antigos, os pajés, com as novas lideranças e a população jovem e feminina que são encarregados de atividades específicas. Abrindo possibilidades para que os indígenas de diversas gerações se sintem valorizados e como atores locais, preservando suas tradições.

As festividades são repletas de rituais sagrados e danças típicas, fazem também uso tradicional do chá da Ayahuasca (Huni entre os índios) e da caiçuma (bebida tradicional fermentada da mandioca), kampô (vacina do veneno de anfíbios), o rapé (inalador de casca de árvores, ervas e tabaco), sendo o uso destes opcionais aos visitantes. Entre as inúmeras atividades durante o festival, destacam-se as danças e cânticos tradicionais (conhecidas como mariri), rituais espirituais, confecção de artesanatos e adornos (colares, cocares, pulseiras e brincos) e cerâmicas e trajes típicos. Além da contação de histórias pelas lideranças indígenas, pinturas corporais e rituais que fortalecem identidade local, despertam curiosidade dos visitantes em interagir com a comunidade nessas atividades (VINNYA; 2006).

Para os Yawanawá não existem datas e nem dias específicos para se fazer uma festa. Quando todos da comunidade estão em harmonia, como de costume, as festas começam à noite e vão até a manhã do outro dia. Um dia antes de acontecer à festa conhecida como *sayti*, o cacique da comunidade convida os chefes de famílias para comparecerem para a preparação da festa. Os homens e rapazes trabalham na fabricação dos cocares de penas, saias de

envira de *vixu*, os bastões de *mushu* e nos ensaios das músicas tradicionais. Por sua vez, as mulheres são responsáveis por preparar as tinturas corporais. [...]. O cipó, conhecido como *huni* faz parte da cerimônia da festa durante toda a noite. Quem costuma beber o *huni* são os velhos cantores, rapazes, mulheres que estão de bem com o espírito. As danças e os balançados dependem de cada música que se canta. [...]. Os belos cocares de diferentes aves da região dão orgulho a cada adolescente que usa em sua cabeça. Na festa tradicional Yawanawá, as mulheres não devem dançar na roda com roupa dos brancos da cintura para cima. Elas usam saias de envira (casca de árvore chamada de *vixu*). Para diferenciar da saia usada pelos homens, as saias delas são mais curtas (VINNYA, 2006, p. 143-144).

Segundo Leal (2009), o valor étnico do turismo em territórios indígenas é retratado pela vivência e acesso à cultura indígena pelos visitantes, presenciando os costumes e crenças no próprio ambiente de origem. Como estratégia de marketing e valorização cultural os indígenas selecionam símbolos e rituais que lhe conferem esta autenticidade na cenarização turística, buscando uma interação entre participantes.

Nas aldeias indígenas, como na TI do Rio Gregório, a atividade turística de forma organizada, tem se consolidado nos últimos anos, onde a comunidade planeja e executa a atividade turística. A logística na organização de transporte é adaptada à realidade regional, o que envolve meios de transporte aéreo, fluvial e terrestre, pois para se chegar à aldeia é necessário percorrer longas distâncias, principalmente por rios.

Já a hospedagem é disponibilizada acomodações coletivas, hospedagem familiar/solidária nas residências dos índios. Além da organização e venda de pacotes, as associações mantêm parcerias com agências de viagens regionais e de outros Estados, que são especialistas em turismo alternativo com atividades personalizadas, atendendo uma demanda peculiar, disposta a ter gastos maiores com lazer e atividades alternativas. Isto é, os visitantes e turistas fazem parte de um nicho de turismo específico, de maior renda, nível cultural e buscam experiências originais, sem grandes confortos e comodidades da vida urbana.

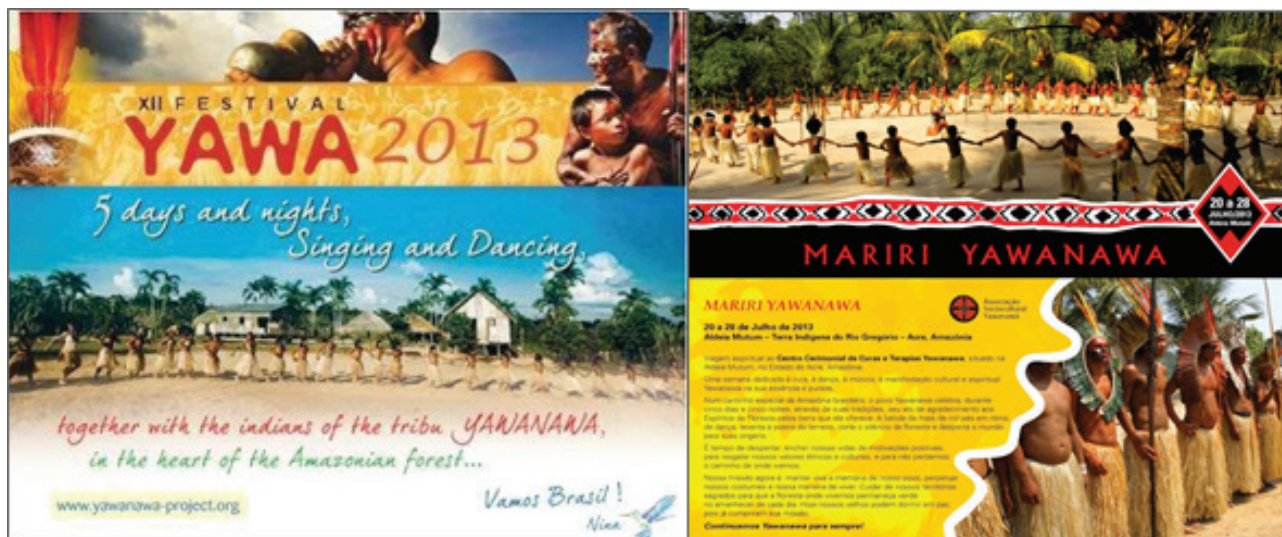
De forma geral, essa experiência é inusitada com vivências autênticas, como no modo de vida indígena em cenários peculiares como os ecossistemas amazônicos, como ocorre no Acre, na TI do Rio Gregório. As entidades representativas da etnia Yawanawá estão centradas na Organização de Agricultores Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório (OAEYRG)³ e pela Cooperativa Agroextrativista

³Esta associação mantém uma parceria que perdura há mais de 20 anos, com a indústria de cosméticos norte-americana AVEDA Corporation,

Yawanawá (COOPYAWA) que são vinculadas e a Associação Sociocultural Yawanawá (ASCY). Estas entidades representam comunidades diferentes, mais ambas buscam a inserção do turismo comunitário indígena nas suas atividades produtivas e a valorização e o resgate da cultura indígena. Uma das estratégias para inserir-se nesse mercado e a divulgação festivais, ver Figura 3.

fortalecendo a piscicultura e a criação de quelônios, apicultura/meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão) e implantação de marcenaria comunitária e apoio a agricultura familiar com insumos para produção. Acrescenta-se na área social a capacitação e contratação de agentes comunitários de saúde indígena, as visitas do Programa Saúde Itinerante e a implantação das escolas indígenas bilingües.

Figura 3: Folder dos Festivais Indígenas na TI Rio Gregório - 2013.



Destaca-se entre as articulações das organizações indígenas para a divulgação e publicidade do Festival Yawá e o Festival Mariri, que são propagadas por várias revistas de publicidade do setor, sites, blogs e agências turísticas no âmbito regional, nacional e internacional. Sobressaem-se as parcerias com Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa do Acre - SEBRAE/AC, Secretaria de Turismo do Estado do Acre – SETUL, com capacitação, ações de empreendedorismo comunitário, além de apoio na participação dos artesãos indígenas em feiras nacionais e internacionais.

As parcerias estatais também possibilitaram a implantação da Casa de Produção e Cultura da Mulher Yawanawá, com Secretaria Estadual de Políticas para a Mulher com financiamento do BNDES, que é destinada a capacitação, produção e comercialização do artesanato indígena de salutar importância para valorização e resgate da cultura, além de alternativa de renda. Ainda no apoio ao setor turístico, foram construídas pousadas, refeitórios comunitários, banheiros e uma arena de festa para realizações das festividades, representada por grande maloca indígena.

Na área da produção destaca-se a capacitação de agentes florestais indígenas, construção de açudes

Ressalta-se a importância que a Assessoria Especial para Assuntos Indígenas⁴, do governo estadual e a FUNAI, que atua articulando parcerias com as demais secretarias estaduais e outros órgãos públicos na questão indigenista, socioeconômica e ambiental em TI do Acre. Estes aspectos retratam a adequação das comunidades tradicionais na busca de alternativas de renda tradicionais com pluriatividades, destacando-se as ligadas ao turismo de base comunitária em terras indígenas como alternativa de geração de renda, resgate das tradições culturais e a possibilidades de intercâmbio étnico e cultural. Igualmente, como exemplificado nas experiências exitosas na TI Rio Gregório no município de Tarauacá. Ressalta-se a importância desta comunidade desenvolver outras atividades produtivas, principalmente a agricultura familiar, não criando uma dependência exclusiva do turismo.

A atividade turística na TI Rio Gregório gira em torno dos festivais de cultura que são realizados anualmente, tendo seu fluxo maior nesse período, que tem uma demanda de visitante controlada pelos anfitriões indígenas. Enquanto, no restante do ano os indígenas dedicam-se as demais atividades socioeconômicas como agricultura familiar, caça e pesca. Outro aspecto importante e o estágio de preservação ambiental de seus territórios que disponibiliza uma abundância de recursos naturais, para alimentação e produção, além de um chamariz para a atividade turística.

CONCLUSÃO

compra e incentiva a produção de urucum, uma semente que possui um corante natural utilizado para fabricação de produtos cosméticos, alimentícios e farmacêuticos. Os indígenas produzem também o coralal, um corante regional apreciado na culinária local comercializado nos municípios da região. A parceria da Empresa AVEDA e a TI Rio Gregório se efetiva também em projetos socioambientais e culturais como nos festivais de cultura indígenas.

⁴ Esta assessoria em gestões passadas chegou a ser uma pasta específica na gestão pública estadual, a Secretaria Especial dos Povos Indígenas – SEPI, gerida na época por representante indígena.

As experiências de turismo de base comunitária no Estado do Acre são realidades recentes, sendo desenvolvido por comunidades tradicionais, como extrativistas e indígenas por meio de parcerias. As comunidades buscam se inserir no competitivo mercado turístico com ações inovadoras que aproveitam valores étnicos culturais, e o patrimônio ambiental de seus territórios.

No geral, as comunidades acreanas indígenas desenvolvem o turismo comunitário étnico, etnoturismo associado ao meio ambiente e a valorização histórica e cultural de seus territórios, possibilitando a vivência dos visitantes com modos de vida de seus espaços vividos. Estas experiências são retratadas no território do Rio Gregório, no qual, tem se concretizado de forma eficiente e solidária em parceria com o poder público e a comunidade por meio de planejamento participativo. Sendo estas relações primordiais para realização e efetivação da atividade, além de uma alternativa de renda e resgate cultural.

A implantação de infraestrutura de acesso, apoio na logística, em capacitações profissionais, e divulgação, planejamento e gestão da atividade contam ações estatais, com iniciativas que partem da população indígena que reivindicam alternativas de renda e melhor qualidade de vida nas aldeias. Assim, o envolvimento da comunidade em todas as fases, principalmente na organização política e comunitária são primordiais para o sucesso da atividade. Assim como, no planejamento e na prestação de serviços ao turista, possibilita a circulação de renda no espaço local caracterizando o turismo de base comunitária.

A importância da vontade política e a efetivação de parcerias e sinergias para concretização do turismo indígena viabiliza o turismo na TI do Rio Gregório. Os festivais de cultura indígena têm contribuído para valorização da comunidade, e divulgado a cultura, hábitos e costumes dos índios, atenuando o risco de turistificação do território por serem realizados anualmente. Somados a conscientização da conservação do meio ambiente pelos índios, e não índios, pois a natureza é a principal fonte de sobrevivência socioeconômica local, e os territórios dos mesmos, sendo atrativos fomentando demanda de turistas é propriedade indígena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACRE. Governo do Estado. Agência de Notícias do Acre. *XXII Festival Yawa, ano 2013*. Rio Branco-AC: [s.l.]. 2013. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/noticias/>> Acesso: 21 de abril de 2014.
- _____. Governo do Estado. *Zoneamento ecológico-econômico Fase II: documento síntese – Escala 1:250.000*. 2ª ed. Rio Branco-AC: SEMA, 2010.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan. (Org.). *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro – RJ: Letra e Imagem, 2009. p. 277-282.
- COOPYAWA, Cooperativa Agroextrativista Yawanawá. *XII Festival YAWA*. Terra Indígena do Rio Gregório; Tarauacá - AC: COOPYAWA, 2013. Disponível em: <<http://xiifestivalyawa.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 30 março de 2014.
- FARIA, I. de. Ecoturismo indígena como princípio de autonomia e afirmação cultural. In: SEABRA, G. (Org.). *Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa-PB: Ed. Universitária/UFPB, 2007. p. 289-310
- LEAL, R. E. da S. O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan. (Org.). *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro – RJ: Letra e Imagem, 2009. p. 240-248.
- LIMA, D. de S. *Uma viagem do desenvolvimento regional e local pelo turismo: o Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes e a Pousada Ecológica Cachoeira em Xapuri-AC*. Rio Branco-AC: UFAC/PPG-MDR, 2011. (Mestrado em Desenvolvimento Regional).
- LIMA, D. de S.; CORIOLOANO, L. N. de T. M. *Turismo comunitário no Assentamento Agroextrativista Chico Mendes: Aprendizagem e vivência na Pousada Ecológica Cachoeira em Xapuri-AC*. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos. 2012, Belo Horizonte - MG. Anais XXVII ENG. Belo Horizonte – MG: UFMG, 2012.
- VINNYA, A. L. Artes, conhecimentos e festas. In: VINNYA, A. L.; OCHOA, M. L. P.; TEIXEIRA, G. de A.; (Orgs.). *Costumes e Tradições do Povo Yawanawá*. Rio Branco - AC: CPI/Organização dos Professores Indígenas do Acre, 2006. p. 118-158.
- YAWANAWÁ JR, B. B. *XII Festival YAWA*. Tarauacá - AC: COOPYAWA, 2013.
- YAZIGI, E. Ensaio metodológico de manejo turístico em áreas indígenas. In: *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. v. 1, n. 2, p. 137-183, dez. 2007.

Recebido em 6 de julho de 2015

Aprovado, em sua versão final, em 13 de setembro de 2015

Artigo avaliado anonimamente por pares.

TURISMO COMUNITÁRIO E INCLUSÃO SOCIAL: ANÁLISE DO ROTEIRO TURÍSTICO DE BASE COMUNITÁRIA DO PROJETO BOAS PRÁTICAS NA SERRA DO BRIGADEIRO – MG / BRASIL¹

Werter Valentim de Moraes²

Magnus Luiz Emmendoerfer³

Resumo:

Um dos grandes desafios das comunidades anfitriãs do turismo de base comunitária / TBC é se prepararem para receber os turistas. A rotina de vida nas comunidades turísticas é o grande diferencial de atratividade existente, neste sentido, formatar uma programação turística mantendo a originalidade das atividades passa a ser uma das dificuldades de gestão. No Projeto Boas Práticas no Território da Serra do Brigadeiro, foi elaborado um roteiro envolvendo o núcleo de turismo de base comunitária do Boné. Assim, o objetivo deste trabalho foi sistematizar as ações operacionalizadas para a formatação de roteiros deste segmento turístico que o referido projeto utilizou. Para tanto, utilizou o método da pesquisa-ação, fazendo uso de observações e questionários. Este acompanhamento sistemático permitiu uma análise da estratégia utilizada para que seja multiplicada em outros núcleos do turismo de base comunitária. As estratégias foram baseadas no Programa Roteiros do Brasil e nos princípios do Projeto Bagagem. Neste roteiro os turistas avaliaram a alimentação, o transporte, a hospedagem e os guias. Para os turistas foi uma experiência enriquecedora com interação na comunidade. No entanto, requisitos como distância do local e o período curto para todas as vivências foram questionadas. Os anfitriões gestores do roteiro avaliaram as vivências na pousada, no restaurante, na trilha, na cachoeira, no passeio de trator e os turistas. Os gestores se sentiram a vontade para se relacionarem em seus ambientes, demonstrando integrados ao ambiente a que pertencem. Pode-se concluir que as atividades a serem programadas nas experiências deste segmento turístico deve envolver a rotina diária dos anfitriões, para que a identidade do território possa ser autêntica e original permitindo aos turistas se integrarem ao ambiente local.

Palavras-chave: Turismo. Atrativos. Economia de experiências. Gestão turística. Territórios turísticos.

COMMUNITY BASED TOURISM AND SOCIAL INCLUSION: TOURIST ITINERARY ANALYSIS COMMUNITY BASED PROJECT GOOD PRACTICES IN SERRA DO BRIGADEIRO - MG / BRAZIL

Abstract:

One of the great challenges of the communities that host community-based tourism / CBT is to be ready to welcome tourists. The routine of life in tourist communities is the great advantage of existing attractiveness, in this sense, to make a tourist program keeping the originality of activities becomes one of management difficulties. In the Project "Good Practice in the Serra do Brigadeiro" was prepared an itinerary that involved the Nucleo do Boné community-based tourism. In this sense the objective of this study was to systematize the actions operationalized for formatting itineraries this tourist segment that said project used. For this, the action research method was used, with questionnaires and observations. This allowed a systematic follow-up to be multiplied in other centers of community-based tourism. The strategies were based on the Routes of Brazil Program and the principles of Bagagem Project. In this itinerary tourists reviewed the food, transportation, lodging and guides. For tourists was an enriching experience with interactions in the community. However, requirements such as distance from the site and the short period for all experiences were criticized. Managers hosts of the itinerary evaluated the experiences at the inn, the restaurant, the trail, the waterfall, the tractor ride and tourists. Managers felt the desire to relate to their environments, demonstrating integrated environment to which they belong. Lastly that the activities to be scheduled on the experiences of this tourist segment should involve the daily routine of hosts for that the identity of the territory can be authentic and original allowing tourists to integrate into the local environment.

Keywords: Tourism. Attractive. Experience economy. Tourism management. Touristic territories.

¹ Agradecimentos ao Ministério do Turismo que financiou o Projeto Boas Práticas de TBC entre 2010 e 2012.

² Universidade Federal de Viçosa. Doutor em Ciência Florestal. E-mail: wvmoraes@hotmail.com

³ Universidade Federal de Viçosa. Doutor em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: magnus@ufv.br

**TURISMO COMUNITARIO E INCLUSIÓN SOCIAL:
GUÍA TURÍSTICA DE ANÁLISIS COMUNITARIOS BASADOS EN
PROYECTOS BUENAS PRÁCTICAS EN LA SERRA DO BRIGADEIRO
- MG / BRASIL**

Resumen:

Uno de los grandes retos de las comunidades receptoras de turismo comunitario / TBC se prepara para recibir a los turistas. La rutina de la vida en las comunidades turísticas es la gran ventaja de la atracción existente, en este sentido, formatear un programa turístico manteniendo la originalidad de las actividades pasa a ser una de las dificultades de gestión. La práctica de proyectos en el territorio de la Serra do Brigadeiro, se ha elaborado un guión que implica núcleo turismo comunitario del "Boné". El objetivo de este estudio fue sistematizar las acciones operacionalizados para dar formato a los guiones de este segmento turístico que dicho proyecto utilizó. Por lo tanto, se utilizó el método de la investigación-acción, haciendo uso de observaciones y cuestionarios. Este monitoreo sistemático permitió un análisis de la estrategia utilizada para ser multiplicado en otros centros de turismo comunitario. Las estrategias se basan en Vías del programa de Brasil y en los principios del proyecto "bagagem". En este itinerario turistas evaluaron la energía, transporte, alojamiento y guías. Para los turistas fue una experiencia enriquecedora interacción con la comunidad. Sin embargo, fueron interrogados condiciones locales, tales como la distancia y el corto período para todas las experiencias. Los anfitriones gestores del itinerario analizaron las experiencias en los medios de hospedaje, en el restaurant, en la ruta, en la cascada, en el tur del trator y los turistas. Los gerentes sintieron el impulso de relacionarse con su entorno, lo que demuestra integrado en el entorno al que pertenecen. Se puede concluir que las actividades que se programan en las experiencias de este segmento turístico debe involucrar a la rutina diaria de los ejércitos, de modo que la identidad de la zona a los turistas que permiten auténticas y originales para integrarse en el entorno local.

Palabras clave: Turismo Atractivo. Economía de la experiencia. Gestión turística. Territorios turísticos.

1 INTRODUÇÃO

O turismo trabalhado na agricultura familiar pode complementar a renda através da comercialização de produtos e serviços diretamente ao visitante dentro da propriedade rural. Diante desse cenário, o turismo possibilita a valorização da família agricultura, uma vez que a sua cultura torna-se o próprio atrativo turístico, com efeitos diretos no aumento da auto-estima da população.

Os benefícios sociais da atividade turística refletem na mobilização da ruralidade, e na necessidade das famílias agricultoras manterem sua identidade e autenticidade. É possibilitado um resgate de valores, como: orgulhar-se

de seus antepassados, relembrar histórias, reutilizar a culinária, mostrar utensílios antigos, seu modo de falar, suas vestimentas, seu saber (BRASIL, 2004).

Segundo o plano de desenvolvimento territorial da Serra do Brigadeiro (CTA-ZM, 2004), foi definido como um dos eixos estratégicos de ação nas comunidades do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro o turismo rural, que pretende explorar o seu potencial turístico de maneira a promover a qualidade de vida das comunidades, sem, no entanto, descaracterizá-las e/ou desrespeitá-las.

Com relação às práticas turísticas em pequenas comunidades e o incremento destas atividades apoiado por políticas públicas, estas não trouxeram os benefícios potenciais prometidos para as populações locais. Essa constatação (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009) leva questionar tais práticas e as políticas públicas que as sustentam como: a quem interessam? Quem são seus efetivos beneficiários? Não haveria um modelo alternativo? Estes questionamentos ocorrem principalmente em regiões onde a atividade turística vem sendo desenvolvida sem as devidas ações técnicas e reconhecidas pelo título de regiões com potencial turístico. Neste sentido, inclusão social e geração de renda, são benefícios que podem ser maximizados com o desenvolvimento do turismo de base local.

2 O PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO / ROTEIROS DO BRASIL

Segundo o Ministério do Turismo, a regionalização do turismo é um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões (BRASIL, 2005). Conforme o Programa Roteiros do Brasil, regionalizar é transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada (BRASIL, 2005).

Com este Programa, o governo federal busca dotar as instâncias de governança de uma visão mais abrangente da atividade por meio de ações inseridas em toda a cadeia produtiva do turismo. Estas ações permitem reconhecer as regiões, enquanto destinos turísticos capazes de comercializarem seus respectivos produtos turísticos, para que, de fato, o termo potencial seja explorado.

O Programa de Regionalização do Turismo tem o intuito de organizar e integrar a oferta turística, descrita em um documento para a elaboração de roteiros turísticos (BRASIL, 2005) que apresenta definições, como:

- Região turística: espaço geográfico com características e potencialidades complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território;

- Produto turístico: conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, ofertado de forma organizada por um determinado preço;
- Roteiro turístico: itinerário com um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística;
- Destino turístico: local, cidade, região ou país para onde se movimentam os fluxos turísticos.

Assim, a roteirização é definida como “o processo que estrutura a oferta de uma região, em um produto rentável e comercialmente viável” (BRASIL, 2005).

Segundo Almeida (2006), a roteirização deve possuir caráter participativo, estimular a integração e o compromisso dos envolvidos no processo para constituir-se em instrumento de inclusão social, resgate e preservação dos valores culturais e ambientais existentes.

Segundo Brasil (2005, s/p), os seguintes passos do processo de roteirização são necessários: Envolvimento dos atores; Definição de competências e funções; Avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos; Análise de mercado e definição de segmentos; Identificação dos possíveis impactos socioculturais, ambientais e econômicos; Elaboração de roteiro específico; Levantamento das ações necessárias para implementação do roteiro turístico; Precificação e teste do roteiro turístico; Qualificação dos serviços turísticos; promoção e comercialização; Monitoria e avaliação.

Com base nesses preceitos, a roteirização se dá após o reconhecimento e a caracterização da atividade turística a ser desenvolvida na respectiva região (ALMEIDA, 2006). Por conseguinte, essa atividade turística reconhecida é a aptidão social, econômica e ambiental para o desenvolvimento.

3 O TURISMO NO ESPAÇO RURAL

No século 20, a globalização com os avanços em tecnologia de comunicação ajudaram a desenvolver o turismo no mundo. No entanto, embora o turismo trouxesse benefícios econômicos, tem contribuído significativamente para a degradação do meio ambiente, com os impactos sociais e culturais. Estes cenários são comumente visualizados pelo crescimento desordenado do turismo em muitos destinos turísticos (ASHLEY, 2011).

Estes indesejáveis efeitos levaram à preocupação crescente para a conservação e preservação dos recursos naturais, bem-estar humano e da viabilidade econômica a longo prazo das comunidades anfitriãs (SIMPSON, 2008).

Woolcock e Narayan (2000), argumentaram que o pequeno tamanho da maioria das empresas turísticas e a dramática ascensão da questão da sustentabilidade têm levantado graves questões sobre a implementação e monitoramento do turismo sustentável a nível local.

A notoriedade dessas transformações tem chamado a atenção de várias áreas e setores, especialmente da área acadêmica, a qual vem analisando essas novas relações. Tais transformações apontam para a abertura de um processo produtivo rural, o qual abre espaço para a consolidação de atividades, como o turismo, que, embora recente no meio rural, vem insurgindo na agricultura familiar.

No que se refere à oferta de produtos transformados, de origem animal (queijo, embutidos) e de origem vegetal (doces, conservas) oferecidos aos visitantes, a atratividade reside também no processo de produção (BRASIL, 2008). A identificação desses produtos com a cultura local e com as características histórico-geográficas de território é que justifica o envolvimento dos atores desta atividade turística estarem inseridos na ruralidade da agricultura familiar.

A cultura local é elemento base do turismo no espaço rural, destacando-se as manifestações folclóricas, causos, lendas, músicas, trabalhos manuais, artesanato, arquitetura (casas, galpões, moinhos, armazéns, adegas, pontes), antiguidades, inclusive maquinário e instrumentos agrícolas e do lar, entre outros (BRASIL, 2003).

Assim, a atividade turística tem-se pautado no discurso da geração de emprego e renda, no aumento de divisas para os países em desenvolvimento. A maior consequência é uma explosão do setor em todos os níveis. Isso é tão verdadeiro que, segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo), o turismo é a primeira fonte de divisas em mais de um terço dos países do mundo, estando entre as cinco primeiras categorias de exportação em 83% dos países; gerando de 3% a 5% do PIB mundial, e contribuindo diretamente para o emprego de 200 milhões de pessoas (PINCE, 2007). No Brasil, o setor representou o quinto item da pauta de exportações, tendo um crescimento de mais de 14% no total de divisas que ingressaram no país em 2007, comparados a 2006 (WTO, 2008). Atualmente, no Brasil, o setor turístico efetuou a receita cambial de 6,6 bilhões de dólares em 2012, revelando a magnitude e as importantes movimentações realizadas pelo setor na economia nacional (DADOS E FATOS, 2014)

É importante salientar que o crescimento do setor turístico não determina retorno econômico e social para os locais que o acolhem. Por exemplo, os países do sul não recolhem mais do que $\frac{1}{4}$ do dinheiro gasto durante a vinda de turistas, sendo os outros $\frac{3}{4}$ distribuídos entre as agências de viagens, companhias aéreas, hotéis e outras empresas internacionais (PINCE, 2007). Isso é consequência de um modelo de “mau desenvolvimento” (SACHS, 2009), no qual as desigualdades na distribuição da riqueza reforçam as diferenças sociais e econômicas, dificultando as iniciativas endógenas capazes de promover um outro modelo de desenvolvimento.

Uma alternativa para reverter este quadro e possibilitar o envolvimento das populações anfitriãs a serem as reais beneficiárias, pode ser o TBC, que a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário - TURISOL, apresenta

como a atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e destinação dos recursos e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza (PROJETO BAGAGEM, 2010).

O TBC é uma forma de turismo onde as necessidades do turista, da comunidade, e da conservação do meio ambiente são mutuamente interdependentes (INTERNACIONAL ECOTOURISM SOCIETY, 2010). Sendo assim uma atividade valiosa para a redução da pobreza, da biodiversidade, da conservação, e da oferta responsável de roteiros de turismo sustentável.

Dentro deste contexto na África do Sul, um grande número de empreendimentos de TBC surgiram como resultado da desconcentração da gestão dos recursos naturais para a responsabilidade das comunidades, com isso, estas também recebem o direito de utilizar estes recursos para o alívio da pobreza e a geração de renda entre elas (SPENCELEY, 2008).

Vários pesquisadores buscam diagnosticar o cenário de uma gestão eficiente do TBC, assim, pode-se caracterizá-lo:

- O TBC deve apresentar princípios, estratégias de implementação, planos de ação e um sistema de monitoramento do seu desenvolvimento de acordo com o espectro econômico, social, cultural, natural, ambiental e político (STEIN et al, 2003).
- A fim de refletir as visões e valores de uma comunidade de destino, o processo transparente de desenvolvimento do TBC deve permitir a participação plena da comunidade (JAMAL; GETZ, 1999).
- O TBC deve se estruturar com base em indicadores de desenvolvimento local, uma vez que o crescimento sustentável se dá a partir das tradições comunitárias (MILLER, 2001).

O empreendedorismo comunitário significa a construção de relações locais que aumentam a capacidade adaptativa de pessoas dentro de uma mesma localidade. Assim, o empreendedorismo reflete a capacidade das pessoas de gerenciar e valorizar os recursos disponíveis, a fim de tratar questões locais (BRENNAN et al, 2009).

A capacidade dos residentes para gerenciar os seus empreendimentos estão voltados para a sustentabilidade econômica, social e ambiental a partir dos recursos locais (AKAMA, 2006). Desta forma, Bridger et al. (2010), reitera que deve haver uma ênfase no aumento da diversidade da economia local através de esforços de pequenas empresas que trabalham a compra local, buscando a auto-suficiência, e, o desenvolvimento de mercados locais, com a produção e o processamento de mercadorias deve acontecer com uma maior cooperação entre as entidades locais.

Diante deste cenário, Sampaio (2005) cita que as populações tradicionais, independente do grau de descaracterização, frente à hegemonia das sociedades urbanas, são protagonistas de seus modos de vida, tornando-se uma alternativa ao modo de vida materialista-consumista. Com esta percepção é apresentada uma estratégia para que comunidades tradicionais, com desvantagens históricas, viabilizem seus respectivos modos de vida e se envolvam com a proposta do TBC.

Silva, Ramiro e Teixeira (2009), sobre TBC, propõem que sejam utilizadas, de forma sinérgica, as potencialidades do atrativo para a melhoria dos resultados econômicos e da qualidade de vida local. Essa relação promove o acesso para esta população a bens e a serviços públicos, bem como a integração com outros setores, agregando valor a este turismo, por meio da economia de base local. Fazendo entender que o TBC é um subsistema interconectado a outros subsistemas, como educação, saúde e modo de vida, diferenciando-o de outros segmentos turísticos.

Nessas particularidades, se encontra o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e seu entorno, constitui o Território da Serra do Brigadeiro. Neste território, a comunidade expressa seu modo de vida, sua identidade cultural e suas relações com a natureza. Como consequência dessas expressões, o turismo abre perspectivas para a valorização do patrimônio comunitário.

4 PRINCÍPIOS DO PROJETO BAGAGEM – UMA ALTERNATIVA EM VIAGENS

O Projeto Bagagem nasceu do desejo em contribuir com iniciativas bem-sucedidas de organizações não-governamentais do Brasil que tinham o desafio de apoiar a geração de renda nas comunidades onde atuavam. Inicialmente o projeto foi apresentado como uma iniciativa sem fins lucrativos que promove o turismo comunitário em regiões do Brasil que apresentam um grau significativo de organização comunitária” (PROJETO BAGAGEM, 2010, p.22).

Por meio de viagens, o projeto leva um grupo de pessoas interessadas em conhecer melhor o país, para conviverem de maneira direta com a população local. Mais do que visitar atrações turísticas, a ideia é dar aos visitantes a oportunidade de experimentarem a vida nas comunidades como ela realmente é, em um processo de aprendizagem e intercâmbio cultural, onde participantes e membros das comunidades saem ganhando. Assim, a viagem é também uma oportunidade de conhecer o trabalho da ONG parceira e fonte de renda para as comunidades.

As séries metodológicas da Rede TURISOL, publicado pelo Projeto Bagagem (2010, s/p), estabelece alguns princípios para roteiros do TBC, como:

- Entender que a principal atração turística é o modo de vida da comunidade, com sua forma de organização, os seus projetos sociais,

suas formas de mobilização comunitária, suas tradições culturais e, suas atividades econômicas.

- Propiciar a autogestão da atividade de maneira que as comunidades assumam o protagonismo que lhes corresponde no planejamento, operação, supervisão e desenvolvimento dos roteiros turísticos.
- Possibilitar a distribuição justa do dinheiro e transparência no uso dos recursos com geração e distribuição de renda equitativa, praticando preços e relações de trabalhos justos, satisfazendo comunidade e turistas.
- Propor atividades que valorizem a afirmação da identidade comunitária, proporcionando intercâmbio cultural e aprendizagem com o visitante. Demonstrando uma relação de parceria e troca entre o turista e a comunidade, onde o turista é visto como um parceiro e não como um cliente.
- Trabalhar a programação das atividades respeitando as normas de conservação da região, procurando gerar o menor impacto no meio ambiente, contribuindo na promoção de projetos de manejo sustentável de recursos naturais.
- Estabelecer cooperação e parceria entre os diversos segmentos relacionados ao turismo de base local e deste com outras localidades com realidade semelhante e com potencial para a formatação de novos produtos e serviços, estabelecendo assim a cadeia produtiva do turismo de base comunitária.
- Entender que o turismo é instrumento para o fortalecimento associativo, ou seja, o sucesso individual está condicionado à sustentabilidade do ambiente que o cerca, onde a comunidade é proprietária, gestora e empreendedora.

Desta forma, as atividades turísticas são complementares a outras atividades econômicas já praticadas como a agricultura, a pesca, o artesanato, a pequena agroindústria, o transporte e outros serviços. Nessa ótica, é passível de se explorar todas as iniciativas produtivas sustentáveis que contribuam com o desenvolvimento econômico local e gerem empregos novos e de qualidade nas comunidades.

Assim, entende-se que os destinos ecoturísticos dependem essencialmente da existência e criação de áreas de elevado valor ecológico e da forma como estas são geridas e desenvolvidas, bem como da existência de infraestruturas de acolhimento e de recursos humanos capacitados (MORAES, RIBEIRO; EMMENDOERFER, 2013).

Sob o enfoque econômico destes mercados, o consumidor tem como objetivo primordial a obtenção da máxima satisfação de seus gastos, através da escolha da melhor combinação possível dos produtos turísticos. Sob

outra ótica, a demanda também avalia a oferta desses produtos, no momento em que esses consumidores não praticam, não atuam, não vivenciam o ambiente em que foram produzidos tais produtos. Nessa intercessão negativa, não se está praticando o turismo de base comunitária, pois não se está interagindo com a produção desses bens e serviços.

O envolvimento das comunidades nas etapas da operacionalização e organização deste mercado, dentro da categoria do TBC permite encontrar particularidades nas regiões. Esse envolvimento comunitário permite um empoderamento capaz de atrair turistas com um grau de interesse motivado para vivenciar trocas de saberes de uma cultura em que o pertencimento de suas tradições é um atrativo relevante para os roteiros turísticos.

5 ÁREA DE ESTUDO

A área geográfica da pesquisa se encontra no município de Araponga, Minas Gerais (MG), inserido no Território da Serra do Brigadeiro, estabelecido dentro dos princípios da política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no qual o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro está localizado.

Nesta região existe o Projeto Boas Práticas de TBC desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Promoção Cultural – CEPEC e Associação Amigos de Iracambi apoiado por meio de edital a fundo perdido pelo Ministério do Turismo que trabalha com 30 famílias rurais distribuídas em 5 Núcleos de Turismo de Base Comunitária.

No Núcleo de Turismo de base Comunitária do Boné estão envolvidas 4 famílias de agricultores que também são parentes entre si, totalizando 8 pessoas. Cultivam o café, com uma estrutura com máquina de limpar café, armazém e trator. Na estrutura turística apresentam um restaurante familiar, dois módulos de hospedagem com 3 quartos com 2 camas em cada quarto, oferecendo 12 leitos. Trabalham com *camping* e fornecem sanitários e banheiros. No Núcleo se localiza a caminhada até o Pico do Boné com 1635 metros de altitude, sendo a mais pitoresca do interior do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, além da trilha do carvão que também pode ser percorrida por *mountain bike*. Como atrativos existe várias cachoeiras, além de poder ser vivenciados a casa de forno, onde se produz os quitutes e quitandas, um curral com leite ao pé da vaca, uma pescaria tradicional noturna de cambeva com parão⁴ e um passeio de trator pela comunidade e a apresentação da folia de reis do Boné. Este núcleo credenciado também no programa de economia solidária fica no município de Araponga, a 15 km da sede.

⁴ Parão = instrumento rudimentar de pescaria.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método que permitiu a realização deste estudo foi a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011). Assim, o ponto de partida foi o projeto Projeto Boas Práticas de TBC, no qual ocorreu a seleção dos atrativos turísticos para compor o roteiro trabalhado. Este roteiro foi identificado com base na pesquisa de Moraes (2011a), subsidiado pelo mapeamento elaborado por Sansolo e Bursztyn (2009) e, dos princípios de formatação de roteiros do Projeto Bagagem (2010), priorizando: a) Proximidade de áreas protegidas; b) Proximidade da água enquanto atrativo de balneabilidade; c) Festas populares no calendário de eventos; d) Espaços de encontro e convivências para compartilharem seu dia a dia; e) Sistema de hospedagem domiciliar administrado pela família; f) Produtos comercializados de produção local;

A programação foi definida em vários encontros de trabalho com empreendedores locais integrantes do núcleo de TBC do Boné subsidiada no roteiro metodológico do “Programa de Regionalização do Turismo - Roteirização Turística - Módulo Operacional” (BRASIL, 2005). Foi definido com os 8 integrantes (3 casais, um filho e um neto) do Núcleo de TBC do Boné a programação, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Resultado do questionário aplicado aos turistas sobre o roteiro de TBC no núcleo de TBC do Boné.

PRIMEIRO DIA:
10: 00 hs – Chegada com acomodação na Pousada Remanso
12:00 hs – Almoço de confraternização no Restaurante da Pousada Remanso
14:00 hs – Banho na cachoeira e nas piscinas naturais do Boné
17 hs – Retorno ao Restaurante para o Lanche
18:30 hs – Pescaria noturna de parão (instrumento rudimentar) na cachoeira.
20:00 hs – Jantar de Confraternização com apresentação do Grupo Folia de Reis do Boné com Mostra de Artesanatos de Café.
SEGUNDO DIA:
8:00 hs – Passeio de trator para conhecer a produção artesanal de lingüiça
10:30 hs – Caminhada para a Trilha da Mina do Ouro – 8 km ida e volta.
13:00 hs – Almoço de despedida no Restaurante da Pousada Remanso

Fonte: Elaboração própria.

Com base nesta programação e acompanhada pelo pesquisador, uma representante do Projeto Bagagem realizou uma visita técnica ao Projeto que fomentou a iniciativa da elaboração do referido roteiro. Foram realizadas oficinas de condução ambiental, técnicas de higiene e alimentação com carga horária de 16 horas cada.

Para a formatação do roteiro, a fim de validá-lo, foi elaborado uma cortesia (*fam tour*) para um grupo de 8

caminhantes da cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Esta cortesia foi constituída do transporte de Viçosa (MG) até o Núcleo, das diárias completas, e das atividades com guia para todo o grupo.

Assim, a pesquisa-ação possibilitou os pesquisadores fazerem uso de observações e de diários de campo para registro das informações obtidas durante a visita-técnica, e na realização das oficinas e do *fam tour*.

Somado a isso, após a programação foi avaliado o roteiro por meio de um questionário aplicado ao grupo de turista, e outro questionário aos integrantes do Núcleo. Esses questionários eram semiestruturados, possuindo questões fechadas com cinco opções de respostas (escala Likert de 5 pontos: péssimo, regular, bom, ótimo, excelente) sobre a qualidade do roteiro TBC no local estudado para o turista, e para o integrante do Núcleo TBC, versaram perguntas sobre a convivência com o turista nos atrativos turísticos programados. Os itens avaliados foram: programação; hospedagem; alimentação; transporte; distancia percorrida; e perfil do receptivo (guias/anfitriões). Esses dados foram cotejados com a literatura especializada apresentada nos fundamentos teóricos deste trabalho, os quais foram referenciados no final deste trabalho. Além disso, alguns dados permitiram organizar tabelas ilustrativas, fazendo uso de estatística descritiva (distribuições de frequências).

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Zechner et al (2010) relata a experiência do Consórcio Cooperativo *Red Ecoturística Nacional – COOPRENA* na Costa Rica em que as famílias de agricultores com trabalho em rede implantam o ecoturismo comunitário, destacando a organização social, a inserção das mulheres e jovens nos projetos desenvolvidos com a preservação dos recursos naturais e resgate cultural. Esta experiência se assemelha com a do Núcleo de TBC do Boné quando na fala do senhor Dico, o patriarca, “esta atividade vai ser custoso pois vai envolver muita gente, dando certo, vai ser o indês⁵ para chamar outros turistas e outras pessoas prá ajudar” (senhor Dico, 72 anos agricultor e empreendedor do Núcleo de TBC do Boné, 2011) (MORAES, 2011b).

O grupo de caminhantes foi constituído por 6 homens e 2 mulheres, sendo a idade mínima de 26 e a máxima 48 anos. Chegaram no Núcleo por meio de uma Van, dentro do horário proposto.

No resultado do questionário observou-se que grande parte do grupo de caminhantes considerou como ótimo e excelente o roteiro vivenciado, sendo que a programação obteve as considerações excelentes. Na Tabela 2 se encontra os dados em números inteiros e percentuais de um total de 8 que responderam o questionário, todos integrantes do Núcleo. Os tópicos que

⁵ Indês = ovo deixado no ninho para atrair novas posturas no mesmo local.

menos contribuíram para a aceitação do roteiro foram a distância percorrida e o transporte utilizado. O perfil dos guias também se destacou positivamente, com aceitação integral de todo o grupo de caminhantes.

Tabela 2: Resultado do questionário aplicado aos turistas sobre o roteiro de TBC no núcleo de TBC do Boné.

TÓPICOS	CLASSIFICAÇÃO					TOTAL
	Pés-simo	Regular	Bom	Ótimo	Excelente	
Programação					8-100%	8
Hospedagem			2-25%	8-100%		8
Alimentação				7-88%	1-12%	8
Transporte			6-75%	2-25%		8
Distância percorrida		3-37%	5-63%			8
Perfil do *receptivo/**guias				8-100%		8

Fonte: Elaboração própria. Legenda: *receptivo = integrantes do núcleo que participaram no roteiro em contato com o turista na pousada e no restaurante. **guias = integrantes do núcleo que participaram no roteiro em contato com o turista na trilha, na cachoeira e no passeio de trator.

Com relação a programação foi sugerido que o roteiro seja elaborado em 3 dias devido a riqueza cultural do Núcleo com a apresentação do grupo folclórico e a mostra dos artesanatos que poderia ser melhor aproveitado. Marcelo, integrante do Grupo de Caminhantes, referiu-se ao Grupo Folclórico do Boné, “realmente, foi muito legal a maneira que eles nos envolveram na brincadeira mística de dançar na lua” (Marcelo, 27 anos, de Belo Horizonte – MG, 2011) (MORAES, 2011b).

A mesma sugestão do aumento dos dias da programação também se justifica com a mudança da pescaria para outro dia. O lazer no rio encachoeirado também poderia ser melhor aproveitado se tivesse mais tempo para este lazer.

As sugestões relacionadas à hospedagem foram no sentido de que a decoração possa retratar mais o local e o artesanato de café, que apresenta grande identidade com o Núcleo, facilitando assim a sua venda. Os requisitos de higiene foram todos satisfeitos e a simplicidade foi um diferencial parabenizado.

A alimentação foi bastante elogiada com o tempero caseiro e as especiarias para o frango, o qual foi motivo de trocas de receitas (Figura 1). O suco poderia ser utilizado nos lanches como foi servido no almoço.

Figura 1: Alimentação caseira do restaurante familiar no NTBC Boné



Fonte: Lukarol (2012).

O transporte, feito de van, foi ótimo com paradas em locais estratégicos e a direção segura foi elogiada. No entanto, a distância percorrida de Belo Horizonte até o Núcleo foi em seus 310 km de asfalto com 25 km de terra um pouco cansativa para se chegar no mesmo dia do início das programações. A sugestão deixada foi que a viagem fosse feita a noite com início da programação no dia seguinte.

O perfil dos guias foi muito elogiado pela maneira de explicar o jeito de viver na região e as maneiras de fazer o parão (instrumento de pescar a cambeva - peixe de cachoeira).

A experiência do turismo de base comunitária no Baixo Rio Negro, Amazonas, do Instituto de Pesquisas Ecológicas, foi iniciada com o ordenamento das ações de gestão da cultura, do social e do ambiental, permitindo uma troca de informações entre os respectivos gestores com foco no turismo (SOUZA et al, 2010). Esta experiência também é muito similar à do Núcleo de TBC Boné, enquanto mantêm a cultura local com o apoio comunitário dos grupos religiosos e de familiares que se envolvem com a temática do turismo na região. Segundo Moraes (2011b), Cláudio observou em sua fala “deixar os turistas soltos, dá mais trabalho que tomar conta deles na pescaria de parão, pois eles perto, fica mais atencioso com o lugar” (Cláudio, 19 anos, condutor local e gestor do restaurante familiar, neto do senhor Dico).

Martins, et al. (2013) cita como características principais do TBC a forma de planejamento, organização, controle participativo, colaborativo, cooperativo e solidário das comunidades envolvidas com a atividade turística. Todas estas características são vivenciadas no Núcleo do Boné, podendo ser maximizados os seus benefícios não só para os empreendedores da atividade, mas também para toda a comunidade onde se desenvolve a programação do roteiro.

O resultado do questionário aplicado aos integrantes do Núcleo de TBC do Boné estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Resultado do questionário aplicados aos integrantes do núcleo de TBC do Boné sobre o roteiro de turismo de base comunitária

TÓPICOS	CLASSIFICAÇÃO					TO-TAL
	Péssi-mo	Regu-lar	Bom	Ótimo	Ex-celente	
Convivên-cia com o turista na Pousada		7- 50 %	7 - 50%			14
Convivên-cia com o turista no Restau-rante		8- 51%	6 - 49%			14
Convivên-cia com o turista na trilha		1 - 1%		7 - 50%	6 - 49%	14
Convivên-cia com o turista na cachoeira			7 - 50%	1 - 1%	6 - 49%	14
Convivên-cia com o turista no passeio de trator			5 - 27%	6- 49%	3 - 24 %	14
Perfil dos turistas			6 - 49%	8 - 51%		14

Fonte: Elaboração própria.

Segundo o Projeto Bagagem (2010), entende-se como convivência as possibilidades que o roteiro permite aos gestores comunitários de adotarem uma posição valorizada, que não é apenas passiva e emocional, pois inclui também uma participação ativa nas relações com os turistas visitantes. Esta convivência foi identificada no Núcleo do Boné, justificando atividades em que as relações vivenciadas valorizam hóspedes e hospedeiros.

As avaliações entre ótimo e bom, podem ser entendidas como satisfatórias, por ser a primeira vez que os integrantes do Núcleo se organizam para oferecer atividades dentro de uma programação, demonstrando que os mesmos, se sentiram a vontade para entender e atender as expectativas e necessidades dos visitantes.

Observou-se que os guias foram os integrantes do Núcleo que tiveram maior facilidade na convivência com os turistas (na trilha, na cachoeira e no passeio do trator). Neste sentido Maldonado (2009), afirma que a comunidade anfitriã se sente segura, ao falar de suas características, quando nestas, encontram as suas identidades culturais. Desta forma, se justifica a seleção destes ambientes (na trilha, na cachoeira e passeio do trator).

Por fim, observou-se na avaliação do perfil dos integrantes do Núcleo (Tabela 2) e no perfil dos turistas

(Tabela 3), que existe por parte dos integrantes certa diferença de opinião (as notas se encontram mais distribuídas), podendo ser entendida como uma percepção maior destas pessoas em seu ambiente de convívio. Esta percepção apurada que os integrantes do Núcleo têm sobre os visitantes, reafirma a boa relação com o ambiente onde vivem. Esta situação também é retratada em várias viagens dos roteiros do Projeto Bagagem (2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do contexto estudado no Território da Serra do Brigadeiro, foram apresentadas e discutidas com o grupo de empreendedores do Núcleo de TBC do Boné e a coordenação do Projeto Boas Práticas do TBC na Serra do Brigadeiro, as seguintes ações a serem difundidas também nos outros quatro núcleos de TBC: a) Viabilizar rótulos e embalagens personalizadas para a comercialização dos produtos artesanais da palha de café e da agroindústria de linguiça; b) Desenvolver estruturas no trator que possa oferecer mais conforto aos turistas, como por exemplo assento almofadado; c) Promover capacitações com atividades práticas (aulas de campo) específicas em cada trilha a ser inserida na programação dos roteiros; d) Operacionalizar o seguro de vida para todos os roteiros de todos os Núcleos de Turismo de Base Comunitária; e) Criar roteiros integrando os outros Núcleos do Projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária da Serra do Brigadeiro; f) Promover uma cortesia (*press trip*) com a mídia impressa local, regional, estadual e nacional, como por exemplo revistas especializadas em turismo.

Essas ações de aperfeiçoamento do roteiro TBC não teriam sido possíveis se não fosse a realização desta pesquisa-ação, cuja contribuição é de finalidade tecnológica para a formação e a prática do turismólogo, ao demonstrar o processo de roteirização, com seus procedimentos e dificuldades em um parque estadual no sudeste do Brasil. Essa realidade deve ser presente em muitos outros lugares do Brasil e do mundo o que torna este trabalho importante para subsidiar novas pesquisas em interface com extensão, inclusive em perspectiva comparada, sobre roteiros de TBC. Além disso, esta descrição de roteirização pode também contribuir para que gestores públicos e privados do turismo possam desenvolver políticas públicas para a organização e o desenvolvimento turístico, de forma integrada, em parceria com outras cidades, visando a geração de riquezas, trabalho e renda em municípios de pequeno porte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKAMA, J. Western environmental values and nature-based tourism in Kenya. *Tourism Management*, v.17, p.567-574, 2006.

- ALMEIDA, M. *Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras*. Tese de doutorado. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006. 234p.
- ASHLEY, C. Joint ventures between communities and tourism investors: Experience in South Africa. *International Journal of Tourism Research*, v.3, n.5, p.407–423, 2011.
- BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23-41.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar*. 2003. 28p.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Programa de regionalização do turismo; roteiros do Brasil; roteirização turística; módulo operacional 7*. 43p. Brasília, 2005.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo rural: orientações básicas*. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 53 p. 2008.
- BRENNAN, M.A., FLINT, C., LULOFF, A. E. Bringing together local culture and rural development: Findings from Ireland, Pennsylvania, and Alaska. *Sociologia Ruralis*, v.49, n.1, p.97–112, 2009.
- BRIDGER, J.C., BRENNAN, M.A., LULOFF, A.E. The interactional approach to community. In: Robinson, J.; Green, G. (Eds.), *New perspectives in community development*. Ames, IA: Iowa State University Press, 2010. p. 85–100.
- BURSZTYN, I. BARTHOLO, R. DELAMARO, M. Turismo para quem?. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009. p.76-91.
- CTA - ZM. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. *Plano Territorial Rural de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS Serra do Brigadeiro, 2004*. Ministério do desenvolvimento Agrário, 81p.
- DADOS E FATOS. *Estudos pesquisas e dados sobre o setor turístico*. Disponível em <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/anuario/>> Acessado em maio de 2014.
- International Ecotourism Society. *Best Practices: Center for Ecotourism of Kerala Institute of Tourism and Travel Studies (KITTS) - 'Uniting Communities – Creating Sustainability'*. 2010. Disponível em <https://www.ecotourism.org/>. Acessado em junho de 2012.
- JAMAL, T.; Getz, D. Community roundtables for tourism related conflicts: The dialectics of consensus and process structures. *Journal of Sustainable Tourism*, v.7, n.3, p.356–378, 1999.
- MALDONADO, C. O Turismo rural comunitário na América latina. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009. parte I, p.25-44.
- MARTINS, A. L. C.. DÉJARDIN I. P. SILVA, F. P. S.. V CLAIT. Reflexões sobre a importância da investigação histórica para o ecoturismo e o turismo de base comunitária, *Periplo Sustentable*. n.24. enero/junio, 2013. Disponível em: http://www.uaemex.mx/plin/psus/periplo24/art_clait_01.pdf. Acessado em janeiro de 2014.
- MILLER, G. The development of indicators for sustainable tourism: Results of a delphi survey of tourism researchers. *Tourism Management*, v.22, p.351–362, 2001.
- MORAES, W. V. *O ordenamento dos atrativos de turismo de base comunitária – estudo de caso no Território da Serra do Brigadeiro – MG*. Tese de doutorado. Departamento de engenharia florestal. Universidade Federal de Viçosa. 2011a. 151p.
- MORAES, W. V. *Relatório final apresentado ao Ministério do Turismo sobre o Projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária*. 2011b. 126p.
- MORAES, W. V.; RIBEIRO, G. A.; EMMENDOERFER, M. L. Ensaio de uma metodologia com indicadores para o turismo de base comunitária: o caso do Território da Serra do Brigadeiro – Brasil. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v.11, v.2, p.297-312, 2013. Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/11213/PS0213_03. Acessado em: fevereiro de 2014.
- PINCE, R. *Revue et si on vivait autrement*. Paris: Nature & Découvert, 2007.
- PROJETO BAGAGEM. (2010). *Série TURISOL de Metodologias: Parte 2 – Projeto Bagagem*. 42p. Disponível em: http://www.turisol.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/02/Livreto-projeto_bagagem-09-parte2-2.pdf. Acessado em janeiro de 2011.
- SACHS, I. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.

- SAMPAIO, C. A. C. (et al). Análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. *Revista de Negócios*, v.10, 2005, p. 288-301. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rn/article/viewPDFInterstitial/245/220>>. Acesso em 11 jan. 2010.
- SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p.142-161.
- SILVA, T.P.K.; RAMIRO, R.C.; TEIXEIRA, B.S. Fomento ao Turismo de Base Comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009. p. 361-368.
- SIMPSON, M. The impacts of tourism initiatives on rural livelihoods and poverty reduction in South Africa: Mathenjwa and Mqobela. In: SPENCELEY, A. (Ed.), *Responsible tourism: Critical issues for conservation and development*. London: Earthscan, 2008. p. 239–266.
- SOUZA, N.P.; NELSON, S.P. BADIALLI, J.E.L.; LIMA, M.A.V.; PADUA, S.M. *Como compatibilizar conservação, desenvolvimento e turismo: a experiência do baixo Rio Negro, Amazonas*. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.3, n.2, p.173-190, 2010.
- SPENCELEY, A. Local impacts of community-based tourism in Southern Africa. In: SPENCELEY, A. (Ed.), *Responsible tourism: Critical issues for conservation and development*. London: Earthscan, 2008. p. 285–303.
- STEIN, T. V., CLARK, J. K., RICKARDS, J. L. Assessing nature's role in ecotourism development in Florida: Perspectives of tourism professionals and government decision-makers. *Journal of Ecotourism*, v.2, n.3, p.155–172, 2003.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. Social capital: Implications for development theory, research, and policy. *The World Bank Observer*, v.15, n.2, p. 225–249, 2000.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION. (2008). UNWTO NEWS. *Magazine of the World Tourism Organization*. Year XXII, Issue 1/2008. Disponível em: <<http://www.unwto.org/media/mag/en/mag.php?op=1>>. Acessado em: 10 abr. 2009.
- ZECHNER, T. C.; HENRÍQUEZ, C.; SAMPAIO, C. A. C. *Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenhas*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 5, 2008, Fortaleza - CE. Disponível em: <http://www.cdvhs.org.br/sispub/imageata/1893/sits/files/PENSANDO%20O%20CONCEITO%20DE%20TURISMO%20COMUNITARIO.pdf>. Acesso em: dezembro de 2010.

Recebido em 1 de março de 2015.

Aprovado, em sua versão final, em 31 de abril de 2015.

Artigo avaliado anonimamente por pares.

O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DE CURUÇÁ – PARÁ

Liana Souza Freire¹
Helena Catão Henriques Ferreira²

Resumo:

O objeto deste estudo foi o município de Curuçá, escolhido por ter um projeto de ecoturismo de base comunitária financiado pelo Ministério do Turismo e por abrigar uma Reserva Extrativista de Mangue, palco de diversos conflitos comuns a outras localidades da região amazônica. O trabalho teve os objetivos de analisar se o TBC foi capaz de transformar as condições de vida dos envolvidos com a atividade turística e discutir as principais dificuldades para sua implementação. Baseou-se em metodologia qualitativa, em que se utilizou de observação direta e entrevistas em profundidade com gestores municipais do turismo, com funcionários do Instituto Peabiru e com membros das comunidades de Curuçá. Ainda que tenham sido irrisórios os benefícios econômicos e muitas as divergências, as dificuldades e os desafios para sua realização, o turismo de base comunitária do município contribuiu para a conscientização ambiental, para criação de trabalhos de “resgate” cultural, encontrando-se no momento em fase de transição.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária. Turismo. Desenvolvimento local. Curuçá. Comunidade.

THE COMMUNITY-BASED TOURISM AS ALTERNATIVE LOCAL DEVELOPMENT: THE CASE OF CURUÇÁ - PARÁ

Abstract:

The object of this study was the municipality of Curuçá, chosen for harboring an Extractive Reserve of mangrove, stage of many other common conflicts to other towns in the Amazon region, and for having a project of community-based ecotourism funded by the Ministry of Tourism, in 2008. The study had the aims of analyzing if the TBC was able to transform the living condition of those involved with the tourism activity and discuss the main difficulties in its implementation. It is based on qualitative methodology, which used direct observation and interviews with municipal managers of tourism; with officials of the Peabiru Institute; and community members of Curuçá. Although the economic benefits have been derisory and many the divergences, the difficulties and the challenges for its implementation and continuity, the community-based tourism of the municipality contributed to environmental awareness, for the creation of cultural “rescue” works, being at the moment in a transition phase.

Keywords: Community-based Tourism. Tourism. Local development. Curuçá. Community.

EL TURISMO COMUNITARIO COMO UNA ALTERNATIVA DE DESARROLLO LOCAL: EL CASO DE CURUÇÁ - PARÁ

Resumen:

El objeto de este estudio fue la ciudad de Curuçá, elegida por tener un proyecto de ecoturismo comunitario financiado por el Ministerio de Turismo y por albergar una Reserva Mangue Extractivas, es un escenario de varios conflictos comunes a otras localidades de la región amazónica. El trabajo tuvo como objetivo analizar la TBC fue capaz de transformar las condiciones de vida de los involucrados en la industria del turismo y discutir las principales dificultades en su implementación. El estudio se basó en la metodología cualitativa, que utilizó la observación directa y entrevistas con los gerentes locales de turismo, funcionarios Peabiru Instituto y los miembros de las comunidades Curuçá. A pesar de que eran insignificantes los beneficios económicos y muchos los desacuerdos, dificultades y retos para la reunión, el turismo comunitario en la ciudad contribuyó a la conciencia ambiental, para crear obras de “rescate” culturales, acostado en el tiempo en transición.

Palabras clave: Turismo basados en la comunidad. Turismo. Desarrollo local. Curuçá. Comunidad.

¹ Graduada em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: lianafreire@id.uff.br.

² Doutora em Ciências Sociais, professora Adjunta da Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense. E-mail: lelecatiao@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O turismo contemporâneo apresenta-se como uma atividade socioeconômica capaz de gerar divisas, oportunidades de trabalho e maior visibilidade para determinadas regiões. Na prática, contudo, estas possibilidades nem sempre são alcançadas. Por esta razão, começam a surgir esforços para buscar caminhos alternativos que gerem menos impactos à natureza e às comunidades locais. O Turismo de Base Comunitária (TBC) nasce como uma resposta que complementa e se contrapõe ao modelo vigente: o denominado “turismo de massa”. Diferencia-se dele porque se baseia no desenvolvimento local e na experiência entre turistas e anfitriões e faz das comunidades visitadas as protagonistas da atividade.

Diversos territórios protegidos da Amazônia encontraram no turismo de base comunitária uma oportunidade de crescimento, já que se trata de uma atividade diferenciada de baixo impacto ambiental, e assim sendo, uma possível ferramenta de geração de renda associada à proteção da natureza e da cultura local (SANSOLO, 2009). Atualmente já existem diversos programas deste tipo de turismo sendo praticados na região com intuito principal de ajudar as comunidades “tradicionais” que habitam áreas com alto potencial de ecoturismo a preservar seu meio ambiente e melhorar suas condições de vida.

O Ministério do Turismo (Mtur) lançou em 2008 um edital para financiamento de projetos de TBC e entre os cinquenta selecionados, cinco eram de localidades da Região Norte. No Pará, três destinos foram contemplados: Vila do Pesqueiro na Ilha do Marajó, Santarém e Curuçá. Em abril de 2012, a Rede Globo apresentou um vídeo no programa “Ação” mostrando o ecoturismo de base comunitária que ocorria na cidade de Curuçá. As belezas naturais locais e a maneira como estava aparentemente bem organizado o projeto aumentaram o interesse no estudo do lugar. Somou-se a isso a proximidade com a capital Belém e a facilidade de deslocamento em comparação com outros destinos, além do fato de possuir uma reserva extrativista de mangue, palco dos diversos conflitos comuns a outras localidades da região amazônica.

Utilizar Curuçá como objeto de estudo serviu para compreender como funciona o TBC empiricamente, em contraste com a realidade amazônica, já que o projeto estava sendo desenvolvido desde 2007, organizado por membros da comunidade local com auxílio técnico do Instituto Peabiru, uma ONG que objetiva incentivar o ecoturismo e a educação ambiental na região amazônica. A pesquisa de campo foi desenvolvida entre julho de 2012 e janeiro de 2013, com dois períodos de estadia que totalizaram quinze dias. A hospedagem tornou-se um problema devido à escassez e ao alto custo dos meios de hospedagem existentes. Para viabilizar o trabalho a pesquisadora contou então com o apoio da ONG Peabiru e de moradores locais.

O trabalho teve uma abordagem qualitativa em que foram utilizadas ferramentas da etnografia, como

as entrevistas em profundidade e a observação direta. Neste tipo de pesquisa a representatividade numérica não é relevante, o mais importante é o aprofundamento da compreensão de um grupo social. O mergulho no universo estudado permite um aprendizado intenso do conteúdo em questão (GOLDENBERG, 2003). Da Matta (1981) ressalta a importância de o estudioso ter contato direto com os seus pesquisados, obrigando-o a entrar num processo profundamente relativizador de todo o conjunto de modos de vida, crenças e valores do grupo social em foco.

Para a realização da pesquisa de campo, foram entrevistadas quinze pessoas, das quais duas eram funcionários do Instituto Peabiru responsáveis por auxiliar a comunidade na organização da atividade turística, dois funcionários da Secretaria de Turismo do município, onze moradores locais, dos quais seis trabalhavam com o turismo de base comunitária e cinco não tinham ligação direta com o TBC.

Como foram muitas as dificuldades observadas para organizar a atividade turística em Curuçá, esta questão acabou se destacando. Assim, os objetivos da pesquisa fueram: analisar se o TBC transformou as condições de vida dos moradores locais envolvidos com a atividade, e em caso positivo, de que maneira; e discutir sobre as dificuldades para se implementar este tipo de turismo com as comunidades de Curuçá.

Além das entrevistas realizadas no município, foi utilizada bibliografia sobre desenvolvimento e turismo de base comunitária para rever o debate teórico existente de modo que este embasamento pudesse auxiliar na compreensão do universo empírico do trabalho.

O artigo se estrutura em cinco partes: na primeira, apresenta-se uma caracterização e contextualização da área de estudo; na segunda e na terceira sessões faz-se um levantamento teórico sobre desenvolvimento local e turismo de base comunitária; na quarta são explanadas as percepções alcançadas a respeito do TBC de Curuçá, conforme as observações em campo e por último, na quinta seção, são expostas as considerações finais desse estudo.

2 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO

Durante um longo período da história, diversas correntes do pensamento econômico fundamentavam-se na teoria de que após a maturação do desenvolvimento econômico seria possível espalhar seus benefícios por toda a sociedade, difundindo-se em todas as camadas da população (FERREIRA, 2008). Assim, desde a década de 1950, a ideia de desenvolvimento marcou a discussão sobre estratégias políticas, carregando um significado positivo de superação da miséria pelos países menos favorecidos (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

Nos anos 60, a Organização das Nações Unidas dedicou-se a modernizar as sociedades consideradas tradicionais ou atrasadas e adotar um modelo de desenvolvimento que ignora as diferenças culturais,

baseando-se na concepção de que prosperidade é o mesmo que crescimento econômico, industrialização e poder de consumo. Entretanto, esta política concebeu o modelo norte americano e europeu como um mecanismo evolutivo simplista a ser seguido, ignorando as diferentes formas de se apropriar e interagir com o ambiente (LAYRAGUES, 1998).

Para Sachs (1995), o crescimento da economia é compatível com a noção de “mal desenvolvimento”, pois mantém disparidades sociais e justifica exorbitantes custos ecológicos em nome do progresso (SACHS, 1995). Este pensamento se comprova tendo em vista que países com altas taxas de crescimento econômico são também recordistas em desigualdades sociais e impactos ambientais (FERREIRA, 2008).

Levando em consideração que desenvolvimento econômico é apenas uma das facetas do desenvolvimento e que por isso, não garante qualidade de vida, surge a necessidade de incluir condicionantes qualitativas e especificidades locais na sua construção (CRUZ, 2009). Aqui será discutido o desenvolvimento local, que também corresponde às denominações de endógeno e situado (BARRO; SILVA; SPINOLA, 2006; ZAOUAL, 2009).

No desenvolvimento local o quadro cultural local anteriormente ignorado ganha relevância, porém entende que “a identidade cultural de cada nação pode viver sua própria modernidade e transformar-se sem perder sua configuração original” (LAYRAGUES, 1998, p. 137). Na visão de Carestiano (2000 apud CRUZ, 2009), o desenvolvimento local seria um modelo que permite que uma dada comunidade possa autogerir-se, preservando o seu patrimônio ambiental e seu potencial socioeconômico, numa busca contínua da qualidade de vida de seus indivíduos.

Portanto, este processo não se vincula necessariamente a um grande crescimento econômico, porém visa que a população local tenha liberdade de escolher o que é melhor para si. Isto implica em fazer com que as atenções se voltem, primordialmente, para o incremento da capacidade das pessoas de levarem o tipo de vida que valorizam, enfatizando-lhe a condição de agentes políticos, exigindo a formulação e execução de projetos participativos com base em uma estreita relação entre suas crenças e práticas tradicionais (BURSZTYN, BARTHOLO, DELAMARO, 2009).

3 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Assim como as outras atividades econômicas, o turismo, para desenvolver-se, é na maioria das vezes orientado pelo mercado e pelos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais, apresentando as mesmas contradições deste modelo (BARRETO, 2000 apud MENDONÇA, 2004; FERREIRA, 2008). Portanto, a atividade turística também deve ser questionada à luz de todas as ponderações e debates feitos sobre

desenvolvimento no que diz respeito à inclusão e exclusão e responsabilidade social (FERREIRA, 2008).

Em contrapartida ao turismo convencional globalizado, Zaoual (2009) analisa que novas dinâmicas estão surgindo. O desenvolvimento local aliado a estas dinâmicas seria uma alternativa de resistência à racionalidade hegemônica do capital e um estilo contraposto às tendências e aos padrões dominantes (CRUZ, 2009). Por isso, começam a ser discutidas novas possibilidades de turismo pautadas em uma mudança de valores.

Na América Latina o TBC começou suas primeiras incursões a partir dos anos 80 por meio do Turismo Rural Comunitário (TRC) e atualmente encontra-se presente em todos os ecossistemas do continente (MALDONADO, 2009). As pressões mundiais do mercado seguindo as tendências do ecoturismo e do turismo cultural, a tentativa de criar alternativas para mudar a realidade de comunidades em situação de pobreza crônica, o papel desempenhado pelas pequenas e microempresas no desenvolvimento econômico local e na diversificação da oferta turística nacional, bem como as estratégias políticas do movimento indígena e rural para se incorporar no processo de globalização preservando sua identidade e seus territórios ancestrais, foram fatores relevantes que levaram à sua origem (MALDONADO, 2009). O TBC surge, portanto, dentro de uma discussão que não interpreta a prática turística apenas pela sua vertente de mercado, mas, principalmente, como fenômeno social complexo da contemporaneidade (IRVING, 2009).

Segundo Irving (2009), são seis as premissas que permeiam o TBC: base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; geração de benefícios diretos à comunidade; afirmação cultural; e o “encontro” como condição essencial entre visitantes e visitados. O grande diferencial desta prática turística é que ela defende a inclusão das comunidades receptoras, além de ser um instrumento de respeito à diversidade e à identidade, e um meio para que estas apresentem suas demandas e limitações (IRVING, 2009, SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Trata-se, portanto, de um turismo em que as relações econômicas são articuladas (ao invés de substituídas) a outras relações que ultrapassam o lucro imediato, além de nem sempre ser a atividade mais importante enquanto renda principal, mas que serve como movimento de resistência ativa contra as mais usuais formas de desenvolvimento turístico e de apoio à autoestima das comunidades, tornando-se, por isso, um suporte para suas lutas sociais (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

4 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DE CURUÇÁ

Ao se pensar nas oportunidades econômicas para Curuçá, primeiramente o que se tem em vista é um caminho

“tradicional” orientado pela lógica da RESEX que visa preservar e proteger as atividades de pesca, extrativismo e agricultura das populações ribeirinhas do município. A segunda opção seria por meio das propostas de emprego que viriam em função da construção dos portos. Entretanto, os dois caminhos parecem inadequados, visto que o primeiro oferece oportunidades limitadas que não levam à melhoria das condições de vida da população e a segunda tem grandes chances de trazer impactos negativos tanto no nível ambiental, como no social (NELEMAN, 2010). A outra seria por meio do turismo, conforme será abordado nos itens seguintes.

4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO TURISMO NO MUNICÍPIO

Conforme Nascimento (2009 apud AMARAL, 2010), o polo turístico em que o município de Curuçá está localizado possui um expressivo potencial turístico e se destaca essencialmente pelo seu patrimônio natural. Entretanto, o turismo predominantemente encontrado na região é o de praia e o de massa. Em razão da dificuldade de acesso até as praias e por não possuir infraestrutura adequada para receber turistas, este processo ainda não ocorreu em Curuçá.

Um dos maiores problemas em relação à infraestrutura de turismo de Curuçá é a carência de hospedagem e restaurantes e a necessidade de profissionalismo no atendimento dos mesmos. Outra problemática local são os resíduos de lixo tanto na periferia, como nas áreas naturais, além da falta de saneamento básico nas áreas rurais. Ademais, a falta de demanda efetiva de turistas dificulta a atração de investimentos que possam desenvolver a atividade turística na cidade.

4.2 CURUÇÁ: TERRA DOS MANGUES E IGARAPÉS

Curuçá possui uma extensão territorial de 673,30km² e pertence à mesorregião do nordeste paraense e a microrregião do Salgado. Limita-se com o Oceano Atlântico ao norte e possui 34.294 habitantes divididos em cinquenta e duas comunidades de localidades rurais que se encontram em rios e várzeas e em zona de planalto (ESTADO DO PARÁ, 2011; IBGE, 2010).

A região possui uma riqueza de atrativos naturais e culturais. Ao visitá-la é possível conhecer diferentes ecossistemas que envolvem manguezais, campos savanóides, floresta de terra firme, bacurizal e umirizal. O município também possui igarapés, ilhas, furos e praias, onde se pode observar primatas, bichos preguiças e pássaros variados. Ademais, conta com eventos e festas que marcam seu calendário, muitos deles religiosos, quando é comum a realização de procissões, ladainhas, arraial, leilões, derrubada de mastros de flores e apresentação de danças típicas da região.

Segundo Souza (2010), Curuçá assemelha-se a diversas localidades ribeirinhas da Amazônia, nas quais as relações são um produto de um cotidiano marcado pela apropriação da natureza pelo homem. Neste sentido, a relação da população curuçense com o meio ambiente local adquire diversos significados que englobam trabalho, sustento e lazer. Conforme o mesmo autor, a delimitação dos territórios produtivos do local se deu pela ocupação secular de grupos comunitários nesses espaços, fazendo com que o conhecimento empírico sobre o ambiente ribeirinho tenha se cultivado por muitas gerações.

Entretanto, os curuçenses enfrentam dificuldades relacionadas a altos índices de pobreza e analfabetismo, baixo desenvolvimento humano, problemas como a falta de saneamento básico, carência de escolas, hospitais e postos de saúde de qualidade, além das poucas oportunidades de emprego.

Como se trata de um município predominantemente rural, metade da população tem como ocupação principal atividades ligadas à pesca (IBGE, 2010). Porém, existe um grande desinteresse das novas gerações em relação às atividades consideradas tradicionais e uma possível consequência de perda de identidade destas comunidades, levando a uma alteração da realidade social e cultural do município (SOUZA, 2010). Segundo Martins (2010), a subjugação da pesca artesanal pela pesca industrial está trazendo o desestímulo dos jovens a continuar com o modo de vida dos pais fazendo com que eles saiam em busca de novas oportunidades de trabalho ou estudo em Belém ou Castanhal, acabando por morar na periferia destes municípios.

Outra questão preocupante diz respeito à especulação do uso do solo neste território. Como já ocorrido em outras localidades amazônicas, existe também o temor de que haja uma desapropriação progressiva de terrenos de moradores locais no futuro, haja vista que alguns pescadores já venderam suas terras para servir de casa de veraneio para turistas e para pessoas de estados vizinhos que se mudaram para o município (SOUZA, 2010).

Este fator só tende a aumentar com a consolidação do projeto de megaempreendimento portuário na Praia da Romana. Embora as promessas sejam de progresso e modernidade, a história comprova que os riscos ambientais e sociais acabam se sobrepondo aos benefícios prometidos nos discursos dos que defendem este tipo de iniciativa. Todavia, ameaças ambientais também se relacionam a situações cotidianas, a exemplo dos grandes currais de pesca instalados por pescadores advindos de diversos estados nordestinos que vem provocando assoreamento dos rios e colocando em risco de extinção uma diversidade de espécies marinhas (KOTSCHO, 2008)

Foi principalmente pela percepção da exaustão dos recursos naturais que foi criada, em 2002, a Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá (RESEX MGC), responsável por proteger igarapés, manguezais e baías. Até hoje a reserva tem como função principal proteger os recursos pesqueiros e os próprios manguezais, que estão

sujeitos a ameaças relacionados a técnicas não adequadas para a captura de caranguejos, lixo doméstico colocado em lugares não apropriados, além de desmatamentos para construção de residências, barracas de pescadores e criadouros de camarão (CHAVES, 2010).

Do mesmo modo, a proposta da criação da RESEX objetivava não somente encontrar soluções urgentes para o manejo racional dos seus recursos naturais, mas também meios de desenvolvimento local capazes de trazer mais oportunidades para sua população, protegendo seus modos de vida e a cultura dos extrativistas locais (BRASIL, 2002). Entretanto, a RESEX enfrenta muitos problemas, sobretudo relacionados à descrença dos próprios moradores em relação à efetiva viabilidade do projeto, isso porque tradicionalmente a maioria dos curuçenses não participa e não tem voz nos processos políticos locais e por isso não acredita que seus representantes irão defender seus interesses (BATISTA, 2010).

4.3 O INÍCIO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DE CURUÇÁ

O turismo de base comunitária passou a ser pensado em Curuçá em 2006, com a chegada do Instituto Peabiru, ONG que tem como missão valorizar a diversidade cultural e ambiental e apoiar processos de transformação social na região amazônica. A ONG se aproximou do grupo pastoral da juventude e posteriormente, reuniu com a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG), criando o projeto “Escola Casa da Virada” com objetivo de oferecer capacitação e trocar conhecimentos com a população local.

O ecoturismo de base comunitária surgiu paralelamente ao curso de agentes ambientais, responsável por formar filhos de pescadores, professores e agricultores. No curso de agentes ambientais, foi ensinado sobre a conservação e manejo de manguezais e recursos hídricos. Após a formação de membros locais como agentes ambientais, foram realizadas oficinas de turismo de base comunitária com intuito de apresentar o tema para a população.

Em seguida, 17 monitores aderiram ao projeto e receberam o seu primeiro grupo em 2008. No mesmo ano, o Instituto Peabiru submeteu outro projeto ao Ministério do Turismo com a finalidade de organizar cursos de capacitação empresarial e montar uma cooperativa e uma agência comunitária com os recursos adquiridos. Neste meio tempo, o grupo se organizou e formou o Instituto Tapiaim, legalmente reconhecido apenas em 2010.

Assim, o projeto foi se desenvolvendo com intuito de incluir as comunidades “tradicionais” e servir como uma nova fonte de renda para os moradores do município. A ideia principal era a de criar empregos locais e capacitar os jovens na atividade do ecoturismo.

Nota-se, portanto, que o início do projeto foi de acordo com algumas premissas abordadas por Irving (2009), como a base endógena na iniciativa com espaço para as comunidades expressarem seus desejos, a preocupação com a participação e protagonismo social através do saber compartilhado, a importância desta prática estar atrelada a compromissos de sustentabilidade que almejem a qualidade ambiental e social do destino, bem como sua valorização cultural.

A operação de receber turistas funcionava em parceria com a agência Estação Gabiraba, de Belém, e a Turismo Consciente, de São Paulo, onde normalmente a segunda fazia contato com a primeira, informando que um grupo queria fazer um dos roteiros em Curuçá e, posteriormente, a Estação Gabiraba informava ao Instituto Tapiaim que se organizava para receber os visitantes. O Instituto Tapiaim operava com quatro comunidades nos seus roteiros: Pedras Grandes, Recreio, Praia da Romana e Muriazinho.

A escolha dos povoados estava diretamente relacionada aos seus atrativos naturais (trilhas e banhos em lagos e igarapés), à facilidade de acesso e à existência de restaurante (QUEIROZ, 2011). O objetivo dos passeios era de apresentar aos turistas as belezas naturais da região e situações vividas cotidianamente pelas comunidades tradicionais: a pesca artesanal, a catação de caranguejos, a agricultura familiar e a criação de abelhas.

4.4 AS PEDRAS NOS CAMINHOS E OS APRENDIZADOS

Em razão da pesquisa de campo ter ocorrido num período em que o Instituto Tapiaim estava desativado, alguns dados e informações abordados a seguir serão baseados no estudo feito por Neleman (2010), quando a instituição ainda estava ativa, como uma complementação do trabalho.

No ano de 2010, o Instituto Tapiaim reunia dezessete membros, no entanto, apenas catorze deles estavam ativos. Segundo o estudo de Neleman (2010), dez destes membros habitavam as áreas urbanas do município, sendo oito da sede de Curuçá e dois do Abade, com apenas dois integrantes das comunidades rurais, dos quais apenas um habitava uma das comunidades que eram visitadas no roteiro de ecoturismo. Ainda que apenas um membro residisse em uma das comunidades visitadas incluídas no pacote, artesãos, pescadores e agricultores estavam ligados à cadeia, por meio da produção de artesanato, alimentos e bebidas, ou falando de seus ofícios para os turistas.

Autores como Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009) ratificam a importância da participação comunitária, ao afirmar que os cidadãos devem ser sujeitos e atores do processo. Além disso, alguns conceitos também priorizam a questão da solidariedade e da equidade na distribuição de benefícios, como o abordado pela FEPTCE (apud SANSOLO, BURSTYN, 2009, p. 146): “o turismo comunitário é uma atividade econômica solidária (...) baseada em um princípio de equidade na distribuição de renda”. No caso de Curuçá,

observa-se que havia um esforço comunitário para que esses benefícios, que não eram muitos, fossem distribuídos igualmente. Entretanto, algumas pessoas mais engajadas na atividade não se sentiam satisfeitas pelo fato de que outras não tão envolvidas recebessem o mesmo benefício.

De acordo com Maldonado (2009), um dos fatores que deram origem ao TBC foi a tentativa de transformação da realidade social das comunidades na busca de superação de uma situação de pobreza crônica. Entretanto, no caso de Curuçá, a renda obtida era pouca e praticamente insignificante para atender este objetivo, não sendo capaz de suprir as necessidades dos membros do Instituto, dos quais a maioria encontrava-se desempregada, além de muitos terem filhos para sustentar. E mesmo como renda complementar, era insuficiente para investir de forma coletiva.

Ao discutir obstáculos comuns ao turismo praticado em comunidades, Maldonado (2009) confirma que muitas vezes ocorrem restrições que dificultam a atividade no mercado devido a problemas como o déficit na educação, na formação profissional, nos serviços básicos de saúde e carência de infraestrutura, além de alto índice de pobreza e baixo índice de desenvolvimento humano. Também comenta a incursão das comunidades em situações de improviso, a ausência de profissionalismo e o desconhecimento do mercado e de instrumentos de gestão de negócios (MALDONADO, 2009).

Em Curuçá, todas estas questões fazem parte da realidade do município e influenciam negativamente o desenvolvimento da atividade turística de base comunitária. O fato de se tratar de uma cidade com baixo índice de escolaridade e formação profissional influenciava diretamente na baixa qualidade do atendimento dos seus poucos hotéis e restaurantes. Ao mesmo tempo, foi relatado que os membros do Tapiaim não estavam devidamente organizados e encontravam-se permanentemente sujeitos a situações de improviso, além de existir uma relação de dependência em relação ao Instituto Peabiru.

Outra dificuldade tratada por Mielke (2009) para o desenvolvimento do TBC diz respeito a fatores exógenos, pois, segundo o autor, em muitos casos os destinos ainda não possuem uma procura efetiva e, por isso, a obtenção de resultados demanda tempo. No caso do TBC de Curuçá, apenas 12 grupos visitaram o município no período de 2008 a 2010. Em julho de 2012 e em janeiro de 2013, período de campo da pesquisadora e de alta temporada no Pará, houve apenas dois passeios no período de julho e um passeio no período de janeiro.

Agregando-se a todos esses problemas, houve inúmeras divergências de interesses que dividiram o Instituto. Sendo o motivo mais relevante a transferência de desavenças pessoais para o Tapiaim de dois dos membros mais influentes, que acabaram influenciando o resto do grupo. As desavenças que já existiam entre Tapiaim e Peabiru se adicionaram aos membros da própria comunidade, o que acabou levando à inatividade do Instituto Tapiaim.

No seu livro “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual”, Bauman (2003) faz importantes considerações a respeito da visão romântica que a maioria das pessoas “de fora” tem em relação ao sentido de comunidade. Atualmente, o que se nota por parte de defensores deste tipo de turismo, é a crença de que a implantação do TBC em localidades comunitárias pode ser uma espécie de “salvação” capaz de resolver grande parte dos problemas ali vividos. Cria-se a expectativa de que a comunidade seja coerente com todas as características que este tipo de projeto possui.

Segundo Bauman (2003), para pessoas exógenas, a ideia de comunidade evoca um sentido de homogeneidade ao se pensar que é possível encontrar dentro dela tudo aquilo que o ser humano sente falta no seu dia-a-dia: lealdade, acolhimento, segurança, senso de coletividade. No entanto, integrantes de comunidades também estão inseridos na sociedade e no sistema que vivemos e por isso mesmo, apresentam todas as suas contradições e dificuldades. Pensar em comunidade sem conflito, segundo Bauman (2003), seria criar uma realidade utópica.

Ainda que a maneira como estava sendo trabalhado o TBC em Curuçá tenha sido considerada pouco participativa e com resultado financeiro irrisório, houve outros tipos de benefícios que envolvem questões mais profundas, como consciência ambiental, senso de responsabilidade com o lugar e com as pessoas. Ao perceber que existe o interesse de pessoas “de fora” em conhecer seus modos de vida e o meio ambiente da Reserva Extrativista MGC, os envolvidos com o TBC passaram a preocupar-se mais em cuidar da Reserva e a enxergar um valor que vai além da questão econômica, se envolvendo com aquele espaço.

A construção do restaurante “Lá no Manguê” com comidas típicas da região, os trabalhos de conscientização ambiental e “resgate” cultural nas escolas do município, o novo projeto de TBC somente com membros da comunidade do Candeua em parceria com a Secretaria de Turismo, bem como a inserção de um dos ex-integrantes do Instituto Tapiaim na faculdade de Gestão Ambiental, foram algumas das concretizações que tiveram grande influência do projeto de TBC em Curuçá.

Para concluir este trabalho, o que se pode avaliar no caso Curuçá é que o ecoturismo de base comunitária ali vivido está seguindo a linha que mais diferencia este tipo de turismo dos convencionais: a base endógena de desenvolvimento. Marcon (2007) entende que esta política deve estar associada a uma dinâmica “de baixo para cima”, na qual os atores locais desempenham papel central na sua função. Entretanto, isto não significa estar isento de dificuldades e desafios ou que a base do desenvolvimento local irá trazer a milagrosa “equidade” tão tratada nas premissas levantadas por estudiosos que abordam o TBC e pouco compatíveis com o sistema em que vivemos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das alternativas pensadas para solucionar os problemas da região amazônica foi a criação de reservas extrativistas, com o objetivo de proteger a natureza, permitindo o uso sustentável dos recursos e assegurando os meios de vida das populações “tradicionais”. No caso de Curuçá, foi criada a RESEX Mãe Grande com intuito de proteger seus manguezais ameaçados, principal fonte de sustento do seu povo. Entretanto, o que se nota é que esta alternativa tem se mostrado ineficiente para suprir os anseios daquela população que continua com poucas opções de trabalho.

A chegada do Instituto Peabiru no município trouxe projetos sociais com objetivo de promover melhorias para as condições de vida do povo de Curuçá. Um deles foi o turismo de base comunitária. Por ser uma atividade que tem como cerne o desenvolvimento local e que respeita a cultura, o meio ambiente e a sua dinâmica social, o TBC foi considerado uma alternativa econômica apropriada para aquele ambiente.

A imersão endógena no objeto de estudo trouxe a confirmação de que nem sempre o que é divulgado ou está nos discursos de ONGs, ministérios e inclusive na literatura acadêmica, retrata a realidade empírica deste tipo de projeto. Antes da pesquisa de campo, as expectativas eram de encontrar um ecoturismo de base comunitária segundo o vídeo divulgado pela Rede Globo: impecavelmente organizado, em sincronia com as necessidades da região, onde as pessoas envolvidas estariam em perfeita harmonia com as decisões tomadas a respeito do seu desenvolvimento.

Entretanto, o encontrado foi o oposto do idealizado: uma instituição desativada, pessoas se acusando pelo insucesso da atividade e uma infinidade de problemas sociais que afetavam diretamente o desenvolvimento do TBC. A expectativa de que o turismo estaria ajudando economicamente a vida da comunidade, portanto, foi eliminada.

A ideia do desenvolvimento local é mais justa por conceder às comunidades liberdade para escolher o caminho que querem seguir, porém não torna este processo menos complexo. Trabalhar com comunidades significa lidar com valores, interesses, necessidades e sonhos diferentes e, por isso mesmo, ter de arcar com conflitos que nem sempre são fáceis de resolver.

Por isso, é importante mudar esta expectativa de que a comunidade seja coesa com todas as características que este tipo de projeto possui e abandonar a ideia de que lá é possível encontrar homogeneidade e um senso de coletividade que não se encontram mais em outros lugares. Deve-se refletir que a tal comunidade idealizada também está inserida na sociedade e no sistema que vivemos e, por isso mesmo, apresenta todas as suas contradições.

Atualmente, Curuçá está passando por profundas mudanças, onde antes a maior parte da sua população que trabalhava com atividades ligadas à natureza, hoje vive uma realidade de um intenso êxodo de jovens à procura de oportunidades de trabalho na capital e região metropolitana. Os que decidem permanecer no local muitas vezes têm

de encarar o desemprego e uma infinidade de problemas sociais e ambientais que assolam a cidade.

A vinda do Instituto Peabiru com o projeto de turismo de base comunitária acabou significando para os que se envolveram com o TBC um sonho de mudança de suas condições de vida. Entretanto, a não correspondência desses sonhos levou muitos à desistência ou à falta de compromisso com a atividade.

É importante refletir também sobre o papel do Instituto Peabiru em relação ao TBC de Curuçá, já que sua função seria dar assistência técnica para a comunidade. Seria correto esperar somente que os integrantes caminhassem (e não caminhasse) com pernas próprias? Ou tentar de alguma forma intervir para que o processo tivesse continuidade? Qual seria, afinal, o papel deste agente quando o plano não funciona de acordo com o esperado?

Pensar no desenvolvimento do turismo de base comunitária para Curuçá demanda longo prazo, pois ainda que seja considerado alternativo, exige infraestrutura e organização. Existe uma necessidade urgente de investimentos que sirvam não somente para possibilitar o desenvolvimento de uma oferta minimamente capaz de receber turistas, mas acima de tudo, de atender as necessidades da comunidade. Só será possível encontrar pessoas que se engajem na sua organização e fomento, quando suas necessidades mais urgentes forem sanadas.

Ao longo da pesquisa de campo, algumas sugestões foram pensadas para fomentar a atividade. A criação de encontros que objetivassem intercâmbio de experiências e aprendizados entre membros de comunidades envolvidos no projeto de TBC do Pará poderia trazer mudanças de caminhos e novas ações que levariam ao fomento da atividade. A implantação de hospedagem domiciliar e construção de *campings* também seria uma iniciativa adequada para a cidade, já que não demanda grandes investimentos e os próprios curuçenses poderiam oferecer estes serviços, contribuindo, assim, para suprir a carência de hospedagem no município, para renda complementar, assim como para estimular a vinda de turistas para Curuçá.

Ainda que esteja em fase de transição e que sejam muitos desafios a superar, o que deve ser destacado aqui é que os curuçenses estão tendo liberdade de escolher os caminhos para desenvolver o turismo, o que seria, afinal, a principal diferença em relação ao praticado na maior parte do país, onde a população local normalmente é excluída e prejudicada pelo seu processo de desenvolvimento.

Entretanto, este trabalho deixou algumas questões a serem respondidas: Como desenvolver o TBC em comunidades onde não há uma demanda efetiva? Será o turismo de base comunitária adequado para comunidades que possuem necessidades mais urgentes a suprir? Será o TBC capaz de se estruturar em localidades sem estrutura? Qual o papel e relevância do Instituto Peabiru para o TBC de Curuçá? Tais indagações podem servir de base para pesquisas futuras na busca de possíveis caminhos.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Vanessa Silva Do. *Gestão participativa e turismo na RESEX Mãe Grande de Curuçá*: múltiplas percepções. 2010. 93 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Áreas Protegidas e Unidades de Conservação, Departamento de Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, FIPAM, Belém, 2010.
- BARROS, A. B. G.; SILVA, N. L. O.; SPINOLA, N. D. A teoria de desenvolvimento endógeno como forma de organização industrial. *RDE: Revista de desenvolvimento econômico*, Salvador, v. 8, n. 14, p.91-98, 14 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/11/66>>. Acesso em: 5 jan. 2013.
- BATISTA, I. M. S. *Participação organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da Resex Mãe Grande de Curuçá*. 2010.199f. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BRASIL. Decreto s.n. de 13 de dezembro de 2002. Cria a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 16 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9774.htm>. Acesso em: 01 nov. 2012.
- BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009.
- CHAVES, A. T. P. V. *Gestão pública e participação: uma análise do conselho deliberativo da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá*. Dissertação (Mestrado). 2010. 176 f. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente. Belém: Universidade Federal do Pará, 2010.
- CORIOLOANO, L. N. *Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança*. Fortaleza: EduECE, 2009
- CRUZ, R. C. A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009.
- DAMATTA, R. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ESTADO DO PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. *Estatística Municipal: Curuçá*. Disponível em: <<http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/curuca.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2011.
- FERREIRA, H. C. H. *Turismo e responsabilidade social: um debate no campo da sustentabilidade*. CPDA/UFRRJ, 2008, mimeo.
- FIGUEIREDO, M. F. *Uma estrada na reserva: impactos sócio-ambientais da PA-136 em Mãe Grande, Curuçá (PA)*. 2007. 133f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Curso de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Belém: Universidade Federal do Pará, 2007.
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2003
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Dados socioeconômicos de Curuçá*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=150290>>. Acesso: 28 jul. 2012.
- IRVING, M. D. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009.
- KOTSHO, R. Histórias de vida e de morte nos santuários ameaçados dos manguezais de Curuçá. *Brasileiros*, [s.l.], n. 2, p.56-67, 19 set. 2008.
- LAYRAGUES, P. P. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.
- MARCON, E. M. G. O turismo como agente de desenvolvimento social e a comunidade Guarani nas "Ruínas Jesuíticas de São Miguel das Missões". *Pasos: Revista de Turismo Patrimônio Cultural*, [s.l.], v. 5, n. 3, p.343-352, 2007. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/5307/PS060307.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2012.
- MARTINS, A. A. F. A. *Caminho das águas: proposta para um aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá*. 2009. 181f. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos recursos.

- Área de Concentração: uso e aproveitamento dos recursos naturais. Belém, 2010.
- MEIRELLES, J. C. F. *O livro de ouro da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- MENDONÇA, T. C. D. M; IRVING, M. D. A. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil – Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). In: *Caderno Virtual de Turismo*. v. 4, n. 4. 2004. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.p=view&path%5B%5D=66&path%5B%5D=61>>. Acesso em: 05 jan. 2013.
- MIELKE, E. J. C. *Desenvolvimento turístico de base comunitária*. Campinas: Alínea, 2009.
- NELEMAN, S. *The marine extractive reserve “Mãe Grande” and community-based ecotourism: possibilities for the population of Curuçá, Pará*. Dissertação (Mestrado), Instituto de Estudos Latino-Americanos, Centre for Latin American Research and Documentation (CEDLA). Amsterdã, 2010.
- QUEIROZ, J. S. *Ecoturismo de base comunitária na Amazônia Oriental: O caso do Instituto Tapiaim em Curuçá – PA*. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <http://www.agriculturasamazonicas.ufpa.br/PDF'S/dissertacao/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Jacirene_Queiroz.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013.
- SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In: *Estudos Avançados*. v. 9, n. 25. São Paulo: Edusp. 1995
- SANSOLO, D. G. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009
- SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009.
- SOUZA, C. B. G. A gestão dos recursos naturais da Amazônia: A reserva extrativista Mãe Grande de Curuçá-PA. *Revista Geografar*, Curitiba, v. 5, n.1, p. 83-104, 2010 Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/viewFile/17783/11613>> Acesso em: 20 dez. 2012.
- TAVARES, M. G. C. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó (PA). In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009.
- TREVIZAN, S. D. P.; SIMÕES, M. L. N. S. Global e Local: conflito ou complementaridade (a título de introdução). In: TREVIZAN, S. D. P. (Org.). *Comunidades sustentáveis a partir do turismo com base local*. Ilhéus: Editus, 2006.
- ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009.

Recebido em 21 de março de 2015

Aprovado, em sua versão final, em 12 de julho de 2015

Artigo avaliado anonimamente por pares.

O ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS NAS POLÍTICAS DE USO PÚBLICO EM ÁREAS PROTEGIDAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Fabrizio Scarpeta Matheus¹

Sidnei Raimundo²

Resumo:

A partir da técnica de análise de conteúdo, em que procedimentos objetivos e indicadores quantitativos são utilizados para a análise dos textos, o presente artigo avalia como as políticas públicas de uso público em áreas protegidas no Estado de São Paulo abordam o envolvimento das comunidades locais, bem como a conservação do meio ambiente e a conscientização ambiental dos visitantes, que compõem os três principais aspectos da definição de ecoturismo utilizada no Brasil. A técnica evidencia dois focos das políticas públicas, o primeiro voltado para o envolvimento das populações locais na gestão das unidades de conservação, enquanto o segundo trata da inserção dessas comunidades na cadeia produtiva do ecoturismo, como uma estratégia de geração de emprego e renda.

Palavras-chave: Política pública. Unidade de Conservação. Uso público. Comunidade local.

INVOLVEMENT OF LOCAL COMMUNITIES IN PUBLIC USE POLICY ON PROTECTED AREAS IN THE STATE OF SÃO PAULO

Abstract:

Based on the content analysis technique, in which objective procedures and quantitative indicators are used for the analysis of texts, this article assesses how public policies for public use in protected areas of São Paulo State address the involvement of local communities, as well as the conservation of the environment and the environmental awareness of visitors, which consists in the three main aspects of the ecotourism definition used in Brazil. The technique reveals two focuses of the public policies, the first one oriented towards the involvement of local communities in the protected area management, while the second deals with the integration of these communities in the ecotourism production chain as a strategy to generate employment and income.

Keywords: Policy. Protected Area. Public use. Local community.

LA PARTICIPACIÓN DE LAS COMUNIDADES LOCALES EN LA POLÍTICA DE USO PÚBLICO DE ÁREAS PROTEGIDAS EN EL ESTADO DE SÃO PAULO

Resumen:

A partir de la técnica de análisis de contenido, en el que se utilizan procedimientos objetivos e indicadores cuantitativos para el análisis de textos, este artículo examina cómo las políticas públicas para el uso público en las áreas protegidas en el Estado de São Paulo se acercan a la participación de las comunidades locales, así como la conservación del medio ambiente y la conciencia ambiental de los visitantes, que constituyen los tres aspectos principales de la definición de ecoturismo utilizada en Brasil. La técnica revela dos focos de las políticas públicas, la primera frente a los involucramentos de las poblaciones locales en la gestión de las áreas protegidas, mientras que el segundo se refiere a la integración de estas comunidades en la cadena productiva del ecoturismo como una estrategia para generar empleo e ingresos.

Palabras clave: Políticas Públicas. Unidad de Conservación. El uso público. Comunidad local.

¹ Analista de Conservação do WWF-Brasil. Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo e Bacharel em Turismo. E-mail:fabriciomatheus@usp.br

² Professor da Universidade de São Paulo. Pós-Doutor pela Universidade de Girona, Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo e Bacharel e licenciado em Geografia. E-mail: sraimundo@usp.br

1 INTRODUÇÃO

As relações entre populações locais e áreas protegidas no Brasil, de modo geral, são marcadas por conflitos ambientais. Para Carvalho e Scotto (1995), conflitos socioambientais são expressos pela luta de interesses opostos, que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum. Em sua definição, essas autoras incluem a noção de antagonismo para o entendimento dos conflitos e a existência de práticas que colocam em oposição as intenções, interesses ou sentimentos quanto a um objeto (ou conjunto de objetos) determinados. Nesse sentido, afirmam que conflito ambiental “é resultado de uma relação de forças entre grupos que se manifestam no espaço público e às diferentes categorias de percepção sociais e políticas dos atores.” (CARVALHO; SCOTTO, 1995, p. 14). Para Vianna (1996), os conflitos podem ser analisados sob o ângulo de cada uma das partes envolvidas, que, genericamente, considera a outra parte como causadora do problema.

Diegues (1994, p.11) destaca que a “imposição de espaços públicos sobre espaços dos ‘comunitários’ (...) tem gerado graves conflitos”. A falta de participação das populações na criação das Unidades de Conservação (UC), os problemas de gestão, ou até mesmo, a percepção dos moradores de limitação das opções econômicas contribuem ainda mais para o agravamento dessa situação.

A resolução de conflitos entre os gestores de áreas protegidas, os moradores de seu interior e entorno e demais interessados no uso dos recursos inseridos numa Unidade de Conservação configura-se como um grande desafio atual, ou seja, consensuar os interesses de conservação da natureza com as aspirações e necessidades de usos de recursos pela sociedade. Trata-se, presentemente, de propor soluções para problemas estabelecidos entre moradores (tradicionais ou não) que permanecem no interior de unidades de proteção integral, e que são cerceados de suas atividades culturais e agropecuárias tradicionais. Mas também entre os grupos interessados na ampliação do uso e ocupação de áreas no interior de Unidades de Conservação, ligados à especulação imobiliária e turismo de massa. Todos eles em desacordo com os objetivos de proteção da natureza de uma área protegida.

Assim, na tentativa de reduzir esses conflitos, os governos, em suas diversas esferas, tentam desenvolver políticas públicas para adereçartais questões. Conforme explica Muller (2002), quando um determinado setor da sociedade percebe que sua situação atual não condiz com o desejado, ele irá pressionar o governo, que responderá por meio de políticas públicas. Assim, para Muller (2002, p.48) política pública é o “processo de mediação social, na medida em que o objeto de cada política pública é tratar dos desajustes que podem ocorrer entre um setor e outros setores, ou entre um setor e a sociedade³” (tradução nossa).

³ Proceso de mediación social, en la medida en que el objeto de cada política

Dentro desse contexto, as políticas públicas brasileiras identificadas que versam sobre o tema do uso público em áreas protegidas apresentam dois focos: envolver as populações locais na gestão das unidades; e inseri-las na cadeia produtiva do ecoturismo, como uma estratégia de geração de emprego e renda. Com relação ao ecoturismo, esse envolvimento pode se dar de forma direta como, por exemplo, nos serviços turísticos (monitores ambientais, equipamentos de alimentação e meios de hospedagem), ou indireta, ou seja, nos serviços de apoio a atividade (agricultura, artesanato, entre outros).

Além disso, as Unidades de Conservação acabam desempenhando um importante papel como espaços de lazer dessas comunidades, uma vez que, de modo geral, existem poucas opções na região onde elas se inserem. Contudo, existem poucas ações do governo para incentivar o uso das UCs pelas populações locais como estratégia de aumento da qualidade de vida.

O presente artigo pretende investigar, especificamente, como as políticas de uso público e ecoturismo em Unidades de Conservação tratam o envolvimento das comunidades locais.

2 ECOTURISMO

De modo geral, os visitantes que buscam as áreas protegidas fazem parte de um segmento específico do turismo, chamado de ecoturismo, que é definido pela The International Ecotourism Society – TIES (1990) como “uma viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local”. Diversos autores discutem os conceitos e definições do ecoturismo, alguns focam na conservação do meio ambiente, enquanto outros acrescentam também elementos socioculturais e econômicos. Para a Organização Mundial de Turismo (OMT)

Ecoturismo vai além do turismo de natureza, e ocorre em áreas naturais relativamente inalteradas, com o objetivo principal de admirá-las e aprender mais sobre elas. Ecoturismo implica que os operadores turísticos e os visitantes terão alguma responsabilidade com a destinação, reduzindo ou evitando impactos sobre as áreas visitadas. Ecoturismo deve contribuir para a conservação de áreas naturais e beneficiar a economia local, bem como gerar uma consciência de conservação entre os moradores e visitantes⁴ (OMT, 2002, p. 18, tradução nossa).

pública es tomar a su cargo los desajustes que pueden ocurrir entre un sector y otros sectores, o aun entre un sector y la sociedad global.

⁴ Ecotourism goes beyond nature tourism, and occurs in relatively undisturbed natural areas, for the main purpose of admiring them and learning more about them. Ecotourism implies that the tour operators and the visitors will have some responsibility towards the destination, reducing or avoiding impacts on the areas visited. Ecotourism should contribute to the conservation of natural areas, and contribute local economic benefits, as well as generating awareness of conservation among residents and visitors.

No Brasil, a definição oficial desse segmento, a qual grande parte das políticas públicas faz referência e que, desta forma, será utilizada no presente artigo, é aquela apresentada no documento “Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo” como:

[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 1994, p.19).

Tanto a definição nacional, quanto as internacionais, podem ser analisadas em três componentes básicos: conservação do meio ambiente; conscientização ambiental dos visitantes; e envolvimento das comunidades locais (SÃO PAULO, 2010). Esses três componentes servirão de base para a avaliação das políticas públicas no presente artigo, com um enfoque maior no envolvimento da comunidade local.

3 POLÍTICAS DE USO PÚBLICO E ECOTURISMO EM UCS

Conforme apresentado anteriormente, políticas públicas podem ser entendidas como as ações do poder público com um objetivo específico. Essas ações, como aponta Massardier (2003), podem ser mais ou menos coordenadas, sendo que as mesmas vêm, cada vez mais, tendo uma influência e participação dos demais envolvidos em sua formulação, implantação e monitoramento.

Isto posto, neste item serão apresentadas as políticas públicas para o desenvolvimento do uso público em unidades de conservação no Brasil e, especificamente, no Estado de São Paulo. Destaca-se que o estudo de todas as políticas públicas discutidas nesse item será realizado por meio da técnica de análise de conteúdo.

Desde antes da criação, no Brasil, do primeiro Parque Nacional (1937) até os dias de hoje, os legisladores do país desenvolveram um arcabouço normativo relativo à proteção do meio ambiente e às áreas protegidas no Brasil (URBAN, 1998; GUATURA, 2000). Diversas leis foram criadas para estabelecer normas e regulamentos para diferentes categorias de áreas protegidas. Assim, no ano 2000, foi sancionada a lei federal nº 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), cujo objetivo foi consolidar todos os atos normativos referentes às áreas protegidas no Brasil, bem como modernizar a gestão e o manejo das unidades de conservação do país (SÃO PAULO, 2009b). A coordenação do SNUC é realizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio dos seus órgãos executores, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

No Estado de São Paulo, em 29 de dezembro de 2006, por meio do Decreto Estadual nº 51.453, alterado pelo Decreto Estadual nº 54.079/2009, foi instituído o Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR (SÃO PAULO, 2006). Da mesma forma como o SNUC, a criação do SIEFLOR teve como objetivos aperfeiçoar a gestão e otimizar as ações públicas de conservação (SÃO PAULO, 2009b).

O SIEFLOR, de acordo com o estabelecido pelo Decreto n.º 51.453/2006, em seu artigo 2º

é composto pelas unidades de conservação de proteção integral, pelas florestas estaduais, estações experimentais, hortos e viveiros florestais, e outras áreas naturais protegidas, que tenham sido ou venham a ser criadas pelo Estado de São Paulo e estejam sob a administração do Instituto Florestal, da Secretaria do Meio Ambiente, e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2006).

O Sistema Estadual engloba, atualmente, aproximadamente 140 unidades de conservação, desde as primeiras áreas protegidas concebidas no Estado, como o Parque Estadual Alberto Loefgren, antigo Horto Florestal, criado em 1896, até a UC mais recente, o Parque Estadual Nascentes do Paranapanema, cujo decreto de criação, n.º 58.148, foi sancionado pelo governador em 21 de junho de 2012 (SÃO PAULO, 2012).

Por meio do SIEFLOR a gestão de grande parte das UCs do Estado passou a ser realizada pela Fundação Florestal, sendo que o Instituto Florestal, antigo órgão administrador dessas áreas, permaneceu responsável pelas chamadas unidades de produção, as Estações Experimentais e a maioria das Florestas Estaduais, bem como pela pesquisa em todas as UCs.

Os objetivos desse novo sistema eram aperfeiçoar a gestão e otimizar as ações públicas de conservação, por meio de uma maior agilidade e desburocratização dos processos de gestão das áreas protegidas. Isso porque a Fundação Florestal é um órgão da administração indireta do governo, diferente do Instituto Florestal que integra a administração direta.

Com relação às políticas públicas, pode-se entender que o SIEFLOR faz parte de uma alteração marcante na gestão das unidades de conservação. Essa alteração também teve uma repercussão nas políticas voltadas ao uso público, como pode ser percebido nos atos normativos apresentados a seguir.

Foram identificados diversos atos normativos federais e estaduais que regulamentam o uso público e o ecoturismo em UCs, desde o SNUC até portarias específicas editadas pela Fundação Florestal para tratar da atividade de *rafting*. A lista de todos os atos analisados no presente artigo, bem como o seu objeto, estão apresentadas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1. Atos normativos que regulamentam o uso público em unidades de conservação no Estado de São Paulo.

Ato Normativo	Objeto
Lei Federal nº 9.985/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC - estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.
Decreto federal n.º 4.340/2002	Regulamenta os arts. 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 36, 41, 42, 47, 48 e 55 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como os arts. 15, 17, 18 e 20, no que concerne aos conselhos das unidades de conservação.
Decreto estadual n.º 25.341/1986	Estabelece as normas que definem e caracterizam os Parques Estaduais.
Resolução SMA n.º 32/1998	Regulamenta a visitação pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e monitores ambientais, para o ecoturismo e educação ambiental nas unidades de conservação do Estado.
Resolução SMA n.º 59/2008	Regulamenta os procedimentos administrativos de gestão e fiscalização do uso público nas Unidades de Conservação de Proteção Integral do Sistema Estadual de Florestas do Estado de São Paulo – SIEFLOR.
Resolução SMA n.º 61/2008	Cria o Conselho Consultivo de Ecoturismo da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, como instrumento para auxiliar a implantação das ações para o desenvolvimento do ecoturismo no Estado.
Portaria Normativa F.F. n.º 73/2009	Estabelece roteiro para elaboração do Plano Emergencial de Uso Público para as Unidades de Conservação com atividades consolidadas de visitação pública.
Resolução SMA n.º 32/2010	Dispõe sobre infrações e sanções administrativas ambientais e procedimentos administrativos para imposição de penalidades, no âmbito do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA.
Decreto estadual n.º 57.401/2011	Institui o Programa de Parcerias para as Unidades de Conservação instituídas pelo Estado de São Paulo e que se encontrem sob a administração da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Portaria Normativa F.F. n.º 152/2011	Estabelece roteiro para elaboração do Plano de Gestão de Riscos e de Contingências para as Unidades de Conservação de proteção integral do Sistema Estadual de Florestas do Estado de São Paulo.
Portaria Normativa F.F. n.º 153/2011	Estabelece a regulamentação da atividade de <i>rafting</i> para as empresas operadoras deste serviço, os praticantes autônomos e os usuários, de acordo com as normas ABNT NBR 15:370 e 15:285.
Portaria Normativa F.F. n.º 182/2013	Dispõe sobre o horário de visitação pública nas unidades de conservação sob gestão da Fundação Florestal.
Portaria Normativa F.F. n.º 183/2013	Estabelece os critérios para utilização de bicicletas no interior das unidades de conservação sob gestão da Fundação Florestal.
Portaria Normativa F.F. n.º 191/2013	Estabelecer procedimentos para cobrança de valores para ingressos, serviços e utilização das dependências e equipamentos instalados nas Unidades administradas pela Fundação Florestal, sem o escopo de lucro, para fins de contribuir na manutenção e conservação das Unidades.

Fonte: Elaboração própria.

Além dessas, existem ainda mais duas portarias editadas pela Fundação Florestal que tratam sobre o uso público em unidades de conservação específicas e, desta

forma, não serão analisadas em profundidade no presente estudo. São elas: Portaria Normativa FF n.º 75/2009, que dispõe sobre a atividade de escalada em rocha no

Parque Estadual do Jaraguá; e Portaria Normativa FF n.º 178/2013, que dispõe sobre a atividade de mergulho autônomo nas Unidades de Conservação de Proteção Integral administradas pela Fundação Florestal, aplicável apenas ao Parque Estadual Marinho da Laje de Santos.

4 METODOLOGIA

A análise dos documentos levantados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, com a utilização de procedimentos objetivos e de indicadores quantitativos para a análise dos textos. A análise de conteúdo se mostra como uma ferramenta importante para o estudo das políticas públicas por “compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características (gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas, etc.) e extrair os momentos mais importantes” (RICHARDSON, 1999, p.224).

O *corpus* da análise de conteúdo é composto pelos documentos já apresentados no item anterior. A constituição desse *corpus* foi definida de acordo com a regra da exaustividade, ou seja, foram incluídos todos os documentos identificados como formadores da política pública para o desenvolvimento do uso público em áreas protegidas como, por exemplo, os atos normativos e os programas e projetos desenvolvidos pelas instituições responsáveis pela gestão dessas áreas. Esses parâmetros estão de acordo também com as regras da homogeneidade e pertinência da análise de conteúdo (BARDIN, 2012).

A exploração do *corpus* foi realizada por meio de análise categorial, com a codificação dos materiais identificados por meio de unidades de registro, apresentadas no quadro 2. Tais unidades foram trabalhadas de acordo com as seguintes regras de enumeração:

- Frequência: a quantidade de vezes que a unidade aparece. De acordo com Bardin (2012), a importância de uma unidade de registro aumenta com a frequência de aparição;
- Intensidade: foi avaliada de acordo os termos que acompanham a unidade de registro, por exemplo, a semântica e o tempo do verbo, bem como os advérbios e adjetivos;
- Direção: ela pode ser favorável, desfavorável ou neutra; e
- Ordem: a disposição das unidades de registro no texto, a ordem de aparição e encadeamento das unidades.

Quadro 2: Unidades de registro

Recreação, lazer, turismo e ecoturismo
Comunidade, populações, indígena, caiçara e quilombola
Educação, interpretação e conscientização
Conservação e preservação

Fonte: Elaborado para esse artigo.

Essas unidades de registro foram estabelecidas por meio de uma etapa de pré-análise do *corpus*, a partir de uma leitura fluente dos documentos, onde foram identificados os termos mais pertinentes aos objetivos da pesquisa.

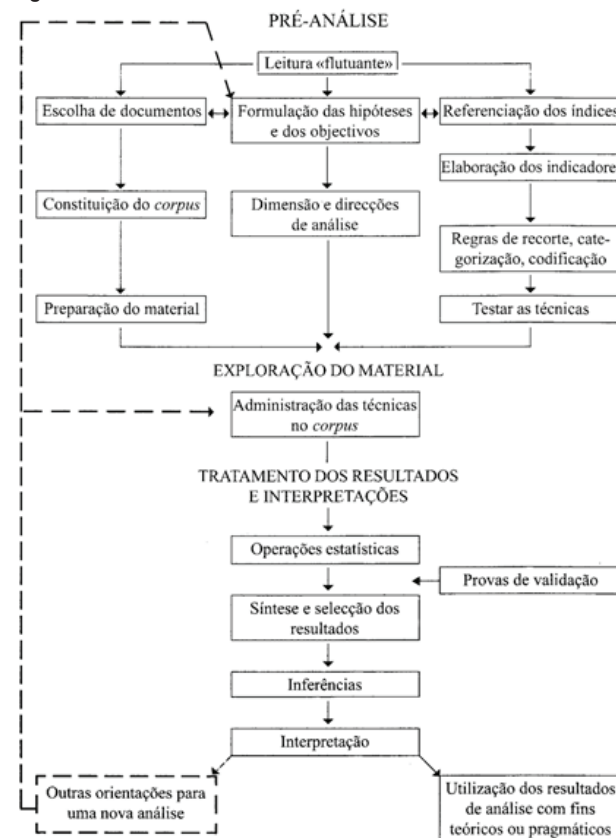
A partir dessas unidades de registro foi realizada uma codificação de todo o *corpus*. Assim, as políticas foram codificadas em três nós diferentes:

- Conscientização ambiental dos visitantes;
- Conservação do meio ambiente; e
- Envolvimento das comunidades locais.

Por fim foi realizada a etapa de interpretação dos resultados obtidos, de modo a permitir uma compreensão mais aprofundada sobre as políticas públicas para o desenvolvimento de uso público em unidades de conservação paulistas.

A técnica de análise de conteúdo empregada seguiu o modelo de desenvolvimento proposto por Bardin (2012), de acordo com a figura 1, a seguir. Cumpre esclarecer que a etapa de inferência não foi aplicada neste estudo, uma vez que não se pretendia induzir resultados futuros a partir dos dados analisados, mas sim verificar os resultados existentes.

Figura 1. Modelo de análise de conteúdo.



Fonte: Reproduzido de Bardin (2012, p.132).

Todas as etapas tratadas nesse tópico foram desenvolvidas com o auxílio do software NVivo, versão 10. Esse programa foi escolhido para facilitar a organização das informações do *corpus*, principalmente no que diz respeito à codificação, regras de enumeração e categorização.

5 RESULTADO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir dos resultados obtidos pela análise de conteúdo das políticas públicas foi possível perceber características marcantes nas ações desenvolvidas no Estado de São Paulo. Em uma primeira análise, o que se pode perceber é um foco maior das políticas que incidem sobre as UC estaduais na conservação do meio ambiente. As atividades de uso público e recreação, quando mencionadas, estão dentro de um contexto de interpretação ambiental. Além disso, há uma gama de normas, especialmente as portarias normativas da Fundação Florestal, que objetivam regulamentar as atividades de uso público no interior das unidades como, por exemplo, o *rafting* e o passeio de bicicleta. As unidades também estabelecem os seus próprios instrumentos normativos para atividades de uso público, tais como os planos emergenciais para visitação nas cavernas do PETAR.

A análise da frequência de palavras das políticas públicas em vigor no Estado de São Paulo traz valorosas contribuições para a compreensão do foco das mesmas. Os termos mais recorrentes são aqueles que nomeiam as áreas protegidas, ou seja, *unidade* e *conservação*. Além desses, o termo *ambiente* completa a lista dos três mais utilizados nos textos analisados. Outras expressões frequentes, conforme apresentado na Figura 2 são: *áreas*, *atividades*, *uso*, *plano* e *público*.

Figura 2. Políticas de uso público em São Paulo - frequência de palavras



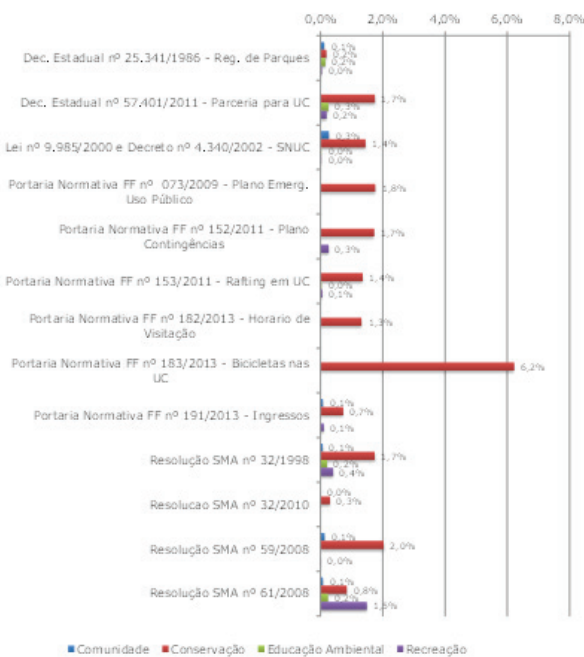
Fonte: Matheus (2014).

Interessante notar que, entre as políticas de uso público avaliadas, a única palavra relacionada à atividade a aparecer entre as 50 mais recorrentes é *visitação*, em 29º lugar, com exceção dos termos *uso* e *público*. Outro ponto que vale ser ressaltado é que em uma busca específica pela unidade de registro recreação, que engloba também termos semelhantes como lazer e turismo, as políticas aplicáveis no Estado de São Paulo utilizam mais

a expressão *ecoturismo*. Essa constatação reflete um entendimento das áreas protegidas no Estado e no país, como um espaço de turismo, voltado a educação formal, e não de recreação, ou seja, voltado para pessoas que não tem a UC em seu entorno habitual, em oposição a um local voltado para a recreação da comunidade local.

Tão importante quanto observar as palavras mais citadas nos textos das políticas, é analisar aquelas que não aparecem nessa lista. As políticas não têm, dentro do seu conjunto de termos mais usuais, nenhuma expressão relacionada à conscientização do visitante e ao envolvimento da comunidade local. Uma busca específica por essas unidades de registro confirma o foco dos textos na conservação, com as ocorrências relativas à recreação, envolvimento da comunidade local e conscientização dos visitantes figurando bem abaixo em quantidade, conforme apresentado na figura 3.

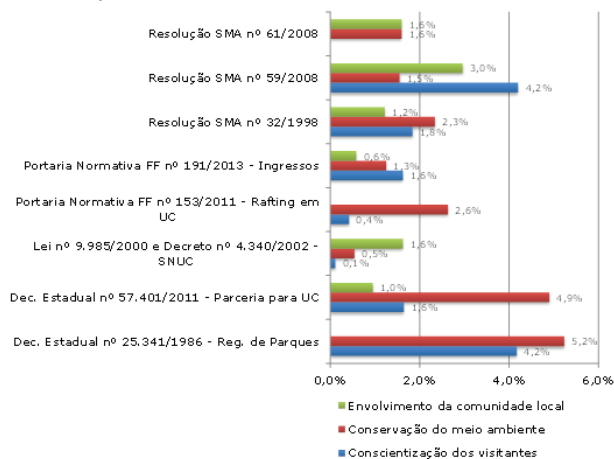
Figura 3. Políticas de uso público em São Paulo – unidades de registro (% de cobertura do texto)



Fonte: Matheus (2014).

Após uma primeira análise das políticas, seguindo a metodologia proposta, procedeu-se a codificação do conteúdo das mesmas. A figura 4, a seguir revela o número de nós, resultantes da codificação, identificados em cada um dos temas baseados nas unidades de análise, reafirmando o foco das políticas na conservação. Porém, os instrumentos voltados especificamente para o uso público, como é o caso da Resolução SMA nº 59/2008, os outros dois temas prevalecem na percentagem de cobertura do documento.

Figura 4. Codificação das políticas – São Paulo (% de cobertura).

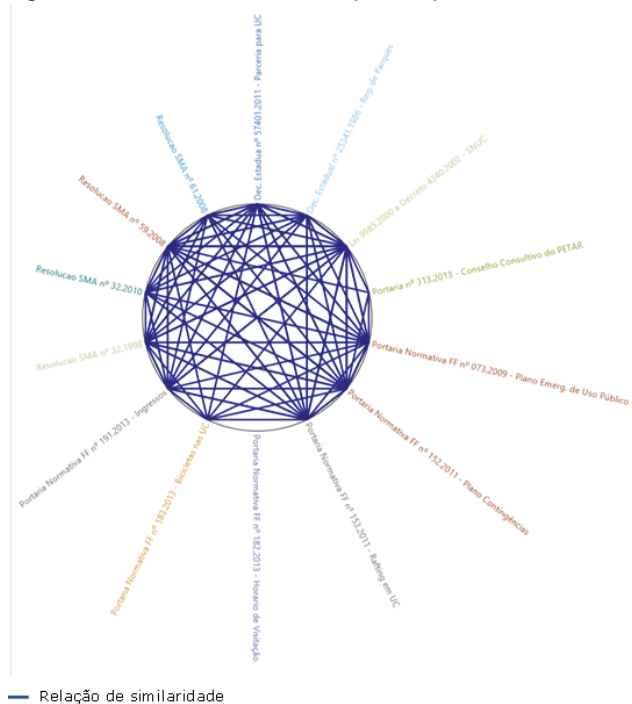


Fonte: Matheus (2014).

Além da frequência e da codificação, o software Nvivo também possibilita a análise de similaridade dos documentos identificados, de acordo com a semelhança dos termos presentes em seu conteúdo.

A figura 5, a seguir, exhibe as relações entre as políticas públicas referentes às unidades de conservação estaduais de São Paulo. É possível perceber uma grande integração entre todos os atos normativos avaliados. Aqueles que possuem um maior número de conexões são: o SNUC (Lei 9.985/2000); a Resolução SMA n.º 59/2008; e a Resolução SMA n.º 32/1998. Esses foram os instrumentos normativos identificados como de maior importância para a gestão das áreas protegidas paulistas.

Figura 5. Análise de similaridade das políticas públicas de São Paulo.



Nota-se uma grande relação de similaridade entre todas as políticas públicas avaliadas. O maior número de conexões parte do SNUC (Lei 9.985/2000) e da Resolução SMA n.º 59/2008.

Fonte: Elaboração própria.

É importante destacar também o papel que as terceirizações vêm assumindo nas áreas protegidas do Estado de São Paulo. O Decreto Estadual 57.401/11, que estabelece o Programa de Parcerias para as Unidades de Conservação, demonstra o caminho que as políticas públicas apontam, ou seja, aumentar a participação privada no interior das áreas protegidas, justificada como uma alternativa a desoneração dos cofres públicos para que os recursos possam ser direcionados para a conservação do patrimônio. Embora esse decreto não traga nenhuma novidade em termos legais, uma vez que todos os procedimentos ali elencados já estavam previstos na lei federal n.º 8.666/93, que estabelece os procedimentos para licitação e contratos da administração pública, ele é um importante passo do poder público rumo às terceirizações.

O Projeto de Lei n.º 249/2013 (SÃO PAULO, 2013a), proposto pela Secretaria do Meio Ambiente, em tramitação em caráter de urgência na Assembleia Legislativa, vai ao encontro desse direcionamento de terceirização, ao propor a concessão de uso remunerado, por até 30 anos, de cinco unidades de conservação estaduais, três parques, uma floresta e uma estação experimental. Essa proposta expande o prazo de concessão atual, de no máximo cinco anos, com o objetivo de atrair parceiros privados para a construção e manutenção de atividades de uso público, no caso específico dos parques estaduais, e a exploração de produtos florestais nas outras duas unidades.

Essas normativas, assim como o próprio SNUC e outros instrumentos jurídicos, estabelecem como um de seus objetivos assegurar a participação das populações locais nas oportunidades econômicas geradas pelas UC. Entretanto, não existem formas legais que garantam essa participação, que em muitos casos ficam restritas as grandes corporações, uma vez que a lei federal n.º 8.666/93 estabelece a igualdade de condições entre todas as empresas brasileiras para firmar contratos com o poder público. Dessa forma, nota-se que as políticas brasileiras buscam um caminho já percorrido por outros países como os Estados Unidos e o Canadá. Porém, estudos mostram que os modelos de gestão de áreas protegidas com a participação de iniciativa privada, estão entre os que apresentam as piores avaliações com relação à governança (EAGLES, 2009).

Outro ponto que merece ser destacado em relação às políticas brasileiras para uso público em unidades de conservação, diz respeito à atualidade dos seus marcos legais. Diversas leis, decretos, resoluções e portarias foram editadas após a aprovação do SNUC em 2000. Tal fato ilustra a afirmação feita anteriormente sobre a mudança de visão dos órgãos públicos acerca da importância do ecoturismo como uma estratégia de conservação, especialmente após a instituição do SIEFLOR.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A técnica de análise de conteúdo permitiu uma avaliação quantitativa e objetiva do *corpus* identificado para a pesquisa, de acordo com o exposto no presente artigo. Ela contribui de maneira direta para o entendimento das políticas públicas sobre uso público e ecoturismo em Unidades de Conservação e, principalmente, como os diferentes temas são abordados nos textos. Entretanto, essa análise quantitativa isolada revela apenas o que o governo diz fazer, e não o que, de fato, faz e muito menos os interesses por trás de suas ações. Para tanto é preciso também avaliar o processo de construção e implantação dessas políticas, como elas são colocadas em prática pelos órgãos competentes e, mais importante, verificar como os atores envolvidos são afetados por seus resultados. A análise de conteúdo configurou-se, assim, numa ferramenta adequada para o entendimento das políticas públicas sobre uso público em áreas protegidas, permitindo uma avaliação das diretrizes e princípios dessas políticas.

Entre os principais resultados gerados a partir da análise de conteúdo, fica clara a mudança de foco das políticas públicas no Estado de São Paulo. Principalmente a partir da instituição do SIEFLOR em 2006, partindo de uma visão preservacionista e voltando-se para as terceirizações, em uma tentativa de alcançar o equilíbrio financeiro das Unidades de Conservação por meio, principalmente, da exploração do uso público. Entretanto, esse modelo, conforme mostra experiências internacionais, pode trazer consequências negativas para os três elementos do ecoturismo analisados: conservação do meio ambiente, conscientização ambiental dos visitantes e envolvimento da comunidade local.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2012.

BRASIL. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília: Ministério do Comércio, da Indústria e do Turismo e Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1994.

_____. *Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000*, regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 19 de jul. 2000. p. 1.

_____. *Decreto Federal n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002*, regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em: 24/03/2013.

CARVALHO, I.; SCOTTO, G. (coord.). *Conflitos sócio-ambientais no Brasil, Rio de Janeiro*: Graphos, IBASE – Projeto Meio ambiente e Democracia/Fundação Heinrich-Böll-Stiftung e. V.1995.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB, 1994.

EAGLES, P. F.J. Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas. *Journal of Sustainable Tourism*, n.º 17:2, p. 231-248, 2009.

GUATURA, InahSimonetti. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC – Lei nº 9.985, de 18/07/2000. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, II, 2000, Campo Grande, *Anais: Vol. I Conferências e Palestras*. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, p. 26-35, 2000.

MASSARDIER, G. *Politiques et action publiques*. Paris: Armand Colin, 2003.

MATHEUS, F. S. *Os resultados das políticas públicas para o desenvolvimento do uso público em Unidades de Conservação no Brasil e no Canadá*. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. 2014. (Dissertação de Mestrado).

MULLER, P. *Las políticas públicas*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *The Canadian Ecotourism Market*. Special Report, Number 15. Madrid, 2002.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÃO PAULO. *Decreto estadual nº 25.341, de 04 de junho de 1986*, aprova o Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas. Disponível em <http://www.ambiente.sp.gov.br/fauna/files/2012/11/Decreto-Estadual-25.341_86_regulamenta-parques-estaduais.pdf>. Acesso em: 24/03/2013.

_____. *Resolução SMA n.º 32, de 31 de março de 1998*, regulamenta a visitação pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e monitores ambientais, para o ecoturismo e educação ambiental nas unidades de conservação do Estado. Disponível em <<http://www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/files/2013/07/RESOLUCAO-SMA-32-31031998.pdf>>. Acesso em: 05/04/2014.

_____. *Decreto n.º 51.453, de 29 de dezembro de 2006*, cria o Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR e dá providências correlatas. Disponível em <<http://www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/decretos/decreto-no-51-453-de-29-de-dezembro-de-2006/>>. Acesso em: 01/06/2013.

_____. *Resolução SMA n.º 59, de 27 de agosto de 2008*, regulamenta os procedimentos administrativos de gestão e fiscalização do uso público nas Unidades de Conservação de proteção integral do Sistema Estadual de Florestas do Estado de São Paulo, e dá outras providências. 2008a. Disponível em <<http://www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/resolucoes-sma/resolucao-sma-59-2008/>>. Acesso em: 05/04/2014.

_____. *Resolução SMA n.º 61, de 03 de setembro de 2008*, dispõe sobre a criação do Conselho Consultivo de Ecoturismo da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, suas atribuições e dá outras providências. 2008b. Disponível em <<http://www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/resolucoes-sma/resolucao-sma-61-2008/>>. Acesso em: 05/04/2014.

_____. *Decreto n.º 54.079, de 4 de março de 2009*, altera os artigos 5º, 6º e 9º, acrescenta o artigo 9ºA e modifica os Anexos do Decreto n.º 51.453, de 2006, que cria o Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR. 2009a. Disponível em <<http://www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/decretos/decreto-no-54-079-de-4-de-marco-de-2009/>>. Acesso em: 01/06/2013.

_____. *Unidades de conservação da natureza*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, 2009b.

_____. *Portaria Normativa F.F. n.º 73, de 27 de fevereiro de 2009*, estabelece roteiro para elaboração do Plano Emergencial de Uso Público para as Unidades de Conservação com atividades consolidadas de visitação pública. 2009c. Disponível em <<http://fflorestal.sp.gov.br/2014/01/09/portaria-normativa-ff-no-0732009/>>. Acesso em: 05/04/2014.

_____. *Portaria Normativa FF n.º 75/2009*, que dispõe sobre a atividade de escalada em rocha no Parque Estadual do Jaraguá. 2009d. Disponível em <<http://fflorestal.sp.gov.br/2014/01/09/portaria-normativa-ff-no-0752009/>>. Acesso em: 05/04/2014.

_____. *Ecoturismo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, 2010.

_____. *Decreto n.º 57.401, de 6 de outubro de 2011*, institui o Programa de Parcerias para as Unidades de Conservação instituídas pelo Estado de São Paulo e que se encontrem sob a administração da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. 2011a. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57401-06.10.2011.html>>. Acesso em: 03/04/2014.

_____. *Portaria Normativa F.F. n.º 152, de 15 de março de 2011*, estabelece roteiro para elaboração do Plano de Gestão de Riscos e de Contingências para as Unidades de Conservação de proteção integral do Sistema Estadual de Florestas do Estado de São Paulo. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. Documento interno. 2011b.

_____. *Portaria Normativa F.F. n.º 153, de 18 de abril de 2011*, dispõe sobre a atividade de rafting nas Unidades de Conservação administradas pela Fundação Florestal. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. Documento interno. 2011c.

_____. *Decreto n.º 58.148, de 21 de junho de 2012*, cria o Parque Estadual Nascentes do Paranapanema, institui o Mosaico de Unidades de Conservação do Paranapiacaba e dá providências correlatas. Disponível em <<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/5fb5269ed17b47ab83256cfb00501469/d0498f7deb600c3883257a25004a53d2?OpenDocument>>. Acesso em 30/03/2014.

_____. *Projeto de lei n.º 249, de 2013*, autoriza a Fazenda do Estado a conceder o uso de áreas públicas inseridas em Unidades de Conservação da Natureza que especifica, bem como dos imóveis localizados nos Municípios de Itirapina e Cajuru, e dá providências correlatas. 2013a. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/spl/2013/05/Propositura/1130646_50029094_Propositura.doc>. Acesso em: 09/03/2014.

_____. *Portaria Normativa F.F. n.º 182, de 24 de abril de 2013*, dispõe sobre o horário de visitação pública nas unidades de conservação sob gestão da Fundação Florestal. 2013b. Disponível em <<http://fflorestal.sp.gov.br/2014/02/18/portaria-normativa-ff-no-1822013/>>. Acesso em: 05/04/2013.

_____. *Portaria Normativa F.F. n.º 183, de 23 de abril de 2013*, dispõe sobre critérios para utilização de bicicletas no interior das unidades de conservação sob gestão da

Fundação Florestal. 2013c. Disponível em <<http://fflorestal.sp.gov.br/2014/02/18/portaria-normativa-ff-no-1832013/>>. Acesso em: 05/04/2013.

_____. *Portaria Normativa F.F. n.º 191, de 30 de agosto de 2013*, dispõe sobre o Sistema de Cobrança de Ingressos, Serviços e utilização de dependências e equipamentos instalados nas Unidades administradas pela Fundação Florestal. 2013d. Disponível em <<http://fflorestal.sp.gov.br/2014/02/18/portaria-normativa-ff-no-1912013/>>. Acesso em: 05/04/2013.

_____. *Portaria Normativa FF n.º 178/2013*, que dispõe sobre a atividade de mergulho autônomo nas Unidades de Conservação de Proteção Integral administradas pela Fundação Florestal. 2013h. Disponível em <<http://fflorestal.sp.gov.br/2014/02/18/portaria-normativa-ff-no-1782013/>>. Acesso em: 05/04/2013.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. *What is ecotourism?* 1990. Disponível em <<http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>>. Acesso em: 31/03/2013.

URBAN, T. *Saudade do matão: lembrando a história da conservação no Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

VIANNA, L. P. 1996. *Considerações críticas sobre a construção da idéia de "População tradicional" no contexto das Unidades de Conservação*. (Dissertação de mestrado). Departamento de Antropologia, FFLCH-USP, 232p.

*Recebido em 16 de fevereiro de 2015.
Aprovado, em sua versão final, em 24 de maio de 2015.
Artigo avaliado anonimamente por pares.*

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL DO TURISMO: UM ESTUDO SOBRE FERROVIA, TURISMO E MEIO AMBIENTE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Eloise Silveira Botelho¹

Carla Fraga²

Resumo:

A relação entre ferrovia e meio ambiente na perspectiva do desenvolvimento do turismo de base local exige uma visão planejada, contudo desconhece-se a identificação e análise desta relação no Estado do Rio de Janeiro. Portanto, o objetivo geral deste trabalho é identificar a relação entre ferrovia de passageiro (notadamente turística) e o meio ambiente, (notadamente Unidades de Conservação - UCs) no Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de subsidiar processos de planejamento e gestão de destinos turísticos levando a estruturação do turismo ferroviário, e do próprio turismo em UCs que venha a se estabelecer associado a algum elemento ferroviário. A pesquisa é exploratória, descritiva e de natureza qualitativa. Os resultados demonstram como é heterogênea a relação entre turismo, ferrovia e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro, exigindo-se cada vez mais uma atuação de maneira integrada em termos de planejamento e gestão entre a ferrovia e os destinos turísticos envolvidos.

Palavras-chave: Turismo. Ferrovia. Meio Ambiente. Desenvolvimento Local. Planejamento e Gestão.

PLANNING AND TOURISM DEVELOPMENT LOCATION: A STUDY ON RAIL, TOURISM AND ENVIRONMENT IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO

Abstract:

The relationship between railroads and environment from the perspective of the development of locally based tourism requires planning. However, it is unknown whether there is a survey and analysis of this relationship in the state of Rio de Janeiro. Therefore, the aim of this study is to identify the relationship between railroads for passengers (especially to tourists) and environment (notably protected areas) in the state of Rio de Janeiro, in order to support the planning and management of tourist destinations, leading to structuring railroad tourism, and tourism in protected areas which occurs associated with a rail element. The research is exploratory, descriptive and qualitative. The results demonstrate how heterogeneous the relationship between tourism, railways and environment in the State of Rio de Janeiro can be, demanding an increasingly role in an integrated way in terms of planning and management between the railroad and touristic destinations involved.

Keywords: Tourism. Railway. Environment. Local Development. Planning and Management.

PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO TURÍSTICO LOCAL: UN ESTUDIO SOBRE EL FERROCARRIL, EL TURISMO Y EL MEDIO AMBIENTE EN EL ESTADO DE RIO DE JANEIRO

Resumen:

La relación entre el ferrocarril y el medio ambiente desde la perspectiva del desarrollo del turismo con base local requiere una visión planificada, todavía en el estado de Río de Janeiro aún se desconoce si la identificación y el análisis de esta relación. Por lo tanto, el objetivo de este estudio es identificar la relación entre el ferrocarril de pasajeros (sobre todo el turismo) y el medio ambiente (en particular, las Unidades de Conservación - UC) en el Estado de Río de Janeiro, con el fin de apoyar los procesos de planificación y gestión destinos turísticos más importantes de la estructuración del turismo ferroviario y áreas protegidas en el propio turismo que vengan a establecerse asociado con un elemento de carril. La investigación es exploratoria, descriptiva y cualitativa. Los resultados muestran cómo heterogénea la relación entre el turismo, el ferrocarril y el medio ambiente en el Estado de Río de Janeiro, exigiendo una vez más actuando de forma integrada en términos de planificación y de gestión entre el ferrocarril y los destinos afectados.

Palabras clave: Turismo. Ferrocarril. Medio ambiente. El desarrollo local. Planificación y Gestión.

¹ Professora Assistente do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ). Doutoranda em Engenharia de Produção (PEP/COPPE/UFRJ). Membro do Grupo de Pesquisa Transporte e o Turismo e colaboradora do Projeto de Pesquisa: Transporte ferroviário, meio ambiente e desenvolvimento de destinos turísticos. E-mail: eloise.botelho@unirio.br

² Professora Adjunto do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutora em Ciências em Engenharia de Transportes (PET/COPPE/UFRJ). Líder do Grupo de Pesquisa Transporte e o Turismo e coordenadora do Projeto de Pesquisa: Transporte ferroviário, meio ambiente e desenvolvimento de destinos turísticos. E-mail: carla.fraga@unirio.br

1 INTRODUÇÃO

A relação entre ferrovia e turismo pode ocorrer além da distribuição geográfica da demanda turística através do uso dos transportes ferroviários, em alguns casos a experiência ferroviária é a própria experiência turística, por exemplo os passeios ferroviários através dos trens exclusivos para fins turísticos (FRAGA, 2004; 2011; FRAGA; CASTRO, 2012; FRAGA, 2013; FRAGA, SANTOS; RIBEIRO, 2014).

O turismo ferroviário no Brasil tem se estruturado ao longo dos últimos anos como um forte segmento do mercado turístico (FRAGA, 2011; FRAGA, SANTOS; RIBEIRO, 2014). Contudo, como os trens turísticos estão inseridos em dinâmicas sócio espaciais e culturais bastante heterogêneas, em muitos casos esses passeios ferroviários podem servir de suporte a outros segmentos, notadamente o turismo cultural e ao turismo na natureza (FRAGA, 2011).

Geograficamente, as ligações ferroviárias podem estar inseridas parcialmente ou totalmente em ambientes naturais (protegidos ou não) e representativos de identidades e culturas locais. Contudo, se desconhece a existência de um mapeamento da relação entre ferrovias, turismo e as Unidades de Conservação (UCs) no Brasil na perspectiva do planejamento e do desenvolvimento local. Portanto, as perguntas norteadoras deste trabalho se relacionam com o diálogo que pode existir entre a ferrovia e as UCs seja pela interseção dos trechos ferroviários (totalmente ou parcialmente) nas UCs, seja pela proximidade entre as ferroviárias e as Unidades de Conservação.

O objetivo geral deste trabalho é identificar a relação entre ferrovia de passageiro (notadamente turística, no caso do Brasil) e o meio ambiente (notadamente Unidades de Conservação - UCs) no Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de subsidiar processos de planejamento e gestão de destinos turísticos considerando de um lado a estruturação do turismo ferroviário; e de outro a estruturação do próprio turismo em UCs, especialmente àquele que venha a se estabelecer associado a algum elemento ferroviário. Os objetivos específicos são: analisar a interface turismo, meio ambiente e os transportes ferroviários; compreender as possibilidades de desenvolvimento local através da relação entre ferrovias e UCs na perspectiva do planejamento do turismo em interface com os transportes.

A pesquisa é exploratória e descritiva, de natureza qualitativa. Os procedimentos utilizados foram levantamento bibliográfico e documental com consulta a dados secundários. Além da introdução e das considerações finais o trabalho apresenta três seções, a saber: primeira sobre a relação entre meio ambiente, ferrovia e turismo; a segunda, na qual se apresenta num primeiro momento a noção sobre desenvolvimento local, e posteriormente se aborda o planejamento e as políticas públicas como instrumentos fundamentais; a terceira, na qual se apresenta o levantamento da relação entre ferrovia e UCs no Estado do Rio de Janeiro e as discussões sobre o papel da ferrovia para a UCs e da UCs para a ferrovia

no Estado do Rio de Janeiro. Essa discussão é realizada a partir de noções sobre políticas públicas, notadamente o processo de regionalização do turismo.

2 FERROVIA E TURISMO NA PERSPECTIVA DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL

O meio ambiente é o espaço no qual o turismo ocorre, sendo assim torna-se relevante norteá-lo conceitualmente. Quintas (1992) afirma que o meio ambiente é a relação dos seres humanos entre si e com o meio físico-natural. Já a cultura é explicada por esse autor como resultado das relações entre o homem-natureza e homens-homens. Assim, bens materiais, valores, modos de fazer, de pensar e de perceber o mundo, de interagir com a própria natureza e com os outros seres humanos fazem parte da cultura.

Em todo o mundo, são criadas áreas especialmente protegidas por lei, a fim de salvaguardar o meio físico-natural e aspectos socioculturais ligados a elas. No Brasil, a criação de áreas a serem protegidas é garantida por lei, através do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (Lei 9.985/2000), que afirma o compromisso com a proteção da natureza associado ao desenvolvimento social e econômico do território. Existem doze categorias que se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos, sendo pertencentes a dois grupos (a) Unidades de Proteção Integral, que tem objetivo básico de “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”³; (b) Unidades de Uso Sustentável, que buscam a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais⁴ (BRASIL, 2000).

O fenômeno turístico já foi interpretado às áreas a serem protegidas da humanidade, na atualidade esse é entendido como uma atividade que, ao mesmo tempo em que é capaz de proporcionar o contato com a natureza (e, portanto reflexão sobre a importância de protegê-la); é também uma atividade que pode gerar receitas financeiras para a Unidade de Conservação (UC) (colaborando, assim, com a sua gestão). Nesse sentido, a ferrovia voltada ao transporte de passageiros é um serviço, que quando associado a paisagem da UC pode aumentar as possibilidades do turismo e do desenvolvimento local.

Assim, é fundamental compreender a relação entre transportes e destinos turísticos. A partir do padrão de itinerário turístico (PALHARES, 2005) envolvendo origem, destinos turísticos, rotas etc.; e de acordo com Duval (2007) a relação entre transportes e turismo pode ser caracterizada tanto pelos pontos (ou nós), quanto por rotas

³ As categorias de Unidade de Conservação que compõem este grupo são: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

⁴ As categorias de Unidade de Conservação que compõem este grupo são: Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Extrativista; Área de Proteção Ambiental; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

(ou vetores). Nesse sentido, as rotas interligam os “nós”, daí nota-se que o fluxo turístico para ocorrer geralmente necessita de infraestrutura e de serviços de transportes, e portanto de uma rede de transportes. Ao se considerar as áreas protegidas (em especial UCs) como destinos turísticos (ou parte significativa destes)⁵ a serem visitados, nota-se que esses poderiam ser ou fazer parte dos “nós”, e que a ferrovia poderia ser uma das rotas (ou vetores) para acesso e/ou circulação envolvendo as UCs.

Os itinerários ferroviários em relação as UCs e seus entornos também podem ser variados, por exemplo: permitindo interligar a UCs não só com a origem dos deslocamentos, mas com outros destinos turísticos de interesse (sejam esses primários ou secundários), e em alguns casos até promovendo a circulação dentro da região de destino turístico.

Os modos de transportes a serem utilizados no turismo podem ser de variados tipos (aéreo, ferroviário, aquaviário e rodoviário), de acordo com a tecnologia empregada relacionada a via e ao veículo transportador (PALHARES, 2005). Especificamente sobre o modo ferroviário, este é composto por elementos (via, veículo, força motriz e terminal) com características peculiares (PALHARES, 2002). Por exemplo, a via ferroviária é segregada através de guias segregadas, exemplos trilhos e, portanto, dificilmente ocorre o engarrafamento nos deslocamentos ferroviários; os veículos⁶ geralmente apresentam a possibilidade de aumento ou diminuição da capacidade de transportes de passageiros e carga, e por isso podem auxiliar no processo de adequação relativo a sazonalidade (alta e baixa temporadas) no turismo, se tomando uma vantagem para o planejamento e gestão de destinos turísticos (PALHARES, 2002; LOHMANN, CASTRO, 2013).

Como observado, em muitos casos são necessárias ligações intermodais (interligação entre dois ou mais meios de transportes) para melhor atender ao deslocamento turístico num dado espaço geográfico, já que o serviço ferroviário raramente é porta a porta (PALHARES, 2002; LOHMANN, CASTRO, 2013). Na intermodalidade, o modo rodoviário assume um papel importante, pois este promove o serviço denominado “porta a porta” devido a sua flexibilidade e alcance. Ainda sobre intermodalidade, existem duas tendências para estas interligações relacionada ao modo ferroviário, uma que é a mais tradicional relacionando o modo ferroviário ao aquaviário, e outra, que é mais contemporânea relacionando o modo ferroviário ao aéreo (PALHARES, 2002; LOHMANN, CASTRO, 2013).

A primeira ferrovia no Brasil data de 160 anos atrás, foi construída por Irineu Evangelista, mais conhecido como Barão de Mauá em 1854, interligando os fundos da Baía

de Guanabara a Fragoso, em Raiz da Serra de Petrópolis, ambos localizados no Estado do Rio de Janeiro. Para uma leitura aprofundada sobre os avanços e retrocessos ferroviários por fases específicas no Brasil, ver Rodriguez (2012). Fraga (2013) e Fraga, Santos e Ribeiro (2014) fizeram discussões sobre a ferrovia no Brasil com base na evolução por períodos. Um destaque relevante para o presente estudo é do período nomeado por Rodriguez (2012) como “Privatização” e a “Situação Atual”, pois nesta fase se tornaram escassas as opções ferroviárias de passageiro no Brasil em função da nítida opção das concessionárias ferroviárias pelo transporte de carga.

Atualmente, sobre os transportes ferroviários no Brasil, é importante compreender o papel da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), esse é “o órgão responsável pela gestão dos serviços de transporte ferroviário em malha ferroviária concedida, entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território” (ANTT)⁷. Ainda de acordo com a ANTT, tem-se que o transporte ferroviário de passageiros pode ser regular (trem regular ou regional) ou não regular (trem turístico, cultural e comemorativo).

A partir desta variedade de iniciativas ferroviárias de passageiros (trem regional, turístico, cultural e comemorativo) no Brasil, é mister destacar que, de acordo com Fraga e Castro (2012) e com Fraga (2013), cada projeto ferroviário apresenta um papel diferenciado para o desenvolvimento do turismo. Logo, a relação entre ferrovia, turismo e meio ambiente pode ocorrer de maneira bastante particular em cada espaço natural, justificando-se a investigação de como isto ocorre no Brasil para que o planejamento integrado entre transportes e destinos turísticos ocorra da melhor forma.

Ao se analisar a relação entre ferrovia e turismo na perspectiva do meio ambiente, notadamente das Unidades de Conservação, percebe-se que temas relacionados ao desenvolvimento local são essenciais para que se debater o potencial de desenvolvimento integrado entre transporte ferroviário e UCs enquanto destinos turísticos ou parte significativa de destinos turísticos.

3 TURISMO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para compreender as possibilidades de desenvolvimento local na interface entre ferrovias e Unidades de Conservação é preciso, então, discorrer sobre a noção de desenvolvimento.

Carvalho (2002) aponta que não há uma única concepção de desenvolvimento e há quem critique aqueles existentes como ambíguas e imprecisas. Como entender o desenvolvimento e como qualificá-lo? De que forma ele se caracteriza? E o que se pretende com ele em termos

⁵ Para Lohmann e Castro (2013), os destinos turísticos podem ser desde um vilarejo até uma nação.

⁶ Os veículos ferroviários também derivam de projetos ferroviários variados de acordo com finalidades específicas. Essas finalidades podem inclusive nomear esses veículos, tais como Trens Turísticos, Bondes Urbanos, Trem de Alta Velocidade etc. A relação de cada veículo deste com o turismo pode se dar de maneira diferente (FRAGA, CASTRO, 2012; FRAGA, 2013).

⁷ ANTT. *Ferrovário*. Disponível em <<http://www.antt.gov.br/>> Acessado em 20/jun/2014.

de resultados em relação ao turismo, pensando a interface entre unidades de conservação e ferrovias? A necessidade de compreender o desenvolvimento surge da urgência de a humanidade refletir e tomar decisões a respeito do seu futuro, em um contexto de esgotamento dos recursos naturais, acirramento das desigualdades sociais e crescentes crises econômicas, demonstrando claramente a falência dos modelos anteriores.

Por muito tempo, desenvolvimento significou crescimento econômico. Embora esta visão tenha caído em “desuso”, não se trata de negar a dimensão econômica, mas de considerar que há outras dimensões igualmente importantes (CARVALHO, 2002). Porém, é possível afirmar que muitas das teorias sobre desenvolvimento pouco diferenciam entre si, na medida em que fica clara a ideia de que toda a sociedade possui e pretende adquirir os mesmos valores dos países do Norte, como fator suficiente para o alcance do desenvolvimento social, moral e cultural (MORIN, 1995).

Esta crítica é bastante relevante ao se pensar em destinos turísticos: como qualificar o desenvolvimento de forma padronizada, considerando toda a diversidade social, cultural, natural das localidades onde o turismo se estabelece? É importante salientar que a compreensão do desenvolvimento passa, necessariamente, por uma noção de um processo histórico e dinâmico e que, portanto, deve ser entendido a partir dos sujeitos envolvidos. Sendo assim, o conceito de desenvolvimento deve ser socialmente construído, ou seja, deve ser o “olhar do lugar” (IRVING, 2003). Refletir sobre turismo exige, assim, pensar sobre o desenvolvimento local tendo o planejamento como instrumento.

Para Buarque (2002, p. 25), o desenvolvimento local é “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Irving (2003) complementa esta ideia, ao afirmar que o desenvolvimento local refere-se a um “novo” desenvolvimento, fundamentado no aproveitamento dos recursos endógenos (humanos, naturais, e infraestruturais) para estimular a economia, melhorar a qualidade de vida e bem estar social da comunidade local, a partir da autogestão, associado à proteção do patrimônio natural e cultural. É oportunidade para inovação, pois ao mobilizar as potencialidades locais, contribui para elevar a economia local de forma criativa e, também, para a conservação do patrimônio natural e histórico-cultural (base das potencialidades e da qualidade de vida). A demanda pela mobilização e organização da sociedade local, faz criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade (BUARQUE, 2002).

Sendo assim, para que o turismo possa servir de instrumento para o desenvolvimento, os projetos precisam ter enfoque local e considerar como meio metodológico a participação social. Por meio do planejamento, é possível identificar as necessidades e problemas a serem resolvidos, organizar as ações e traçar estratégias para superá-los. O planejamento justifica-se por minimizar possíveis impactos

negativos do turismo e integrar as ações entre as instituições (públicas, privadas) envolvidas, em seus diferentes níveis organizacionais (nacional, estadual, local), orientando as ações para o futuro desejado (DIAS, 2003). Assim, o planejamento integrado é instrumento essencial para a aproximação entre ferrovias e unidades de conservação.

É neste sentido que Fraga et al. (2013), ao realizarem um levantamento bibliográfico com o objetivo de analisar o papel do transporte nos sistemas e modelos sobre turismo, afirmam que uma visão integrada sobre o planejamento do turismo e dos transportes pode auxiliar na gestão pública e privada dessas atividades, contribuindo para o desenvolvimento local por meio de políticas públicas específicas.

Sendo assim, o desenvolvimento local pressupõe criatividade e inovação social na identificação das necessidades e busca por soluções, por meio da participação social dos sujeitos envolvidos, associando qualidade de vida, sustentabilidade econômica das iniciativas de turismo locais e proteção do patrimônio natural e histórico-cultural. Da mesma forma, é uma sinergia possível e necessária desenvolver o turismo associando unidades de conservação e ferrovias, entendidas como patrimônios essenciais e complementares entre si. Na próxima seção se abordará questões relacionadas às políticas públicas e ao planejamento com foco no desenvolvimento do turismo no Estado do Rio de Janeiro, notadamente a relação entre ferrovia e unidades de conservação será analisada.

4 BREVE PANORAMA DA TEMÁTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Essa parte inicial da seção três apresenta uma breve explanação sobre o planejamento do turismo no Estado do Rio de Janeiro, e seu afinamento com o planejamento do turismo em âmbito federal. Logo após, compreende-se a oferta ferroviária e sua relação com o turismo, e então se faz a apresentação e análise dos dados através da identificação da relação entre ferrovia e UC (item 4.1) e das discussões (item 4.2).

A partir da década de 1990, houve a intensificação do processo de descentralização do turismo no Brasil, isto se deve em parte pela Constituição de 1988, que delegava no artigo 180 atribuições sobre o turismo igualmente a União, Estados, Municípios e Distrito Federal⁸. Nesse sentido, deve-se dar um destaque ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), no qual um grande desafio foi a identificação do potencial para o desenvolvimento do turismo em nível municipal.

Com a criação do Ministério do Turismo em 2003, tem-se na política nacional de turismo, mais especificamente no Plano Nacional de Turismo, o início da regionalização do turismo. Dez anos depois (em 2013),

⁸ “Art. 180. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 1988).

e após ter passado pelo Plano Nacional de Turismo 2003/2007, o Plano Nacional de Turismo 2007/2010, e o Documento Referencial do Turismo no Brasil entre 2011 a 2014⁹, tem-se o Plano Nacional de Turismo 2013/2016, a partir do qual há uma revisão de todo o processo de regionalização do turismo. Na Região Sudeste, da qual o Estado do Rio de Janeiro faz parte, tem-se 102 regiões e 1.289 municípios envolvidos¹⁰.

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a regionalização do turismo também é uma realidade com destaque para as orientações contidas no Plano Diretor de Turismo (2001). Recentemente, com o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Rio de Janeiro (PRODETUR-RJ) tem-se uma atualização na agenda de investimentos para o desenvolvimento do turismo.

De acordo com a Secretaria de Estado do Rio de Janeiro são 23 municípios estratégicos num raio de 250 km da capital do Estado, no qual os turistas podem chegar em 3 horas em média, envolvendo o Polo Serra (Serra Verde Imperial, Vale do Café e Agulhas Negras) e o Polo Litoral (Costa Verde, Costa do Sol, Metropolitana)¹¹. A seguir, serão levantadas as ferrovias e as UCs no Estado do Rio de Janeiro, e o turismo será discutido a partir deste processo de regionalização e investimentos.

4.1. APRESENTAÇÃO DAS INICIATIVAS IDENTIFICADAS

No Estado do Rio de Janeiro, a ANTT indica apenas dois trens turísticos autorizados no período compreendido entre 2004 e 2010, que são o Trem da Estrada Real (Paraíba do Sul, RJ) e o Trem Turístico do Corcovado (Rio de Janeiro, RJ). A ABOTTC é a Associação Brasileira das Operadoras de Trens Turísticos e Culturais e cumpre um importante papel para o setor, que vem se expandindo ao longo dos últimos anos (FRAGA, 2011). De acordo com o Ministério do Turismo foram investidos desde 2004 cerca de 20 milhões em reforma de estações e compra de locomotivas (BRASIL, 2014)¹².

A oferta ferroviária turística brasileira, de acordo com o Ministério do Turismo com base no levantamento realizado pela Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF), é composta de 33 passeios ferroviários turísticos, dos quais quatro (3 trens e 1 bonde¹³) estão

localizados no Estado do Rio de Janeiro (BRASIL, 2014)¹⁴. Além dos trens turísticos indicados no site da ANTT, tem-se a Maria Fumaça do SESC Mineiro Grussaí¹⁵ e, ao se incluir os bondes turísticos, tem-se os bondes localizados no bairro de Santa Teresa na cidade do Rio de Janeiro (sendo que estes estão temporariamente desativado, com previsão para os novos bondes circularem depois da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, em julho de 2014)¹⁶. De acordo com os dados do Ministério do Turismo, o Trem Estrada Real, cujo o trecho envolve a cidade de Paraíba do Sul também está temporariamente desativado.

Fraga, Santos e Ribeiro (2014) destacam que o mercado ferroviário turístico no Brasil é bastante heterogêneo, isto fica constatado pela análise dos dados da ANTT e do Ministério do Turismo (BRASIL, 2014), logo é válido analisar essas quatro iniciativas ferroviárias turísticas localizadas no Estado do Rio de Janeiro em seus contextos específicos. Assim, tem-se a apresentação e a análise dos dados no item 4.2. Essa análise pode servir de subsídio ao planejamento integrado entre transportes e destinos turísticos (notadamente, ferrovia e unidades de conservação) no Estado do Rio de Janeiro.

4.2. ANÁLISES E DISCUSSÕES

No âmbito do Projeto de Pesquisa Transporte Ferroviário, Meio Ambiente e Desenvolvimento de Destinos Turísticos registrado no Grupo de Pesquisa Transportes e o Turismo (GPTT), na Linha de Pesquisa: Transporte ferroviário e o Turismo, tem-se a definição de um conjunto de critérios para a análise das questões ambientais relacionadas a interface ferrovia e unidade de conservação. Com relação aos critérios relativos às políticas públicas de turismo, foram analisados: regionalização (Pólos) Estado; Regionalização (Regiões) Nacional; Regiões Turísticas do Estado – RJ (Extensão/Número de Habitantes); Já com relação aos aspectos relativos ao meio ambiente, notadamente as UCs, foram analisados: categoria de UC de acordo com SNUC e esferas de atuação; existência de plano de manejo. E, por fim, os critérios relativos à ferrovia, notadamente trens e bondes turísticos, foram analisados: as cidades envolvidas; ano de fundação; operador; inserção (parcial ou total dentro da UC), ou proximidade com a UC; tração e sistema; extensão ferroviária em quilômetros; tarifa média cobrada; funcionamento. A partir destas variáveis e da política nacional e estadual voltadas à regionalização do turismo apresentada no início da seção três, tem-se o seguinte quadro para análise e discussão (ver Quadro 1):

⁹ BRASIL. Ministério do Turismo. Documento Referencial do Turismo no Brasil 2011 a 2014. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br>> Acessado em 21 de junho de 2014.

¹⁰ BRASIL. Ministério do Turismo. Novo Mapa do Turismo no Brasil. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br>> Acessado em 21 de junho de 2014.

¹¹ GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Prodetur. Espacialização/Municípios. Disponível em <<http://www.prodetur.rj.gov.br>> Acessado em 26 de junho de 2014.

¹² BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo apoia segmento de Trens Turísticos. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br>> Acessado em 21/jun/2014.

¹³ Além dos bondes para deslocamento urbano, existia aos sábados dois passeios guiados, o Bonde Histórico e o Bonde Ecológico, ambos voltados ao turismo e ao lazer (KHORRY, s.d.).

¹⁴ BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo apoia segmento de Trens Turísticos. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br>> Acessado em 21/jun/2014.

¹⁵ SESC Mineiro Grussaí. Centro de Turismo. Disponível em <<http://www.sescmg.com.br>> Acessado em 21/jun/2014.

¹⁶ O GLOBO. PONTES, F. Novo Bonde de Santa Teresa faz primeiro teste no interior do estado. Data da matéria: 27/mai/2014 às 12h46min, atualizada às 22h38min do mesmo dia.

Quadro 1: Apresentação dos dados.

Critérios para análise		Trem do Corcovado	Bonde de Santa Teresa	Trem Estrada Real	Sesc Mineiro Grussaí
Política Pública de Turismo	Regionalização (Polos) – Estado	Litoral	Litoral	Não faz parte dos 23 municípios estratégicos relacionados aos Polos.	Não faz parte dos 23 municípios estratégicos relacionados aos Polos.
	Regionalização (Região) - Nacional	Metropolitana	Metropolitana	Caminhos Coloniais	Costa Doce
	Regiões turísticas do Estado RJ (Extensão/ No. habitantes)	Metropolitana (1396,0 Km ² /6.317.355 habitantes)	Metropolitana (1396,0 Km ² /6.317.355 habitantes)	Vale do Café (5.828,0 km ² / 804.473 habitantes).	Costa Doce (5.617,3 km ² e 525.200 habitantes).
Meio Ambiente (notadamente, UC)	Categoria de UC de acordo com SNUC (Esfera de atuação)*	Parque Nacional da Tijuca (Federal)	Área de Proteção Ambiental de Santa Teresa (Municipal) e próximo ao Parque Nacional da Tijuca (Federal)	Não encontrado***	Parque Estadual Lagoa do Açu
	Existência de Plano de Manejo	Sim	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
Ferrovia (notadamente trens e bondes turísticos)	Cidades envolvidas	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Paraíba do Sul	São João da Barra
	Ano de fundação da ferrovia	1884	1896	1898	Não encontrado
	Operador	ESFECO	Central	Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul compartilhada com a Ferrovia Centro Atlântica (FCA)	SESC de Minas Gerais na colônia de férias de Grussaí.
	Inserção (parcial/total) ou proximidade c/ UC	Parcialmente	Parcialmente	Não encontrado	Próximo
	Tração e Sistema	Elétrico/ Sistema de Cremalheira	Elétrico	Tração a Vapor	Tração a Vapor
	Extensão ferroviária (Km)	3.8 Km	10.5 Km**	14km	Não encontrado
	Tarifa média cobrada	R\$50,00	Temporariamente desativado	Temporariamente desativado	R\$6,00
	Funcionamento	Diário (de 30 em 30 minutos)	Temporariamente desativado	Temporariamente desativado	Não encontrado

* Ver "Inserção ou proximidade com a UC".

** Considerando o processo de reestruturação dos bondes¹⁷.

*** Foi pesquisado tanto no Instituto Estadual do Ambiente (INEA) quanto no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, sendo assim provavelmente a existência de alguma Unidade de Conservação estará na esfera de atuação Municipal.

Fonte: Extraído do Banco de dados do Projeto de Pesquisa Ferrovia, Meio Ambiente e Desenvolvimento de Destinos Turísticos (2013). Elaboração própria com consulta aos sites Ministério do Turismo¹⁸, Ministério do Meio Ambiente, Trem do Corcovado¹⁹, TurisRio²⁰, Prodetur (Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - Rio de Janeiro²¹).

¹⁷ GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. FICHTNER, R. (Apresentação). Reestruturação do Sistema de Bondes de Santa Teresa. Disponível em <<http://download.rj.gov.br/documentos/10112/157720/DLFE-47228.pdf>> Acesso em 26/jun/2014.

¹⁸ BRASIL. Ministério do Turismo. Novo Mapa do Turismo Brasileiro 2013. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em 26/jun/2014.

¹⁹ Trem do Corcovado. Informações Gerais. Disponível em <<http://www.corcovado.com.br>> Acesso em 26/jun/2014.

²⁰ GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Turisrio. Projetos. Disponível em <<http://www.turisrio.rj.gov.br>> Acesso em 26/jun/2014.

²¹ GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Prodetur. Especialização/Municípios. Disponível em <<http://www.prodetur.rj.gov.br>> Acesso em 26/jun/2014.

Sobre as políticas públicas de turismo, nota-se que na parte de investimentos tanto o Trem do Corcovado, quanto o Bonde de Santa Teresa (temporariamente desativado) estão em polos mais propensos a serem influenciados pelos investimentos oriundos do Prodetur (RJ). Contudo, o Trem Estrada Real (temporariamente desativado) e o Sesc Mineiro Grussaí estão na proximidade dos 23 municípios estratégicos dos polos Serra e Litoral, respectivamente.

As características ferroviárias tais como (extensão da ferrovia, tarifa média cobrada, funcionamento, inserção dentro de UCs ou proximidade com a UC) podem influenciar na distribuição geográfica da demanda turística em áreas protegidas e em seus entornos (ver Seção 1). Portanto, é preciso compreender a relação de cada ferrovia com o tipo de UCs e também se existe Plano de Manejo. Esse é um documento técnico para a gestão da UCs envolvendo zoneamento, normas e implantação de estruturas físicas da unidade. Logo, o Plano de Manejo é um documento fundamental no planejamento e gestão de maneira integrada entre ferrovia e destinos turísticos que são Unidades de Conservação ou as têm dentro de seu território.

Na parte de análise sobre as ferrovias e as unidades de conservação percebe-se que existe grande potencial de integração de ações coordenadas no planejamento e gestão envolvendo o Trem do Corcovado e o Bonde de Santa Teresa com o Parque Nacional da Tijuca, localizados na cidade do Rio de Janeiro. Isso se deve a diversas razões. Primeiramente porque estes passeios ferroviários e, também, o Parque Nacional da Tijuca, já são atrativos turísticos consolidados, com demanda nacional e internacional. Além disso, as vias férreas de ambos podem se conectar na estação Silvestre, localizada dentro do Parque Nacional da Tijuca. O Trem do Corcovado tem essa parada, notadamente para o uso de moradores do entorno, contudo existe um potencial de desenvolvimento turístico para esse espaço com a revitalização do Bonde de Santa Teresa. Assim, é válido destacar que existe a previsão de integração entre o Trem do Corcovado e o Bonde de Santa Teresa no Silvestre, a partir da qual será possível a aquisição de bilhetes para o Trem do Corcovado na Estação Carioca, que é um dos pontos de partidas do Bonde de Santa Teresa (COLBERT, 2012). Ainda sobre a integração entre Trem e Bonde através da Estação Silvestre, também é importante destacar que, de acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca, está prevista a implantação de um centro de educação ambiental e cultura na Estação (ICMBio, 2008).

Outro ponto de interface entre ferrovias e unidade de conservação, neste caso, é o modelo de gestão compartilhada que existe entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Prefeitura Municipal e o Governo de Estado do Rio de Janeiro, que o apoiam na administração da Unidade. Isto indica que as ações estão integradas no conjunto do planejamento do turismo e no que se refere aos atrativos do Parque Nacional da Tijuca, sendo o Trem do Corcovado um importante elemento neste contexto (FRAGA, 2004).

No caso dos trens e bondes turísticos relacionados ao Parque Nacional da Tijuca, é importante ressaltar também que a participação social no processo de planejamento das atividades é fundamental para o desenvolvimento local. Sobretudo porque os moradores dos bairros do Cosme Velho e de Santa Teresa, bem como os habitantes das favelas do entorno, convivem diariamente com intenso fluxo de visitantes, e tem suas vidas afetadas de diversas maneiras, podendo ser positivamente (como a possibilidade de geração de empregos e renda), como negativamente (especulação imobiliária e engarrafamentos, dentre outros).

Ainda com relação ao caso citado, entende-se que, ao mesmo tempo em que o Parque Nacional da Tijuca potencializa o deslocamento ferroviário para fins turísticos, devido à natureza protegida que mantém belas paisagens, a presença de transporte sobre trilhos colabora para a atratividade da unidade de conservação, contribuindo também para a geração de receitas significativas que apoiam a execução das políticas ambientais. Isso exige dos atores sociais um casamento de ações de planejamento para o desenvolvimento local.

Este caso pode inspirar ações a serem realizadas pelas demais iniciativas identificadas neste trabalho, como a Maria Fumaça no âmbito do Sesc Mineiro Grussaí e o Trem da Estrada Real. Apesar da Maria Fumaça do Sesc Mineiro Grussaí estar localizado no mesmo município que o Parque Estadual da Lagoa de Açu (São João da Barra), eles não estão integrados espacialmente, o que demandaria um esforço maior nas ações de planejamento para potencializar o desenvolvimento local através do turismo. Uma estratégia possível é a combinação dos atrativos por meio da roteirização turística local, já que São João da Barra faz parte da política de regionalização do turismo tanto em nível estadual, quanto nacional.

No caso do Trem da Estrada Real, no município Paraíba do Sul, o cenário exige ainda mais esforços dos atores envolvidos nas ações de planejamento e das políticas públicas para o turismo local. Isso se deve ao fato de o trem turístico estar temporariamente desativado, o que demanda investimentos econômicos e políticos no sentido de elaborar projeto seguindo as etapas do planejamento, integrado às demais ações relativas ao desenvolvimento local. Além disso, não foram identificadas unidades de conservação no município, o que não significa que elas não existam.

A presença de Unidades de Conservação é importante no diálogo entre ferrovia, meio ambiente e turismo, pois garante a qualidade da paisagem natural que, quando protegida, constitui patrimônio potencial para uso indireto da atividade turística, como os passeios ferroviários; mas que quando modificadas, sem atenção ao equilíbrio ambiental, afetam diretamente o potencial turístico, a qualidade de vida dos moradores e o desenvolvimento local. Sendo assim, recomenda-se fortemente que os atores sociais locais se organizem por meio de processos participativos de planejamento do turismo, capazes de integrar a revitalização e ativação do Trem da Estrada Real

e a criação e gestão de unidades de conservação, ou dar visibilidade aquelas que eventualmente existam.

Várias outras questões poderiam ser exploradas nesta análise, contudo, objetivando reflexões, enquanto subsídios iniciais para o planejamento e gestão integrados entre ferrovia, turismo e meio ambiente na perspectiva do desenvolvimento local fluminense, optou-se por um recorte para estimular novas pesquisas sobre a temática. Embora, a relação entre ferrovia, turismo e meio ambiente seja extremamente relevante, existem ainda poucos estudos nacionais e internacionais desenvolvidos nesta área.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento integrado entre os transportes e os destinos turísticos é um grande desafio, ainda mais se for consideradas as particularidades relacionadas ao meio ambiente e a ferrovia (ver Seção 1). Esse trabalho é um exercício de diálogo do planejamento e da gestão (ver Seção 3) com o desenvolvimento local do turismo (ver Seção 2), tendo em vista as estratégias de regionalização do turismo propostas em âmbitos federal e estadual.

No contexto do desenvolvimento ferroviário, a partir da fase denominada “Privatização” da malha ferroviária brasileira nos anos 1990 (RODRIGUEZ, 2012) existe uma escassez de ofertas ferroviárias de passageiros. Contudo, de acordo com o Ministério do Turismo (CARTILHA, 2010²²; BRASIL, 2012²³) existem cerca de cinquenta projetos ferroviários para fins turísticos em análise. Nesse sentido, é válido destacar que desde 2010, o Ministério do Turismo coordena um Grupo de Trabalho de Turismo Ferroviário, cuja a missão é desenvolver políticas de fomento do turismo ferroviário no Brasil (BRASIL, 2012).

Sendo, a relação entre a ferrovia e o meio ambiente, notadamente as Unidades de conservação um espaço fértil para o desenvolvimento local do turismo, buscou-se neste trabalho criar subsídios para a reflexão sobre a estruturação tanto do turismo ferroviário, quanto do turismo em UCs. As etapas metodológicas envolveram levantamentos em sites, livros, documentos, e foi possível identificar que ainda existe uma grande dificuldade em encontrar informações sobre os trens e bondes turísticos de um lado e, de outro, sobre as Unidades de Conservação e Plano de Manejos, no Estado do Rio de Janeiro. Assim, novos trabalhos devem considerar a coleta de dados primários, com entrevistas a gestores tanto de trens e bondes, quanto de UCs. Neste trabalho não foram considerados os Mosaicos e estes devem ser considerados num próximo trabalho.

²² BRASIL. Ministério do Turismo. Cartilha Orientação e Proposição de Projetos de Trens Turísticos e Culturais. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br>> Acessado em 26/jun/2014.

²³ BRASIL. Ministério do Turismo. O Brasil pela Janela do Trem. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br>> Acessado em 26/jun/2014.

BRASIL. *Lei nº 9.985 de 19 de julho de 2000*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acessado em 20/jun/2014.

BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2002.

CARVALHO, V. S. *Educação ambiental e desenvolvimento comunitário*. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2002.

COLBERT, M. *Governo do Estado lança edital para compra de nova frota de bondes*. Disponível em <http://www.rj.gov.br/>. Acessado em 20/jun/2014.

DIAS, Reinaldo. *Planejamento do turismo: Política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.

DUVAL, D. T. *Tourism and Transport: Modes, Networks and Flows. Aspects of Tourism Texts*. Chevedon: Channel View Publications, 2007.

FRAGA, C.C.L. *Trem do Corcovado: Experiência Turística ou funcional? Monografia de Bacharelado em Turismo*. Universidade Federal de Juiz de Fora – Minas Gerais. 2004.

_____. *Contribuições metodológicas para implantação de trens turísticos no Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Engenharia de Transportes da COPPE/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, nov. 2011.

_____. Transporte terrestre e destino turístico. In: LOHMANN, G.; FRAGA, C.; CASTRO, R. *Transportes e Destinos Turísticos: Planejamento e Gestão*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2013.

_____; LOHMANN, G.; SANTOS, G.; ALLIS, T. Destinos turísticos e transportes: aspectos teóricos e estado da arte. In: LOHMANN, G.; FRAGA, C.; CASTRO, R. *Transportes e Destinos Turísticos: Planejamento e Gestão*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2013.

_____; & CASTRO, R. T. Introdução aos Transportes Ferroviários – Parte I. In FRAGA, C.C.L.; FERNANDES, E.M.R.; CASTRO, R.T. *Transporte*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ/Consórcio Cederj. 2012.

_____; SANTOS, M. P. S.; RIBEIRO, S. C. Railroad Tourism in Brazil In: CONLIN, MICHAEL; GEOFFREY, R. BIRD. *Railway Heritage and Tourism: Global Perspective*. Bristol, Channel View, 2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca*. MMA: 2008. Disponível em: www.parquedatijuca.com.br. Acessado em 20/jun/2014.

*Recebido em 16 de julho de 2015.
Aprovado, em sua versão final, em 5 de outubro de 2015.
Artigo avaliado anonimamente por pares.*

IRVING, M. A. Ecoturismo em áreas protegidas: da natureza ao fenômeno social. In: CASTILHO, N.; ZYSMAN, N. & CASTILHO, V. *Pelas trilhas do Ecoturismo*. São Carlos: Editora RIMA, 2008.

_____. Turismo como instrumento para desenvolvimento local: entre a potencialidade e a utopia. In: D'AVILA NETO, M. I.; PEDRO, R. M. L. R. *Tecendo o desenvolvimento: saberes, gênero, ecologia social*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

KORRY, D. (s.d.). *Bondinho de Santa Teresa: Uma experiência inesquecível*. Disponível em <<http://www.guiadasemana.com.br/rio-de-janeiro/turismo/pontos-turisticos/bonde-de-santa-teresa>> Acessado em 26/jun/2014.

LOHMANN, G.; FRAGA, C.; CASTRO, R. *Transportes e Destinos Turísticos: Planejamento e Gestão*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2013.

LOHMANN, G.; CASTRO, R. *Transporte e desenvolvimento de destinos turísticos*. In: LOHMANN, G.; FRAGA, C.; CASTRO, R. *Transportes e Destinos Turísticos: Planejamento e Gestão*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2013.

MORIN, Edgard; KERN, Anne Brigitte. *Terra Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

O GLOBO. PONTES, F. *Novo Bonde de Santa Teresa faz primeiro teste no interior do estado*. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/novo-bonde-de-santa-teresa-faz-primeiro-teste-no-interior-do-estado-12617676> Acessado em 21/jun/2014.

PALHARES, G.L. *Transportes Turísticos*. São Paulo: Aleph, 2002.

_____. Transporte para turistas: conceitos, estado da arte e tópicos atuais. In: TRIGO, L. G. G. (Org.). *Análises globais e regionais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005.

QUINTAS, J. S. *A questão ambiental: um pouco de história não faz mal a ninguém*. IBAMA, 1992.

RODRIGUEZ, H. S.. *Superestrutura ferroviária* (Palestra Técnica). 13/11/2012. Associação Brasileira de Pavimentação (ABPv). Disponível em <<http://www.abpv.org.br/Palestra%20Tecnica%20ABPVHelio.pdf>> Acessado em 20/jun/2014.

HOSPITALIDADE E INTERPRETAÇÃO TURÍSTICA: RELAÇÕES COM A COMUNIDADE LOCAL

Lélio Galdino Rosa¹
Isabela de Fátima Fogaça²

Resumo:

O número de pessoas que viajam cresce de maneira vertiginosa a cada ano. Diante disso, agentes, como governo, empresários e comunidade local têm se mobilizado para promover seus atrativos, transformando-os em ferramentas de educação, orientação, sensibilização e de desenvolvimento social e econômico. A estratégia para obtenção de sucesso neste processo tem sido a interpretação do patrimônio para turistas, em conjunto à sua requalificação. O processo da interpretação busca a valorização da experiência do visitante, proporcionando-o uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado, e ainda dá subsídios à valorização da importância do patrimônio, quando este se incorpora como atração turística. O papel da hospitalidade, junto ao processo de interpretação, vem se destacar de maneira indissociável, pois ambos se complementam para o melhor acolhimento e transmissão de informações ao visitante e à sensibilização, quanto à necessidade de preservação do ambiente e da cultura. Por intermédio de um levantamento bibliográfico e relato de experiências, este estudo define o que podemos entender por interpretação turística e suas relações com a prática da hospitalidade. Identificou-se as características essenciais da interpretação para a captação de públicos específicos e ainda o reconhecimento da importância da relação da comunidade local com a interpretação turística. E, ter a certeza de que a hospitalidade é uma ação de suma importância para o sucesso do processo de interpretação que facilita o convívio harmonioso entre autóctones e turistas.

Palavras-chave: Hospitalidade. Interpretação Turística. Turismo; Patrimônio.

HOSPITALITY AND TOURISM INTERPRETATION: RELATIONS WITH THE LOCAL COMMUNITY

Abstract:

The number of people traveling grows each year of dizzying manner. Thus, agents such as government, business and local communities have mobilized to promote its attractions, turning them into education, guidance, awareness and social and economic development tools. The strategy for achieving success in this process has been the interpretation of the heritage for tourists, together with their rehabilitation. The process of interpretation seeks the enhancement of the visitor experience, providing a better understanding and appreciation of the place visited, and even gives subsidies to the appreciation of the importance of equity, when it is incorporated as a tourist attraction. The role of hospitality, by the process of interpretation, comes to stand inseparably, as both are complementary for the best reception and transmission of information to the visitor and raising awareness on the need to preserve the environment and culture. Through a literature review and report of experiments, this study defines what we understand by tourist interpretation and its relations with the practice of hospitality. Identifies the essential features of interpretation to attract specific audiences and further acknowledge the importance of the relationship with the local community tourist interpretation. Also proves that hospitality is an act of paramount importance to the success of the Interpretation process that facilitates the harmonious coexistence between native and tourists.

Keywords: Hospitality. Tourist Interpretation. Tourism. Heritage.

HOTELERÍA E INTERPRETACIÓN TURÍSTICA: RELACIONES CON LA COMUNIDAD LOCAL

Resumen:

El número de personas que viajan crece manera vertiginosa cada año. De este modo, los agentes tales como el gobierno, los negocios y la comunidad local han movilizizado para promover sus atracciones, convirtiéndolos en herramientas de educación, orientación,

¹ Doutor em Geografia (Organização do Espaço). Mestre em Turismo e Hotelaria. Especialista em Administração Hoteleira. Bacharel em Ciências Econômicas. Professor Doutor Adjunto III, dos Cursos de Bacharelado em Hotelaria e Licenciatura em Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ. leliogaldino@uol.com.br

² Doutra em Geografia (organização do Espaço). Mestre em Turismo e Hotelaria. Especialista em Planejamento Urbano e Regional. Bacharel em Turismo. Professora Doutora Adjunta II, dos cursos de Bacharelado e de Licenciatura em Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ. isafog@hotmail.com

2 O QUE É INTERPRETAÇÃO?

la conciencia y el desarrollo social y económico. La estrategia para lograr el éxito en este proceso ha sido la interpretación del patrimonio para los turistas, junto con su rehabilitación. El proceso de interpretación busca la mejora de la experiencia del visitante, dándole una mejor comprensión y apreciación del lugar visitado, y todavía le da subsidios a la apreciación de la importancia del patrimonio, cuando se incorpora como una atracción turística. El papel de la hospitalidad, por el proceso de interpretación, trata de permanecer de manera inseparable, ya que ambos se complementan entre sí para la mejor recepción y transmisión de la información de los visitantes y la sensibilización sobre la necesidad de preservar el medio ambiente y la cultura. A través de un informe de revisión de la literatura y la experiencia, este estudio define lo que se entiende por interpretación turística y sus relaciones con la práctica de la hospitalidad. Identificó las características esenciales de la interpretación para atraer a públicos específicos y también el reconocimiento de la importancia de la relación de la comunidad local con la interpretación turística. Y estar seguro que la hospitalidad es un acto de suma importancia para el éxito del proceso de interpretación que facilita la convivencia armoniosa entre los indígenas y los turistas.

Palabras clave: Hostelería. Interpretación de Turismo. Turismo. Equidad.

1 INTRODUÇÃO

Quando surge o interesse em promover e desenvolver a atividade turística em uma localidade, a maioria das decisões é tomada por agentes que não pertencem à comunidade local. Normalmente, essas medidas são direcionadas à melhoria dos transportes, dos meios de hospedagem, dos restaurantes, das novas opções de lazer e entretenimento, assim como dos locais para compras. Eles realmente acreditam que o turista por si só descobrirá e ele se encantará com os atrativos existentes. Com isso, percebe-se que são muito pouco valorizadas as informações, referentes à localidade e seus habitantes, bem como seus costumes e hábitos, a história do local, suas crenças etc.

A interpretação do patrimônio busca promover a melhor ampliação do conhecimento a respeito do mesmo. Ou seja, tenta provocar nos visitantes diferentes maneiras de compreender o que, a princípio, lhe é estranho. Em uma viagem, o visitante utiliza-se da exploração visual como sendo seu principal sentido para descobrir singularidades do lugar, seus símbolos e significados.

Temos, portanto, o processo da interpretação como sendo o responsável em estabelecer uma comunicação efetiva entre visitantes e local visitado, conduzindo à preservação do patrimônio e o desenvolvimento cultural local.

A hospitalidade é uma grande aliada do processo de interpretação que facilita o bom convívio entre autóctones e visitantes.

Goodey e Murta (2005) esclarecem que interpretar é um ato de comunicação. Interpretar é a arte de comunicar mensagens e emoções a partir de um texto, de uma música, de uma obra de arte, de um ambiente ou de uma expressão cultural.

No nosso caso, profissionais do turismo, devemos considerar a interpretação de um patrimônio como sendo um processo de agregação de valores à experiência do turista, por intermédio de disponibilidade de informações e representações que destaquem a história e as características culturais e ambientais de um determinado local.

Freman Tilden foi o primeiro pesquisador a escrever sobre interpretação de patrimônio, seu trabalho teve como local de estudo a prática sistemática da interpretação no Serviço Nacional de Parques do EUA, no final da década de 1950. Seu intuito era sensibilizar o grande número de pessoas que visitavam os Parques de Yosemite e do Grande Canyon sobre a importância da preservação daqueles santuários naturais.

Para Tilden (1967, p.43) é “por intermédio da interpretação obtém-se a compreensão; por intermédio da compreensão chega-se à apreciação e via da apreciação conquista-se a proteção”.

Compreender a interpretação, além de um mero processo de informação, conduz-nos à realidade de que interpretar é revelar significados, provocar emoções, estimular a curiosidade, entreter e inspirar novas atitudes no visitante, proporcionar uma experiência inesquecível com qualidade (GOODEY; MURTA, 2005).

Morales (1998) reforça, garantindo que a interpretação do patrimônio é a arte de revelar o significado do legado natural, cultural e histórico, ao público que visita esses lugares em seu tempo livre.

Nesse processo de interpretação turística, existem os quatro agentes capazes de promover um turismo sustentável, são eles: a comunidade autóctone, os turistas, o Meio Ambiente e a atividade turística propriamente dita.

Se esses agentes atuarem de maneira harmônica e com bom planejamento, o turismo pode proporcionar impactos positivos e ser um propulsor de restaurações, conservação, requalificação, de ambientes naturais e culturais, fortalecendo a cultura local e contribuindo para a geração de renda e empregos (OMT, 2003).

Essa maneira de atuação, além de considerar importante a preservação da natureza, dos costumes (cultura) e dos meios produtivos locais, adota uma abordagem de sensibilização da população local e os hábitos das organizações turísticas locais. Ou seja, a população local deve participar ativamente no planejamento turístico, onde se deve considerar todos seus anseios, angústias e necessidades.

Desta forma percebemos que a interpretação, sendo considerada um meio de comunicação, assume também o

papel de despertar atitudes de conservadorismo entre os envolvidos – comunidades locais, turistas, e investidores.

A finalidade de uma interpretação turística é promover alterações nos âmbitos cognitivos, afetivos e comportamentais dos agentes envolvidos no processo, que devem se manifestar de forma duradoura e contínua. Mas para que isso aconteça, a interpretação turística deve:

- a) atrair e manter a atenção do turista;
- b) o turista tem de entender a mensagem transmitida e retê-la para si;
- c) a partir dessas informações obtidas o turista adote atitudes positivas;
- d) que seja perceptível essa mudança de forma permanente.

Com base da teoria de Freeman Tilden (1975), para colocarmos em prática a interpretação turística, devemos conhecer seu significado, seus propósitos e ainda, considerar alguns princípios básicos, tais como:

- a interpretação deve provocar a atenção, curiosidade ou interesse do público. Se não obtivermos a atenção desse público, provavelmente não conseguiremos transmitir a mensagem, ou conteúdo desejado ao visitante;
- a interpretação tem de se relacionar com a vida cotidiana do visitante. Sendo que esse visitante se vê conectado ao atrativo visitado. A informação obtida deve ser algo que tenha alguma utilidade para sua vida;
- a interpretação deve revelar a essência do significado do lugar ou do objeto. É como uma essência da informação disponível, uma vez que nem sempre se pode transmitir ao visitante tudo o que se sabe sobre um determinado sítio ou fenômeno;
- a interpretação deve unir as partes em um todo. Cada lugar pode apresentar diferentes aspectos e conter muitos detalhes, que terão de se interrelacionar para transmitir uma ideia coerente;
- a interpretação é uma arte; portanto, deve produzir impacto no público, além de transmitir significados, produzir sensações e emoções. E os responsáveis pela interpretação – como bons comunicadores – devem aplicar as técnicas disponíveis, como uma grande dose de criatividade, para chegar ao coração das pessoas;
- a interpretação deve tentar ir além do mero fato da visita. Deve contribuir para a prevenção e a solução de problemas sociais, ambientais e de patrimônio, provocando um efeito que perdure nos visitantes.

Miranda (2005) garante-nos que em um período muito curto não é possível que os turistas estabeleçam vínculos afetivos ou cheguem, por sua própria conta, a uma ligação com o lugar que estão visitando. Para que isso aconteça, o

público deve ser beneficiado com algum tipo de auxílio para compreender a mensagem, desenvolver atitudes e alterar seus comportamentos. Assim, temos como essência da interpretação a mensagem e a estratégia para a elaboração de uma interpretação sólida, ou seja, criar mensagens impactantes e efetivas começa pela proposta de objetivos:

- a) Gerais: políticas de gestão ou metas (exemplo: “contribuir para uma ótima utilização do espaço no Horto Florestal).
- b) Secundários: identificam ou conduzem a temas e conceitos (Exemplo: mostrar os aspectos mais significativos dos cursos de água no parque nacional).
- c) Específicos: efeitos que queremos produzir no público. Estes são os que mais devem nos interessar (exemplo: que os visitantes não toquem nas obras de arte).

Os objetivos específicos podem ser subdivididos, ainda, em três níveis: para conhecimento, para afetividade e, enfim, para as atitudes e/ou comportamentos (Morales, 1998). Sendo assim, estes três objetivos específicos permitirão, em um processo de interpretação, avaliar o grau de captação das mensagens transmitidas, como também apreciar a resposta de comportamento por parte dos turistas. A partir desse comportamento, percebemos qual a verdadeira efetividade da interpretação.

Após a definição dos objetivos específicos a serem adotados, a interpretação é realizada mediante a aplicação de certas técnicas, seja em um museu ou um sítio arqueológico. Com isso, faz-se necessário conhecer a que tipo de público será dirigida a interpretação para que possamos adequar, da melhor maneira possível, a mensagem e escolher a metodologia a ser utilizada. De maneira geral, Miranda (2005) caracteriza os destinatários da interpretação como sendo: a) não frequentador assíduo e não está lá obrigado e b) está em seu tempo livre.

Com essas características, exige-se que o espaço de comunicação com o público leve em conta o contexto recreativo em que este se encontra.

3 CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA INTERPRETAÇÃO, VOLTADA À CAPTAÇÃO DE PÚBLICO

Segundo Miranda (2005), se a interpretação é voltada para captação do público, a mesma tem de possuir algumas características essenciais, tais como:

- capacidade de atrair o público;
- ser compreensível;
- revelar-se de maneira interessante;
- ter um bom roteiro e,
- ainda, deve estar estruturada em torno de uma frase tema ou de uma ideia central.

Para atrair a atenção do público, os programas interpretativos vão depender de vários fatores:

- a) a promoção e a publicidade nas diferentes mídias e programas;
- b) a aparência dos programas e as técnicas interpretativas;
- c) o meio de interpretação utilizado (alguns visitantes preferirão atividades guiadas, outros preferirão um folder);
- d) o grau de esforço percebido pelos visitantes (alguns preferirão assistir a programas de duas horas, outros disporão de menos de meia-hora).

Quanto ao fato da mensagem ter de ser compreensível, temos de lembrar que o entendimento conceitual, isto é, os conceitos e as palavras que são utilizadas têm de ter um significado claro para quem ouve. Uma mensagem é ou não compreensível dependendo do nível de conhecimento e da cultura de quem a recebe e, neste sentido torna-se muito pessoal. Para que isso seja alcançado, há de se evitar os conceitos técnicos e acadêmicos, e utilizar uma linguagem mais próxima possível da usada pelos visitantes.

O ponto vital para uma boa interpretação é tornar a mensagem interessante. A mensagem tem de ser relevante para o ego do visitante. Por exemplo, um guia de turismo pode utilizar termos simples e conseguir que todos entendam sua mensagem. No entanto, se o guia não passa a mensagem de maneira interessante para o ego dos turistas, eles (os turistas) podem deixar de prestar atenção, ou seja, distraem-se do que estão sendo orientados, mesmo que compreendam a mensagem. Para que uma mensagem seja relevante ao ego, ela deve se referir diretamente ao sujeito, conter analogias ao ser humano ou à vida cotidiana, ou elementos de relevância pessoal (por exemplos: filhos, a família etc) (MIRANDA, 2005).

A existência de um roteiro lógico surge com intuito de ser o delineador do argumento estruturado em sequências lógicas, para que a informação seja convincente e seja assimilada em um contexto. O roteiro é a estrutura da apresentação. Miranda (2005, p. 101) mostra-nos que “esquemas conceituais ou roteiros típicos são as formas de relato sequencial, seguindo a estratégia e as etapas de um conto: narração cronológica, informação em categorias e a descrição de processos gerais para chegar a fatos particulares”.

Outro componente do processo de comunicação para interpretação consiste em uma ideia central, ou seja, uma frase de impacto. Esta frase deve apresentar-se de maneira completa, “uma frase de estilo próximo ao coloquial” (MIRANDA, 2005, p.101).

Lewis apud Miranda (2005) demonstra como se elabora a frase tema:

- a) Há de se determinar o tópico da apresentação: ‘do que se vai falar?’ Por exemplo, ‘quero falar sobre aves’... esse é o tópico.
- b) Determinar o tópico específico: ‘sobre que aspecto das aves quero comentar?’ Por exemplo, ‘quero falar das aves insetívoras’... esse é o meu tópico específico.
- c) Formular a frase tema: ‘o que pretendo que o visitante saiba sobre as aves insetívoras’. Por exemplo, ‘quero que as pessoas saibam que as aves insetívoras evitam que muitos insetos se convertam em praga’... este é o tema.

Esta frase, tal e qual, será a que aparecerá na apresentação do guia, do folheto, da placa ou da exibição. Como os leitores poderão apreciar, esta frase coincide com o objetivo para o conhecimento.

Algumas vantagens são apresentadas e defendidas por Ham (1992):

- a) Da direção ao interprete. Colabora ao saber o que necessita ser averiguado para desenvolver a apresentação completa, diminui e muito o trabalho de preparação e facilita a apresentação.
- b) Auxilia o público a compreender a mensagem. Este aspecto é lógico, pois contribui para centralizar a atenção; o tema é o adesivo (slogan?) para essas cinco, ou menos, partes da apresentação.
- c) Pode servir de título. É o mais sugerido; se a frase está bem redigida, é curta e agradável, pode-se usá-la como cabeçalho de qualquer apresentação. Cumpre uma função próxima a de uma manchete: transmite algo sobre a notícia ou a matéria tratada e, em boa medida, é uma informação que capta uma ampla porção do público que somente leem manchetes, principalmente em folders, placas e exposições.

Para fazer da viagem uma experiência verdadeiramente cultural, precisamos desenvolver a preservação e a interpretação de nossos bens culturais, traduzindo seu sentido para quem visita. Mais que informação, a interpretação tem como objetivo convencer as pessoas do valor de seu patrimônio, encorajando-as a conservá-los. Esta é sua essência (MURTA; ALBANO, 2005).

Para atingir seus objetivos, a interpretação utiliza várias artes da comunicação humana – teatro, literatura, poesia, fotografia, desenho, escultura, arquitetura – sem se confundir com os meios de comunicação ou equipamentos que lhe servem de veículos para expressar as mensagens: placas, painéis, folders, mapas, guias, centros, museus etc. No entanto, nada substitui a interpretação ao vivo, realizada por guias e condutores sensíveis ao ambiente e às necessidades dos visitantes.

4 COMUNIDADE LOCAL: SUAS CARACTERÍSTICAS E A RELAÇÃO COM A INTERPRETAÇÃO TURÍSTICA

Uma grande quantidade de autores é unânime em afirmar que um planejamento turístico com base local é fundamental para o desenvolvimento do turismo sustentável. Essa ideia fundamenta-se no propósito de que ninguém melhor que os autóctones conhecem o lugar e obviamente sua própria história. Nenhuma outra pessoa está tão envolvida e comprometida com o lugar onde nasceu e onde se vive.

Goodey (2005, p.106) explica que “na maioria dos países, as decisões de planejamento local são tomadas com base nos padrões de poder existentes, especialmente no que diz respeito à administração territorial e de serviços”.

Podemos considerar como comunidade local, grupos de pessoas mutáveis que compartilham um território conhecido, como, por exemplo, um vilarejo, um edifício de apartamentos, uma rua, entre outros. Há também uma certa padronização do uso deste espaço compartilhado, há determinados marcos, símbolos, nomes e percepções que estabelecem uma geografia particular do lugar.

Com relação às pessoas, notamos um conjunto de opiniões compartilhadas sobre como a área e sua população devem ser gerenciadas. Na comunidade local, existe uma visão parcialmente explicitada e compartilhada sobre como a região poderá ser no futuro, para além do tempo de vida da população que hoje nela mora.

Em uma comunidade local é notória a convicção de que a maioria dos esforços físicos e financeiros, oriundos daquela região, deveria ser ali investida em infraestrutura e serviços públicos. E, ainda, percebe-se uma certa relutância em aceitar gente de fora (visitantes ou imigrantes) e mudanças (novas estradas ou desenvolvimentos) que impliquem em uma modificação significativa no estilo de vida local (GOODEY, 2005).

Por mais distante dos grandes centros que uma comunidade localize-se, ela pode se interar de qualquer dos assuntos que estejam acontecendo mundo a fora, via Internet, antenas parabólicas etc. Porém, estes equipamentos podem não ser capazes de alterar completamente seus hábitos, crenças e costumes. Tendo apenas a vantagem de promover a percepção das implicações, tanto positivas quanto negativas, de como as outras pessoas fazem as coisas em outros lugares.

Nenhuma comunidade local é estável; ou elas estão em um processo de declínio populacional e/ou decadência econômica, ou estão prosperando. Ou elas estão abandonadas, descartadas, subutilizadas, ou estão crescendo, prosperando, modernizando-se. (GOODEY, 2005, p. 49)

5 PLANEJAMENTO LOCAL

O planejamento com base local, a princípio, não é bem visto por todos da comunidade, tornando-se até um pouco desconfortável, pois a sua efetivação requer um foro representativo local, aberto à participação de todos moradores daquela localidade. E, antes disso se faz necessário um inventário do que existe no local, que envolve o levantamento da disponibilidade de infraestrutura, de recursos financeiros, quais as potencialidades, interesses e compromissos.

Para Goodey (2005), em um processo de desenvolvimento local, o visitante ou o plano de interpretação são apenas partes desse processo. E, para que, esse processo torne-se uma experiência positiva e enriquecedora, o mesmo autor sugere alguns requisitos importantes para assegurar o sucesso do mesmo, tais como:

- Haver algum representante local respeitado, não necessariamente entre os mais antigos, mas alguém que leve à comunidade uma visão futura, de potencialidade do lugar.
- A visão da potencialidade futura do lugar deverá atrair também investidores dispostos a participar com seus negócios e outros interesses, independente das estruturas sociais existentes.
- Um fórum de discussão deverá ser estabelecido, a fim de estimular a formação de um corpo de representantes da comunidade, eleitos ou indicados.
- Este fórum apresentará um programa preliminar para as metas a serem alcançadas, o que certamente encontrará alguma oposição por parte dos interesses tradicionais e, possivelmente, governamentais.
- Uma forma de compatibilização dos novos interesses com os interesses tradicionais terá de ser desenvolvida e deverá incluir:
 - representação ampliada;
 - mapeamento e organização dos dados;
 - um programa da elaboração do plano, por etapas;
 - a articulação das parceiras que fornecerão apoio técnico e institucional;
 - ações ou eventos imediatos que marquem a presença de um pensamento renovado na comunidade.
- Essa fase de compatibilização pode ser longa, mas poderá significar a oportunidade de agregação de novas informações e de novos conceitos a serem desenvolvidos, testados e avaliados.
- Visando mobilizar membros da comunidade que antes não participavam, novos grupos poderão ser formados, como os de jovens, de idosos e os de recém-chegados, os quais levarão algum tempo para se estruturar.
- Um cronograma claro para execução do plano

é a coluna dorsal do esforço local. Para tanto, é essencial definir datas, especificando quando a informação será reunida, quando as oportunidades serão avaliadas, quando ocorrerão os eventos e quando as propostas deverão ser implementadas.

- O plano propriamente dito não é um documento pronto e acabado.

- As questões centrais do plano são:

Qual é o propósito de uma iniciativa ou decisão específica?

Por que ela está sendo tomada?

Quem a conduzirá?

Como ela será financiada e implementada?

Onde ela acontecerá e

Que impactos terá?

Um planejamento ideal normalmente se dá por intermédio de reuniões periódicas com a comunidade local, podendo até utilizar-se de maquetes, entre outros equipamentos que consigam formular uma simulação de planejamento local.

O planejamento local, mesmo que não surta grandes efeitos, inicia um processo de renovação do autoconhecimento, que inclui a identificação dos valores presentes na comunidade. Tais valores reforçam não só as crenças e costumes, mas também o valor intrínseco de construções, paisagens, festivais e de outras manifestações culturais, herdadas do passado. Ou seja, aquilo que a comunidade valoriza para si própria, o que ela deseja preservar, é possivelmente o que ela vai querer compartilhar com dos outros (GOODEY, 2005).

6 A PARTICIPAÇÃO DOS VISITANTES E SUAS EXPERIÊNCIAS

Quando chegam a uma determinada localidade, os visitantes logo se ocupam de todo aquele espaço. “As vozes, seus tempos, seus percursos, atitudes e necessidades podem rapidamente se apropriar do espaço físico e temporal. As casas noturnas e os carros de aluguel seguem essa tendência e multiplicam” (GOODEY, 2005, p. 53).

O que antes era dominado apenas pela comunidade local, agora está sendo compartilhado por outras pessoas que possuem anseios e desejos diferentes. Para que haja um equilíbrio dessas necessidades e expectativas, o ideal é buscar apoio positivo de organizações regionais e nacionais.

Os modelos de harmonização entre comunidade e visitantes são os seguintes: recursos, mercados e temas.

Deve-se fazer um levantamento do que se tem para ser oferecido, o que há de melhor na localidade, o que pode ser de interesse a visitas. Exemplos: sítios arqueológicos, cachoeiras, danças típicas, artesanatos etc.

Após a análise do que se pode oferecer, ou seja, do produto a ser comercializado, surge a necessidade de determinar quem será o consumidor. Qual o público específico que pode se interessar pelo produto ofertado?

Quadro 1: Características para um planejamento local de interpretação turística

O plano deve ser:	Significa que:
Compreensivo	As implicações sociais, ambientais, econômicas e políticas devem ser integralmente analisadas e compreendidas como parte de uma abordagem holística do planejamento.
Interativo e dinâmico	O planejamento deve ser contínuo, respondendo às mudanças circunstanciais, e ser capaz de realizar ajustes dentro do contexto de uma adaptação de políticas e estratégias.
Sistemático	Os possíveis impactos deverão ser avaliados de forma a evitar efeitos negativos: as motivações e as demandas do visitante deverão ser analisadas e conjugadas com as capacidades locais para desenvolver produtos que aumentem a integridade dos recursos locais.
Integrativo	O planejamento e a administração deverão colocar o turismo dentro de um processo de planejamento socioeconômico e de uso do solo mais amplo, de modo que as decisões que venham a afetar o turismo sejam bem compreendidas e consideradas na íntegra.
Voltado para a comunidade	Tem de haver envolvimento e comunicação com a comunidade local na atividade de planejamento e administração, de forma que todos aqueles afetados tenham oportunidade de expressarem de fato suas ideias; a participação máxima de todos os habitantes na atividade e nos serviços turísticos deve ser estimulada.
Renovável	O plano deverá ser conduzido como uma atividade renovável, na qual as fontes naturais e culturais mantenham sua integridade de forma a permitir um uso continuado e futuro. O estabelecimento de limites para mudanças aceitáveis e a capacidade de absorver o turismo têm de ser tornar objetivos primários de todo e qualquer planejamento turístico. Desta forma, devem ser desenvolvidos produtos que utilizem e reforcem a integridade dos recursos locais.
Implementável e voltado para os objetivos	É preciso que haja clareza quanto aos objetivos que o turismo pode de fato alcançar através de políticas específicas; a estratégia de desenvolvimento e os programas de ação devem ser adaptados especificamente à consecução de objetivos concretos; deve haver uma distribuição justa dos benefícios e dos custos entre os negócios, voltados para o turismo e a comunidade local – no presente e no futuro.

Fonte: adaptado, Goodey, (2005 p. 57).

Quais são os agentes desse mercado em potencial: idade, origem, nível de escolaridade, renda, interesses e atividades desenvolvidas.

Em conjunto a esses dois itens, há de se considerar os temas específicos, por meio dos quais o turista é colocado em contato com os recursos locais. Temas variados, como: antiguidades, pesquisa, observação de pássaros, biologia etc. Estes lugares podem ser potencializados e valorizados pelos autóctones por intermédio da interpretação e da hospitalidade, via sinalizações, publicações, eventos, exposições. A grande parte dos turistas procura ter uma experiência bem estruturada que os entretenha, que informe e acrescente lembranças positivas de sua viagem de férias; somente uma minoria – geralmente bem informada, aberta e sensível, procurará ter um contato próximo com os valores mais enraizados da comunidade.

Goodey (2005, p. 55) reforça, ainda, que “nunca devemos nos esquecer de que as férias são um breve afastamento do contexto e dos valores que nos são familiares. É um período no qual é possível viver novas experiências e durante o qual alguns valores sociais poderão ser postos de lado”.

O planejamento local deve ser capaz de enfatizar o que se pretende ou pelo menos o que se busca alcançar. Neste sentido, Goodey (2005) apresenta algumas características essenciais ao sucesso do planejamento local:

Quais são os agentes desse mercado em potencial: idade, origem, nível de escolaridade, renda, interesses e atividades desenvolvidas.

Em conjunto a esses dois itens, há de se considerar os temas específicos, por meio dos quais o turista é colocado em contato com os recursos locais. Temas variados, como: antiguidades, pesquisa, observação de pássaros, biologia etc. Estes lugares podem ser potencializados e valorizados pelos autóctones por intermédio da interpretação e da hospitalidade, via sinalizações, publicações, eventos, exposições. A grande parte dos turistas procura ter uma experiência bem estruturada que os entretenha, que informe e acrescente lembranças positivas de sua viagem de férias; somente uma minoria – geralmente bem informada, aberta e sensível, procurará ter um contato próximo com os valores mais enraizados da comunidade.

Goodey (2005, p. 55) reforça, ainda, que “nunca devemos nos esquecer de que as férias são um breve afastamento do contexto e dos valores que nos são familiares. É um período no qual é possível viver novas experiências e durante o qual alguns valores sociais poderão ser postos de lado”.

O planejamento local deve ser capaz de enfatizar o que se pretende ou pelo menos o que se busca alcançar. Neste sentido, Goodey (2005) apresenta algumas características essenciais ao sucesso do planejamento local. O quadro 1 (vide página anterior) demonstra que a interpretação e a hospitalidade devem ser desenvolvidos em conjunto ao planejamento, compondo um único processo.

7 A AÇÃO DA INTERPRETAÇÃO

Nenhuma localidade inicia um processo de interpretação sem que o mesmo já não exista de alguma maneira. “Geralmente, há monumentos que já estão incluídos em guias turísticos; museus ou trilhas que passaram a ser, ao longo dos anos, objetos de responsabilidade oficial ou do entusiasmo local” (GOODEY, 2005, p. 57).

Todo planejamento tem entre seus agentes envolvidos a população local como a mais importante. Neste sentido, percebe-se que a interpretação auxilia no processo de demonstrar a essa comunidade, quais são os seus verdadeiros anseios, desejos e valores.

Quando surge o interesse em divulgar ou promover uma determinada localidade ou região, a atuação de governos, federal, estadual ou municipal, é de tentar atrair tanto visitantes quanto investidores, de maneira a fomentar linhas de créditos e até a implementação de infraestruturas: rodovias, edificações, acervos etc. Assim, surgem questionamentos do tipo: A comunidade local participa desse processo? Qual é a visão dos autóctones a respeito desses recursos? Campanhas de divulgação, nacional e internacional, auxiliam no aumento do interesse e o respeito da comunidade local?

Na grande maioria das vezes, percebe-se a responsabilidade pelo controle dos patrimônios existentes, concentrada nas mãos de especialistas e autoridades que não fazem parte da população local, excluindo-as deste processo. “O visitante eventual pode até pagar para ver a cultura oficial, mas jamais perceberá a local e é ela que possivelmente contém a essência do lugar” (GOODEY, 2005, p. 87).

Portanto, todo planejamento tem de considerar e envolver a comunidade local de maneira íntegra, contemplando o potencial para uma interpretação em conjunto no processo de compartilhamento.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação assume um papel superior ao de simplesmente informar, pois tem como principal objetivo e essência a busca pelo convencimento dos indivíduos sobre o real valor do patrimônio, motivando-os a preservá-los.

O sucesso da interpretação parte da necessidade de se fazer um bom planejamento que inclua a participação efetiva da comunidade local, indiscutivelmente. Promover a curiosidade, estimular um olhar diferenciado e aprofundado dos visitantes com relação aos patrimônios, às paisagens, aos costumes, à história, hábitos e costumes locais, faz com que a experiência da viagem seja mais interessante e inesquecível.

Portanto, a interpretação possui a principal função de estabelecer a mais perfeita comunicação entre visitante e localidade visitada, promovendo e estabelecendo nesta relação a sensibilização de todos os agentes envolvidos da importância de preservação e do desenvolvimento das

comunidades locais, possuidoras de atrativos turísticos. Promover a interpretação turística representa valorizar e acrescentar valores ao produto ofertado.

REFERÊNCIAS

HAM, Sam H. *Interpretación ambiental: una guía práctica para personas com grandes ideas y presupuestos pequeños*. Colorado: North American Press, 1992.

LEWIS, Willian J. *Interpreting for park visitors*. 2nd ed. [S.l.]: Easem National Park and Monuments Association, 1981.

MIRANDA, J. M. *O processo de comunicação na interpretação*. In: MURTA, S. M. M.; ALBANO, C. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 95-105.

MORALES, J. *Guía práctica para la interpretación del patrimonio*. Andalucía: Tragsa, Junta de Consejería de Cultura, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Turismo sustentável: Manual para organizadores locais*, [S.l.], 2003.

TILDEN, F. *Interpreting our Heritage*. Carolina: University of North Carolina Press, 1967.

PEDRÓGÃO grande. Disponível em: <<http://www.cm-pedrogaogrande.pt/index.php/turismo>>. Acesso em: 08 jun. 2011.

Recebido em 28 de fevereiro de 2015.

Aprovado, em sua versão final, em 11 de maio de 2015.

Artigo avaliado anonimamente por pares.

PENSANDO EM UMA ANTROPOLOGIA DO CONSUMO DO TURISMO

João Alcantara de Freitas¹

Resumo:

Os objetos comunicam, eles são cheios de significados culturais que são transferidos para o indivíduo através de rituais de troca, posse, cuidados pessoais; e desapropriação, como bem destaca McCracken (2007). Ancorado em proposições de pesquisa anterior, tenta-se reiterar a apropriação ao Turismo do modelo de estrutura e movimentação do significado cultural proposto por McCracken. Itera-se, no entanto, que este artigo tem como objetivo final discutir a pertinência de uma possível Antropologia do Consumo de Turismo.

Palavras-chave: Turismo. Significado Cultural. Antropologia do Consumo. Souvenir.

THINKING OF AN ANTHROPOLOGY OF TOURISM CONSUMPTION

Abstract:

The objects communicate, they are full of cultural meaning that are transferred to the individual through rituals of exchange, possession, grooming, and divestment, as well emphasizes McCracken (1986). Anchored in propositions of previous research, this paper attempts to reiterate the appropriation for Tourism of the structure and movement of the cultural meaning model, proposed by McCracken. However, this article has as ultimate objective to discuss the pertinence of a possible Anthropology of Tourism Consumption.

Keywords: Tourism. Cultural Meaning. Anthropology of Consumption. Souvenir

PENSANDO EN UNA ANTROPOLOGÍA DE CONSUMO TURÍSTICO

Resumen:

Los objetos comunican, están llenos de significados culturales que se transfieren a la persona a través del intercambio de los rituales, la propiedad, el cuidado personal; y desapropriação, así destaca McCracken (2007). Anclado en las proposiciones de investigación anteriores, los intentos de reiterar la asignación a la estructura del modelo de turismo y el movimiento de importancia cultural propuesto por McCracken. Se itera, sin embargo, que este artículo es discutir la relevancia objetivo final de un posible Antropología del Consumo Turístico.

Palabras clave: Turismo. Significado cultural. Antropología del Consumo. Souvenir.

1 INTRODUÇÃO

O consumo é uma prática social imprescindível, sobretudo no mundo contemporâneo, “pode-se viver sem produzir, mas, não, sem consumir” (BARBOSA, 2006, p.7). Baudrillard (2009) sugere, inclusive, pensar em uma Sociedade do Consumo. Tal importância foi reconhecida por alguns cientistas sociais – sobretudo, antropólogos – que se empenharam em ampliar a compreensão que se tinha acerca do consumo, até então reduzida a uma abordagem econômica e utilitarista.

Paulatinamente, os referidos autores² conseguiram expandir a compreensão do consumo enquanto mero reflexo da produção, posicionando-o no centro de suas análises e dando devida atenção aos significados culturais que permeiam o fenômeno. Barros (2007) itera que a perspectiva antropológica é fundamental para a compreensão do fenômeno, pois “o consumo é um fato social refratário a explicações que o reduzam ao plano individual, mas é passível de interpretações que envolvam significados culturais e públicos” (BARROS 2002, p.102).

Destaca-se que, em um primeiro momento, a Antropologia de Consumo se concentrou na abordagem dos bens materiais, abordando os serviços adjacente. Atualmente, há relevantes pesquisas nesta vertente da Antropologia

¹ Professor Substituto no Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre pelo mesmo programa. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: joaofreitas@id.uff.br

² cf. DOUGLAS, 1979; SAHLINS, 1979; MCCracken, 1988; CAMPBELL, 1987; MILLER, 1987. A título de exemplo.

que propõem investigar os serviços e suas peculiaridades, no entanto, há uma perceptível lacuna em relação ao consumo do turismo, especificamente.

A partir da teorização de McCracken (1986)³, propus em pesquisa anterior (FREITAS, 2013) a utilização da Antropologia do Consumo e seu arcabouço teórico para a análise do Turismo enquanto fenômeno social. Tal proposição não negligencia a relevância do que se consolida como Antropologia do Turismo, apenas tenta destacar, reitero, os benefícios analíticos possíveis a partir da perspectiva da Antropologia do Consumo.

Nesta pesquisa anterior, destaquei a importância e necessidade de perscrutar com mais rigor as hipóteses que lançara. O objetivo do presente artigo é, justamente, retomar a pesquisa anterior, ratificando alguns pontos e reiterando outros. Insiste-se em pensar em uma Antropologia do Consumo do Turismo, pois acredita-se que tal perspectiva oferece valiosas ferramentas analíticas, tendendo a enriquecer os estudos do turismo.

Inicialmente, cabe abordar diretamente a questão do significado cultural, conceito chave da Antropologia do Consumo. Aproveito para apresentar o modelo de estrutura e movimentação do significado cultural dos bens de consumo alvitado por McCracken e o modelo que propus acerca da movimentação do significado cultural do turismo, argumentando que tal modelo não contempla ao turismo.

2 SIGNIFICADO CULTURAL

Os significados dos bens de consumo vão muito além do caráter utilitário e de valor. A significância destes bens reside, sobretudo, na habilidade de carregar e comunicar significado cultural (DOUGLAS; ISHERWOOD, 1978; McCracken, 1986). McCracken destaca o dinamismo do significado cultural:

O significado cultural é absorvido do mundo culturalmente constituído e transferido para um bem de consumo. O significado é, então, absorvido do objeto e transferido para um consumidor individual. [...] O significado cultural se localiza em três lugares: no mundo culturalmente constituído, no bem de consumo e no consumidor individual, movendo-se numa trajetória com dois pontos de transferência: do mundo para o bem e do bem para o indivíduo (McCracken, 2007, p. 100).

Nesta linha de análise, o bem de consumo é responsável por transferir o significado cultural do mundo culturalmente constituído para o consumidor. Munidos de significado cultural, os bens materiais tornam os indivíduos

“legíveis”. Essa lógica é pertinente a todos os bens materiais, mas parece excluir os bens intangíveis, como o turismo, por exemplo. Talvez até seja uma interpretação equivocada das palavras de McCracken, mas, neste artigo em questão, ele parece abordar estritamente os bens materiais. Sendo assim, indago se tal ideia pode ser estendida aos serviços, mais especificamente ao turismo.

Krippendorf (1989) inclui o turismo no rol de bens de consumo, considerando-o um bem de consumo abstrato. Por ser abstrato, ou seja, imaterial e intangível, os consumidores não podem vê-lo antes da compra, sendo impossível fornecer uma amostra do “produto” ao cliente. Mesmo defendendo que a viagem começa antes de a pessoa partir, com a expectativa que se cria em torno da viagem, o consumo só acontece efetivamente no momento em que o turista está no destino.

Por ser intangível, o turismo não pode ser “lido”. Na maioria das vezes, não é possível saber que a pessoa fez determinada viagem apenas olhando para ela. Dessa maneira, o indivíduo que, usando uma série de recursos, se encarregaria de “comunicar” aos outros sobre o significado cultural da sua viagem. Segundo Rocha (2008), os bens de consumo tem a capacidade de criar “pontes” e “muros”, ora afastando, ora aproximando indivíduos. A aquisição de determinado bem faz com que o indivíduo pertença àquele universo simbólico que tal bem representa. O que não significaria resumir o consumo a mera emulação social, nos moldes de Veblen (1988). O significado cultural não deve ser resumido à confrontação de *status*.

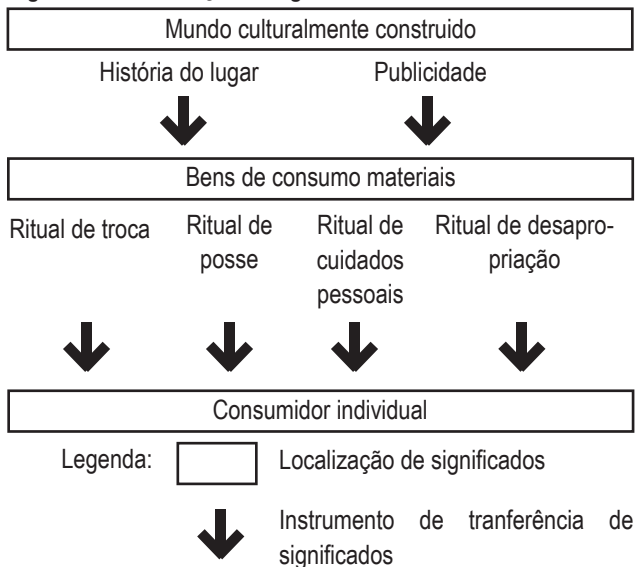
Apesar das diferenças entre os bens materiais e imateriais, intui-se que, em relação ao turismo, a transferência de significado cultural ocorra de maneira semelhante ao que propõe McCracken, ou seja, o serviço turístico também funciona como um meio de transferir significado do mundo culturalmente constituído para o sujeito. Atenta-se, entretanto, para a primeira diferença: quando se trata dos bens materiais essas duas transferências de significado ocorrem em momentos e dimensões diferentes. Segundo McCracken, a primeira transferência (do mundo culturalmente constituído para os bens de consumo materiais) ocorre por meio da publicidade e pelo sistema de moda, enquanto a segunda transferência (dos bens de consumo materiais para o consumidor individual) ocorre a partir do contato do consumidor com o objeto através dos rituais de: troca, posse, cuidados pessoais e desapropriação.

Por conta do turismo ser um bem intangível, os rituais de troca, posse, cuidados pessoais e desapropriação não se aplicam - pelo menos, não da mesma maneira que os bens materiais. Entretanto, podemos usar o mesmo verbo que McCracken usa para explicar as transferências no trecho citado anteriormente: “absorver”. No caso do turismo, o consumidor absorveria o significado cultural do serviço que ele está consumindo de duas maneiras: 1) materialmente: por meio de souvenirs e presentes que guarda para si ou distribui aos amigos; e 2) narrativamente: por mais que não premeditadamente, o turista absorve aquela experiência e a

³ O artigo *Culture and Consumption: A Theoretical Account of the Structure and Movement of the Cultural Meaning of Consumer Goods*, publicado em *Journal of Consumer Research*. Mais informações na bibliografia

transforma imediatamente em uma narrativa, as fotografias tiradas durante a viagem seriam ilustrações dessa narrativa que ele está construindo. No caso dos souvenirs, os rituais de troca, posse, cuidados pessoais e desapropriação podem ser interpretados como instrumento de transferência de significado.

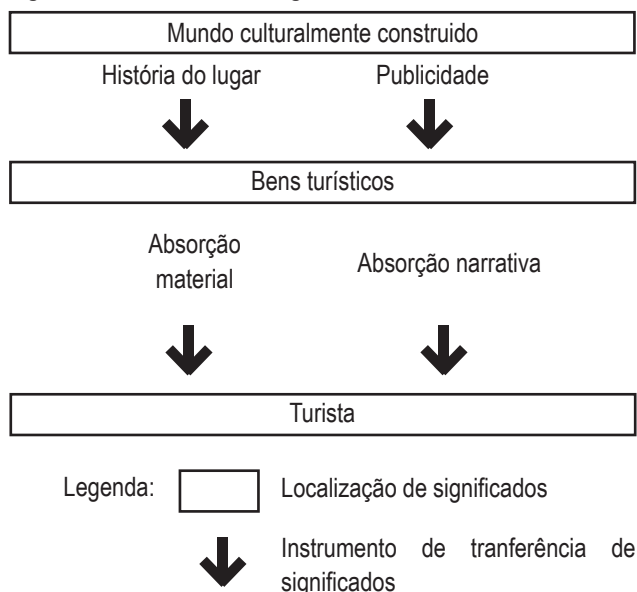
Figura 1: Movimentação do significado cultural de bens materiais.



Fonte: Adaptado de McCracken (2007, p. 100).

A seguir, apresento um modelo de localização e movimento de significado cultura no Turismo, inspirado no modelo de McCracken apresentado anteriormente. A figura 2 sintetiza e esclarece a argumentação acerca da movimentação do significado cultural do turismo. Após breve explicação acerca, primeiro, das localizações do significado cultural, e, segundo, dos instrumentos de transferência de significado, pretende-se argumentar sobre a pertinência da perspectiva da Antropologia do Consumo do Turismo.

Figura 2: Movimentação do significado cultural de bens materiais.



Fonte: Adaptado de McCracken (2007, p. 100).

3 As LOCALIZAÇÕES DO SIGNIFICADO CULTURAL

Ao longo do texto, reitera-se que a estrutura de movimentação do significado cultural dos bens turísticos é diferente dos bens materiais. Entretanto, supõe-se que o ponto de partida – onde o significado cultural reside inicialmente – é o mesmo: o mundo culturalmente construído. Segundo McCracken (2007, p. 101), “Trata-se do mundo da experiência rotineira, em que o mundo dos fenômenos se apresenta, aos sentidos individuais, plenamente formado e constituído pelas crenças e premissas de sua cultura.” O próprio conceito de cultura é bastante amplo e pode ser interpretado de distintas maneiras; McCracken explicita a compreensão que tem deste conceito⁴:

A cultura constitui o mundo dos fenômenos de duas maneiras. Primeira-mente a cultura é a “lente” pela qual o indivíduo enxerga os fenômenos; assim sendo, determina como os fenômenos serão apreendidos e assimilados. Em segundo lugar, a cultura é a “planta baixa” da atividade humana, determinando as coordenadas de ação social e atividade produtiva, e especificando os comportamentos e objetos que derivam de uma e de outra. Na qualidade de lente, determina como o mundo é visto. Na de planta baixa, determina como o mundo será moldado pelo esforço humano (2007, p.101).

Por aderir plenamente à definição do autor e entendendo como prescindível refazer o caminho já percorrido, julga-se desnecessária explicação acerca do mundo culturalmente construído, passando assim para a segunda localização do significado cultural: *bens turísticos*. Emprega-se este termo no intuito de fazer uma analogia aos *bens de consumo materiais*, tomando emprestada a amplitude com a qual eles são abordados. Segundo a definição de Beni, os *bens turísticos* podem ser:

- 1) materiais (monumentos, museus, galerias de arte, praias e outros) e imateriais (clima, paisagem e outros);
- 2) imóveis (terrenos, casas, hotéis, museus, galerias e outros) e móveis (produtos gastronômicos, artísticos e artesanais);
- 3) duráveis ou perecíveis (artesanais ou produtos gastronômicos);
- 4) de consumo (bens que satisfazem diretamente as necessidades dos turistas) e de capital (os que são utilizados para a produção de outros bens);
- 5) básicos, complementares e interdependentes;
- 6) naturais ou artificiais (BENI, 1997, p.38)

⁴ McCracken apresenta outros conceitos importantes, como Princípios Culturais e Categoria Cultural, que, de certa maneira, ajudam a sustentar a sua tese.

Concorda-se parcialmente com o autor, sobretudo por conta da objetividade com a qual tende a tratar de questões que são notavelmente complexas. Não é possível separar – pelo menos, não de maneira maniqueísta – os *bens turísticos materiais dos imateriais*. Entretanto, recorre-se a esta definição por conta da abrangência com a qual aborda *bens turísticos* e por ser amplamente aceita.

Na estrutura proposta, a última localização do significado cultural é ocupada sempre pelo *Turista* – no singular –, enquanto no modelo de McCracken, o *Consumidor Individual*. Insistiu-se desde o início na ideia de que o consumo é eminentemente social e refratário a explicações que o reduzam ao plano individual, no entanto, em ambas estruturas de movimento de significado cultural a última instância é ocupada por um indivíduo. Isto corrobora que, mesmo que o processo seja social, o significado cultural é, irremediavelmente, transferido ao indivíduo.

Percebe-se que, com exceção de algumas diferenças conceituais inerentes à própria diferença da natureza dos objetos, há bastante semelhança entre o modelo de McCracken e a hipótese aqui defendida, no que tange à localização do significado cultural. A grande diferença dos modelos – o que justificaria uma releitura da teoria de McCracken – é em relação aos instrumentos de transferência. Pretende-se nas seções seguintes explorar os quatro instrumentos: História do Lugar, Publicidade, Absorção material e Absorção narrativa.

4 HISTÓRIA DO LUGAR

Na pesquisa anterior (FREITAS, 2013), compreendia-se História do Lugar como o conjunto de fatos históricos e as interpretações que os historiadores têm deles. Mesmo considerando a distância entre *realidade histórica e ciência histórica* (LE GOFF, 2003), esta definição não era coerente ao que a pesquisa propunha. Para o presente trabalho, intenciona-se ampliar esta concepção. Para tanto, é necessário compreender que o lugar é uma construção histórica e cultural. A história, como antes apresentada, continua sendo importante alicerce, mas as representações sociais parecem mais valiosas, de acordo com a perspectiva aqui alvitrada.

Seguindo esta linha de pensamento, a construção histórica e cultural do lugar interfere diretamente nos outros instrumentos de transferência de significado. A *publicidade* apropria-se das representações sociais do local e transforma-os em atrativo, em alguns casos, inclusive, sem muito compromisso com a realidade. Os *souvenirs* só tem sentido e significado se referenciados à essa construção social, ao contrário seriam apenas “lembrancinhas”, como ironizado no título de uma seção posterior. As *narrativas*, por sua vez, operam bilateralmente, fazendo uso das representações sociais existentes, mas, principalmente, construindo novas. Nas seções seguintes, cada um desses instrumentos serão discutidos.

Dos instrumentos de transferência de significado cultural sugeridos em *Cultura e Consumo*, a *Publicidade* é o único que se repete nesta proposição. De fato, é muito difícil desassociar o consumo da Publicidade. McCracken explora de maneira cuidadosa como a Publicidade transfere o significado:

A publicidade funciona como método em potencial de transferência de significado, reunindo o bem de consumo e uma representação do mundo culturalmente constituído no contexto de uma peça publicitária. [...] Quando essa equivalência simbólica é estabelecida com sucesso, o espectador/ leitor atribui ao bem de consumo determinadas propriedades que sabe existirem no mundo culturalmente constituído. As propriedades conhecidas do mundo culturalmente constituído passam, assim, a residir nas propriedades desconhecidas do bem de consumo, e se realiza a transferência de significado do mundo para o bem (McCRACKEN, 2007, p.104).

A facilidade e clareza com as quais o autor expõe sua tese dá a impressão de que essa transferência ocorre de maneira mecânica e imediata. É necessário ressaltar que este é um processo mais complexo do que este trecho transparece. Por isso, é imperativo ressaltar que “significado cultural” refere-se a valores intangíveis e de difícil manipulação e nem sempre as informações apresentadas pela publicidade são interpretadas pelos espectadores da maneira que o idealizador imagina.

Os anúncios publicitários são recorrentemente abordados em algumas pesquisas de Antropologia (ROCHA, 1985; WILLIAMS, 1995; MILLER, 2002). Além de terem papel importante na transferência de valor cultural, como já dito anteriormente, os anúncios apresentam um mundo sempre perfeito. Rocha explora o mundo mágico dos anúncios e destaca:

Mundo onde produtos são sentimentos e a morte não existe. Que é parecido com a vida e, no entanto, completamente diferente, posto que sempre bem-sucedido. Onde o cotidiano se forma em pequenos quadros de felicidade absoluta e impossível. Onde não habitam dor, a miséria, a angústia, a questão. Mundo onde existem seres vivos e, paradoxalmente, dele se ausenta a fragilidade humana. Lá, no mundo do anúncio, a criança é sempre sorriso, a mulher desejo, o homem plenitude, a velhice beatificação. Sempre a mesa farta, a sagrada família, a sedução. Mundo nem enganoso nem verdadeiro, simplesmente porque seu registro é o da mágica (ROCHA, 1995, p.25).

Esse mundo mágico descrito por Rocha parece ter muito em comum com o imaginário que é criado acerca dos destinos turísticos. Segundo Tresidder (1999), o turismo é um sistema dinâmico de produção, distribuição e consumo de imagens, imaginários e sonhos. Para Aoun (2003), a “indústria turística” utiliza a ideia de paraíso na terra e através da sua propaganda transforma o paraíso em uma mercadoria atraente, ao alcance de todos. Selwyn (1996) reitera a ideia afirmando que muitos folhetos turísticos apresentam o mundo como um supermercado no qual quase tudo pode ser comercializado.

É como se o mundo mágico dos anúncios publicitários passasse a existir e se tornasse possível a visitação. Até este ponto, abordei o destino turístico genericamente, intuindo, talvez, que todos os destinos acabam vendendo um imaginário mágico. Entretanto, por mais óbvio que seja, seria um equívoco não ressaltar que os destinos são diferentes entre si e que nem todos trabalham em cima de imagens glamorosas (FREIRE-MEDEIROS, 2009).

Como dito anteriormente, a experiência turística só é efetivamente consumada no momento em que o turista está no destino. Contudo, deve-se atentar às mobilidades imaginativas que circulam nos fluxos globais de objetos de representação, tais como fotografias, cartões postais, folhetos, filmes e tecnologias de representação como a Internet e aparelhos de televisão, que durante longas noites de inverno ajudam às pessoas a sonhar e (re)viver praias ensolaradas de verão (BÄRENHOLD et al, 2004). Essas imagens antecipam, ainda que imaginariamente, a experiência que o turista pode ter naquele determinado destino. Destaco ainda que esse material é determinante no processo de mediação entre o turista e o local, delineando sua experiência e estimulando a visita a determinados lugares.

6 SOUVENIRS, MAIS DO QUE UMA LEMBRANCINHA

Mesmo o Turismo sendo uma área do pensamento nova em comparação a áreas mais tradicionais das Ciências humanas e sociais, há uma boa quantidade de trabalhos que versam sobre o que aqui convencionamos chamar de significado cultural. Em um breve retrospecto, é possível perceber valorização excessiva ao “imaterial”, uma certa obsessão com poder simbólico que negligencia a importância do suporte material do turismo. Aparentemente, os pensamentos pós-estruturalistas e construtivistas (*cultural turn*) influenciaram significativamente as pesquisas em Turismo, levando ao pé da letra a célebre frase de Marx de que tudo que é sólido desmancha no ar (PHILO, 2000). Ao enfatizar os processos cognitivos humanos – pensar, imaginar, interpretar e representar –, corpos, coisas e lugares foram desmaterializados em sinais culturalmente inscritos, em valor simbólico (HALDRUP; LARSEN, 2006).

Algumas pesquisas das últimas décadas demonstraram que é um equívoco limitar a compreensão do

Turismo ao significado cultural (nos termos de McCracken) ou ao valor simbólico (BOURDIEU, 1998).

Sendo assim, o Turismo só pode ser concebido a partir da dualidade materialidade/imaterialidade; parecendo ser equivocado limitar a análise a apenas uma dessas duas dimensões. Uma perspectiva que ajuda na compreensão desta dualidade é a metáfora do castelo de areia. Como castelos de areia, lugares turísticos são construções tangíveis, mas frágeis, híbridos de mente e matéria, imaginação e presença, cultura e natureza. O castelo só existe a partir da reunião de certos objetos, mobilidades e performances híbridas. (BÄRENHOLDT et al, 2004).

Um importante aporte material para que se compreenda a transferência de significado cultural no turismo é o *souvenir*. Segundo Freire-Medeiros e Castro (2007), “souvenires são o que o viajante traz consigo – representam materialmente o vínculo entre o lugar visitado e o lar para o qual se retorna”. São evidências tangíveis da viagem, eventualmente compartilhadas com amigos e parentes, que tem a verdadeira função de reviver memórias da experiência (GRABURN, 1989).

O *souvenir* é peça importantíssima da análise que aqui está sendo construída sobre a transferência de significado cultural. Ele é a representação material da via-gem, responsável por “capturar” o significado cultural do seu lugar de origem e transferi-lo para o turista que o compra e, eventualmente, distribui para os seus pares. Edmund Carpenter esclarece que:

A conexão entre o símbolo e as coisas vem do fato de que o símbolo - a palavra ou imagem (ou artefato) - ajuda a dar a “coisa” a sua identidade, clareza e definição. Ele ajuda a converter determinada realidade, e é, portanto, uma parte indispensável de toda experiência. (1973, p.17. Tradução minha)

Mais do que transferir o significado cultural do mundo culturalmente construído para o turista: o *souvenir* tem também a função de comunicar o significado cultural. De certa maneira, supõe-se também que parte desse significado cultural é transferido para a pessoa que recebe o *souvenir* como presente.

Os *souvenires* podem ser analisados a partir de diferentes perspectivas. Há pesquisas que exploram o objeto como representação e síntese da cultura de determinado local, outros que, seguindo a linha de McCannell (1999), falam das buscas (quase sempre malsucedidas) por *souvenires* “autênticos”, entre outros. O objetivo de trazer o *souvenir* para essa análise, além de iterar que não é apenas uma lembrancinha, é sinalizar a sua importância nessa cadeia de transferência de significado cultural. O *souvenir* é uma forma de “absorver” materialmente significado cultural de uma experiência que é, por excelência, intangível.

Por último, sinaliza-se que, por mais que se tenha tentado separar a absorção material e absorção narrativa do significado cultural, seria ignóbil supor que são processos que ocorrem separadamente e que não há

interação entre eles. Muito pelo contrário, além de serem processos complementares de uma mesma experiência, as fronteiras entre eles não são muito claras. A seguir, algumas ponderações acerca do que seria a absorção narrativa do significado cultural, demonstrando como o *souvenir* também é parte constituinte deste elemento.

7 O TURISMO E SUA NARRATIVA MÁGICA

Na seção sobre Publicidade, tentou-se sublinhar, abrangentemente, a importância da imagem para o Turismo. Com o avanço notável das ditas mobilidades miniaturizadas⁵, o turista deixaria de ser apenas consumidor passivo das imagens e passaria a ser também produtor e difusor. O registro imagético da experiência turística serve culturalmente a diversos propósitos: 1) demonstrar que viajou e que esteve em determinado local; 2) as imagens são detentoras de poder simbólico (BOURDIEU, 2007) e servem para afirmar pertencimento a um determinado grupo social; 3) registrar materialmente a experiência turística no intuito de criar uma “galeria” de acumulação de capital turístico, a fim de manter viva a experiência (GRABURN, 1989).

Ao falar da promoção turística e dos guias turísticos sugeriu-se que as imagens apresentadas são tão “mágicas” quanto as utilizadas na publicidade. Acredita-se, portanto, que as fotografias tiradas pelos próprios turistas tenham também, pelo menos, a pretensão de ser mágica. A fotografia é uma performance, uma construção premeditada, até mesmo para os que não são fotógrafos profissionais, pois a partir do visor das máquinas digitais pode-se deliberar se a foto atendeu às suas expectativas ou não e deletá-las, se bem entender. O que sugiro é que, quando o turista fotografa ou é fotografado, ele captura o momento da transferência do significado cultural, como se tentasse provar que os significados culturais daquela localidade foram transferidos para ele.

[...] fotografia e turismo são as principais práticas sociais através das quais as pessoas modernas produzem biografias e memórias que fornecem sentido às suas identidades e suas relações sociais. Fotografia de turismo e fotografia de família se confundem, o que novamente reflete que, em um mundo moderno móvel, o turismo não é uma ‘exótica ilha’, mas conectado à vida social ‘comum’ (HALDRUP; LARSEN, 2003, p.42. Tradução minha).

Há em torno da fotografia todo um aparato material, mas isso, em si, não justifica concebê-la estritamente

como uma forma de absorção material. Seguindo a lógica da argumentação aqui construída, a fotografia seria a ilustração da construção de narrativa, algo que, além de dar credibilidade, funciona como um mediador entre a realidade e memória. Para William Cannon Hunter, “representações em forma de fotografias tornaram-se fundamentais para a própria realidade do turismo. Eles são componentes fundamentais do imaginário e do mecanismo de seus discursos” (HUNTER, 2008, p.357. Tradução minha)

Sem intenção de resumir a experiência turística a uma prática emulativa (VEBLEN, 1988), cabe atentar ao fato de que a única maneira de se alardear o consumo do turismo é a partir da construção – e divulgação – dessa narrativa. A abordagem da absorção narrativa refere-se basicamente à história (ou seria estória?) que o turista constrói sobre a sua viagem, tal como as narrativas de viagem dos grandes navegadores. Mary Louise Pratt investiga os relatos de viagem produzidos no século XVIII e uma das perguntas que baliza a sua pesquisa é a seguinte: “Como o relato de viagem e exploração produziu o resto do mundo para leitores europeus em momentos particulares da trajetória expansionista da Europa?” (PRATT, 1999, p.28-29). O que chama atenção nessa pergunta é a expressão “produziu o resto do mundo”; mesmo sendo um pouco anacrônico, acredita-se que essa expressão serve para explicar a proposta de absorção narrativa. Ao contar a viagem a seus conhecidos, o turista está, de certa maneira, “produzindo” aquele lugar para o imaginário das outras pessoas. Mesmo que os ouvintes conheçam o lugar, o que o turista contar sobre sua experiência vai ser sempre único, inerente à experiência que só ele teve naquele lugar e em circunstância específica.

Reiterando tal argumentação, cabe recordar o brilhante artigo de Bruner (1995), no qual o antropólogo narra a experiência que teve na “reunião de viagem” na casa dos Sullivan, na qual as pessoas eram identificadas a partir dos locais que haviam visitado.

Em oposição à ideia do consumo como um campo restrito a símbolos distintivos, Lipovetsky (2007) apresenta a ideia de *consumo emocional*, argumentando que o consumo não é motivado apenas pela distinção social, já que não se estampa na testa de ninguém que a pessoa esteve em um hotel cinco estrelas, mas porque esses serviços oferecem benefícios reais e práticos para o indivíduo.

Parece ser possível conjugar os modelos de Veblen e de Lipovetsky acerca das motivações do turista. Mesmo sem a intenção de alardear posição social, os turistas criam, ainda que para si mesmos, uma narrativa sobre aquilo que está sendo vivido, como um meio de compreender a própria experiência. Essa narrativa não deve ser imaginada apenas como uma história que pode ser contada oralmente, as fotografias e os *souvenirs* são também suportes da narrativa. Reitera-se nesse ponto o quanto a absorção material depende da absorção narrativa e vice e versa. São, dessa maneira, elementos fundamentais da transferência de significado cultural.

⁵ *Miniaturized Mobilities* se refere aos celulares, máquinas fotográficas, laptops, tablets, Mp3 players, conexões wi-fi, entre outros. (ELLIOT; URRY, 2010)

Apresentados os elementos que compõem o modelo proposto, pretende-se na seção seguinte argumentar a importância de se pensar em uma possível Antropologia do Consumo do Turismo.

8 ANTROPOLOGIA DO CONSUMO DO TURISMO: É POSSÍVEL?

Ao longo destas páginas, tentou-se aproximar a Antropologia do Consumo ao Turismo, a partir da apropriação do modelo de estrutura e movimentação de significado cultural para o turismo. Ainda que o título sugira, pretensiosamente, pensar em uma Antropologia do Consumo do Turismo, não será a partir deste artigo que tal campo será consolidado. Essa aproximação não é feita de maneira direta, já que a Antropologia do Consumo se debruçou por muito tempo sobre os bens tangíveis, relegando à segundo plano as especificidades dos serviços, inclusive o turismo.

O objetivo primeiro do texto era apropriar adequadamente o modelo de movimento de significado cultural de McCracken para o Turismo, sendo pertinente reiterar que o próprio significado cultural é também dinâmico, sendo modificado pelos contextos históricos, sociais e econômicos.

Creio que os quatro elementos (história do lugar, publicidade, absorção material, absorção narrativa) aos quais atribuiu-se a qualidade de instrumento de transferência de significado cultural não compreendem todo o fenômeno turístico, por este ser naturalmente complexo.

A própria Antropologia do Consumo demorou a ser reconhecida como um campo. Ainda que o consumo já estivesse sendo afirmado como prática social elementar da sociedade contemporânea, era tido como um tema supérfluo e banal, se comparado com os campos de estudo mais tradicionais. Tal barreira só foi transposta a medida que pesquisas consistentes foram sendo desenvolvidas e formaram massa crítica consistente. Mesmo assim, o reconhecimento, reitera-se, não foi imediato.

Pretendeu-se com este artigo traçar uma linha que pudesse aproximar, ainda que remotamente, a Antropologia do Consumo e o Turismo, no intuito de fazer com que outros pesquisadores possam vislumbrar o leque de possibilidades que tal campo oferece e o quanto ele poderia enriquecer os próprios estudos do turismo.

No entanto, a proposição de tal campo não sugere fechar-se nos autores da Antropologia do Consumo. A quantidade de autores de diferentes áreas que foram mobilizados para sustentar este artigo ajudam a corroborar o quão necessário é pensar interdisciplinarmente, mesmo que isso seja igualmente difícil. Reitera-se que a pesquisa em Turismo só pode ser concebida a partir de um olhar multifacetado e despido de preconceitos (pré-juízos).

A sedimentação da Antropologia do Consumo do Turismo só será possível se diversos pesquisadores se unirem em torno do tema e reiterarem a peculiaridade

e importância de tal perspectiva para, a partir daí, desenvolverem pesquisas com rigor metodológico e profundidade analítica.

É possível que isso nunca aconteça, mas a própria ciência se constitui a partir do próprio esforço de, tempos em tempos, analisar a si mesma e pensar em novas possibilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AOUN, S. *A procura do paraíso no universo do turismo*. São Paulo: Papirus editora, 2003.

BARBOSA, L. *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. In: BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 21-44

BÄRENHOLDT, J.; HALDRUP, M.; LARSEN, J.; URRY, J. *Performing tourist places*. Aldershot: Ashgate, 2004.

BARROS, Carla P. "Hierarquia, escassez e abundância materiais: um estudo etnográfico no universo de consumo das empregadas domésticas." In: *Antropologia do consumo: casos brasileiros*, por (Org.) MIGUELES, C. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 101-130

BAUDRILLARD, J. *La sociedad de consumo*. Madrid: Siglo XXI, 2009.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo; Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2007.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRUNER, E. M. The Ethnographer / Tourist in Indonesia. In: ALLCOCK, J.; BRUNER, E. M.; LANFANT, M.-F. (orgs.). *International Tourism: Identity and Change, Anthropological and Sociological Studies*. London: Sage Publications, 1995.

CARPENTER, E. *Oh, what a blow that phantom gave me!* New York: Holt, Rinehart and Winston, 1973.

CASTRO, C. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: VELHO, G. *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 80-87.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens: para um antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

ELLIOT, A.; URRY, J. *Mobile Lives*. London: Routledge, 2010.

- FREIRE-MEDEIROS, B.; CASTRO, C. A cidade e seus souvenirs: o Rio de Janeiro para o turista ter. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 1 de 2007:
- FREIRE-MEDEIROS, B. *Gringo na laje: produção, circulação e consumo na favela turística*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- FREITAS, J. Estrutura e movimentação de significado cultural no turismo. *Anais do V Encontro de Hospitalidade e Turismo*. Niterói, 2013.
- GRABURN, N. H. H. Tourism: The sacred journey. In: SMITH, V. *Hosts and Guests*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. p. 21-36
- HALDRUP, M., e J. LARSEN. Material cultures of tourism. *Leisure Studies*. Vol. 25. 2006. p. 275-289.
- _____. *The Family Gaze*. *Tourist Studies*, (3)1. 2003. p. 23-46.
- HUNTER, W. C. A typology of photographic representations for tourism: depictions of groomed spaces. *Tourism management*, vol. 2. 2008. p. 354-365.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.
- LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MACCANNELL, D. *The tourist: a new theory of leisure class*. Berkeley: University of California Press, 1999.
- MARTONI, R. M. Trabalho produtivo no turismo e as aventuras laborativas do "cortês trabalhador". *Espaço & Geografia*, 2012. p. 49-89.
- PHILO, C. More words, more worlds: reflections on the 'cultural turn' and human geography. In: COOK, I.; CROUCH, D.; NAYLOR, S.; TAYLOR, J. *Cultural turns/ geographical turns*. London: Prentice Hall, 2000. p. 26-53
- PRATT, M. L. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.
- ROCHA, E. P. G. *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SELWYN, T. *The tourist image: myths and myth making in tourism*. London: John Wiley and Sons, 1996.
- TRESIDDER, R. Tourism and sacred landscapes. In: CROUCH, D. *Leisure/Tourism geographies: practices and geographical knowledge*, London: Routledge, 1999. p.137-148.
- VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Recebido em 17 de abril de 2015.

Aprovado, em sua versão final, em 22 de junho de 2015.

Artigo avaliado anonimamente por pares.

DIRETRIZES PARA AUTORES

O MANUSCRITO DEVE SER PREPARADO COMO SEGUE:

Tipografia: O manuscrito deve ser preparado com espaçamento entre linhas simples, fonte Arial Narrow tamanho 11, paginado com margens de 3 cm à esquerda e superior e a 2cm à direita e inferior, em papel A4.

Citações: as citações diretas deverão utilizar a mesma fonte em tamanho 10, e as notas devem apresentar o mesmo tipo de letra, no tamanho 9. Não utilizar fontes nem tamanhos distintos no texto. Caso pretenda destacar alguma palavra ou parágrafo, utilize a mesma fonte em cursiva (itálico).

Título e dados do autor ou autores: O título do trabalho deverá ser redigido em negrito e com a inicial em letras maiúsculas. O nome do autor ou autores seguirá logo abaixo, indicando a instituição de origem (universidade, departamento, empresa, etc.), a especialidade e o correio eletrônico para contato. Pode se inserir dados biográficos adicionais em uma nota desde que esta não ultrapasse 60 palavras.

Resumo: O artigo deve vir acompanhado de um resumo no idioma em que está escrito (150 – 250 palavras) e sua tradução em língua estrangeira (resumo e título). Caso o artigo esteja em português, as línguas contempladas nas traduções do resumo devem ser (obrigatoriamente) o inglês e o espanhol ou, alternativamente, o francês. Se o artigo estiver em inglês utilizar-se-á, além do resumo neste idioma, as suas respectivas traduções para (obrigatoriamente) o português e (alternativamente) o espanhol ou o francês. Mas, caso o texto esteja originalmente redigido em espanhol, a tradução do resumo para o 2º e 3º idioma deverá necessariamente recorrer ao uso do português e do inglês.

Palavras-chave: o texto deve conter entre 3 e 5 palavras-chave assim como Keywords e Palabras-clave (Motsclés), sobre o tema principal, sempre separadas, por ponto.

Texto: o texto deve possuir uma extensão entre 5.000 e 9.000 palavras para artigos e de 3.000 a 5.000 tanto para opiniões, pensatas e ensaios como para notas de investigação; e de 2.000 a 3.000 para resenhas de livros e obras acadêmicas.

Idiomas: o trabalho deve vir acompanhado de título na língua vernácula e em inglês, dados biográficos do(s) autor(es) (e que não ultrapassem 60 palavras), resumo na língua vernácula e em língua estrangeira (150 a 250 palavras), as divisões internas que se julguem necessárias (geralmente, introdução, referencial teórico, metodologia,

GUIDELINES FOR AUTHORS

THE ARTICLE MUST BE PREPARED THISWAY:

Typography: The article or another contribution must be prepared with simple space between the lines, Arial Narrow font, 11. The borders or edges of the pages must be as follow: 3 centimeters to the left and superior (above) and 2 centimeters to the right and inferior (below).

Citations: The direct citations have to use the same font, but in another size. In this case, the correct size to use is 10. Don't use different fonts or distinctive sizes in the text. If necessary to put any highlighted part in the text, use the same font in italic.

Title and author's data: The title of the work must be written in bold and com initial letter in capital form e author's name or the authors' names must be put below of the title, showing the author's institution (university, department or similar), the formation, mainly the specialty, as well the e-mail to contact. It can be inserted additional biographic data in a brief note, since that don't exceed 60 words.

Abstract: The article must be accompanied of the abstract in the language that it was written (150-250 words) and its translation for a foreign language (abstract and title). If the article is in Portuguese, the abstract need to be in the same language. Moreover, the abstract must be translate to the English and Spanish and alternatively for the French. If the article is in English, the abstract need to be in the same language and mandatorily is necessary to translate it for the Portuguese and, in alternative cases, to the French or Spanish. Finally, if the text is in Spanish, the translation of the abstract has to be in English and Portuguese.

Keyword: The text must contains between 3 and 5 keywords about the main theme, always separated, like "Palavras-Chave", "Palabras clave", "Keywords" and "Motsclés" by (ponto final).

Text: The text must have between 5.000 and 9.000 words to articles and 3.000 – 5.000 words to commentaries, essays, investigations notes and similar productions. Finally, book reviews and academic productions can have between 2.000 words and 3000 words.

Languages: The academic production must be followed of the title in the original language, author's biographic data (limited to the 60 words), abstract in the original language and it respective translations (150-250 words), as well the internal division that the author understands be necessary (usually introduction, theoretical supports, methodology, results, discussion, conclusion, agradecimentos, if pertinent and references). To the articles written in English or Spanish must be send a abstract

resultados e discussão, conclusão), agradecimentos (se pertinente) e referências. Para os artigos escritos em inglês ou espanhol deve ser enviado necessariamente um resumo em português, assim como o título; palavras-chave (entre três a cinco, separadas por ponto) nas duas línguas dos resumos.

Ilustrações: as ilustrações (quadros, gráficos, esquemas, fluxogramas, organogramas, gravuras, fotografias e outros) e tabelas deverão ser inseridas no texto. Todos devem possuir legendas – título e fonte. As tabelas devem seguir as Normas de Apresentação Tabular do IBGE. Pode se utilizar imagens coloridas, embora se deva avaliar a possibilidade de utilizá-la em formato papel, em branco e preto para que que legível no caso da edição impressa.

Abreviações e acrônimos: Deverão ser definidos claramente no seu primeiro uso no texto.

Citações e Referências: as referências, assim como as citações, no corpo do texto, devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 6023:2002 e NBR 10520:2002.

Notas: as notas explicativas devem ser utilizadas somente se forem indispensáveis, e deverão vir sempre como notas de rodapé, utilizando o mesmo tipo de letra deste (Arial Narrow) no tamanho 9.

in Portuguese for us, as well title and keywords and, additionally these parts translated in two others languages.

Illustrations: The illustrations and tables must be inserted on the text. All these elements need to have subtitles, titles and fonts. e table must follow the “Tabular Presentation Rules of the IBGE. Can be used colored images, although the necessity to consider the readability to the use them in paper format, in black and white.

Abbreviations and Acronyms: These should be clearly defined in its first use in the text.

Citations and References: as well as citations in the text, must follow the guidelines of the Brazilian Association of Technical Standards NBR 6023:2002 and 10520:2002.

Notes: The notes should be used only if necessary, and should always come as footnotes, using this same font (Arial Narrow) in size 9.

Informações Gráficas

Formato: 21 x 28 cm

Mancha: 17 x 24cm

Tipologia: Arial Narrow – Arial Bold – Sakkal Majalla

